



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

MARCO ANTONIO GRANGEIRO LIMA

A INCLUSÃO SÓCIO-EDUCACIONAL DE CRIANÇAS E
JOVENS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E A PARTICIPAÇÃO
DA ONG INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA

JOÃO PESSOA/PB

2010

MARCO ANTONIO GRANGEIRO LIMA

**A INCLUSÃO SÓCIO-EDUCACIONAL DE CRIANÇAS E
JOVENS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E A PARTICIPAÇÃO
DA ONG INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Coordenação do Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social/CCHLA da Universidade
Federal da Paraíba, em cumprimento às
exigências para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Áurea Carneiro

JOÃO PESSOA/PB

2010

MARCO ANTONIO GRANGEIRO LIMA

**A INCLUSÃO SÓCIO-EDUCACIONAL DE CRIANÇAS E
JOVENS COM DEFICIÊNCIA VISUAL E A PARTICIPAÇÃO
DA ONG INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Coordenação do Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social/CCHLA da Universidade
Federal da Paraíba, em cumprimento às
exigências para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Áurea Carneiro

Aprovada em: ___/_____/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Áurea Carneiro (Orientadora) - UFPB

Prof.^a. Dr.^a Maria de Lourdes Soares (Examinadora) - UFPB

Prof.^a. Dr.^a Janine Marta Coelho Rodrigues (Examinadora) - UFPB

DEDICÁTORIA

Dedico esse trabalho a minha querida esposa Kátia Menezes, pela Assistência constante e pelo empenho em colaborar em todos os sentidos. Meu profundo afeto e carinho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Supremo e Eterno Senhor da Vida – Causa Primeira de Todas as Coisas.

Aos Meus Familiares – pela paciência e compreensão.

Ao Mestrado de Serviço Social da UFPB- Pela Qualidade.

À Professora Dr^a Áurea Carneiro, pela dedicação e preciosos esclarecimentos, incentivo, orientação segura, enfim uma amiga especial para vida.

A Professor Dr^a Virgínia Ângela, pela motivação e toda orientação inicial da pesquisa.

Aos Meus colegas de Mestrado – Pelo apoio

Ao Instituto dos Cegos da Paraíba “ Adalgisa Cunha” – Uma Grande Escola e uma Ponte Iluminada da Inclusão.

Aos Meus colegas Professores do Instituto dos Cegos, pela cumplicidade.

*“O Homem não cabe no seu peito,
Nem no seu sonho,
Nem cabe mesmo na sua solidão
Em nenhuma parte do mundo
O homem cabe.
Porque seus pés, têm jeito de raízes
Mas seus olhos lembram a cada, instante
As asas de um pássaro”.*

Retrato de Homem (Carlos Alberto Jales)

RESUMO

A presente dissertação intitulada: A Inclusão Sócio-Educacional de Crianças e Jovens com Deficiência Visual e a Participação da ONG Instituto dos Cegos da Paraíba, trata-se de uma pesquisa desenvolvida no Programas de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba tendo por objetivos a análise das ações sócio-inclusivas implementadas pela ONG Instituto dos Cegos da Paraíba, voltadas para crianças e Jovens com deficiência visual, a partir das percepções desses sujeitos em relação ao processo de inclusão social ao qual estão submetidos segundo os parâmetros da Política Nacional de Educação Inclusiva. O estudo teve como premissa a análise das políticas públicas de atendimento aos jovens portadores de deficiência visual especificamente, desenvolvida pelo poder público com a participação da ONG Instituto dos Cegos (ICP) na complementação do processo de inclusão social. A bibliografia levantada apresentou a discussão em torno do papel social das organizações ligadas ao Terceiro Setor, enfocando as -ONGs ditas Cidadãs- na perspectiva da solidariedade, como agente fundamental para complementação e apoio às políticas públicas, tendo em vista o grande desafio que é colocar os sujeitos dessas políticas, como verdadeiros protagonistas. As ações sócio-educativas desenvolvidas pela ONG/ICP, objeto da nossa investigação, estão todas vinculadas ao processo de inclusão social dos seus usuários, a exemplo da educação, do esporte, da cultura, da facilitação do acesso, da entrada do deficiente ao mercado de trabalho, ao combate da discriminação e pelo exercício da cidadania. Convém frisar que todas essas ações são condicionantes para evitar a exclusão social e ao mesmo tempo efetivar ações inclusivas. Nesse sentido a nossa investigação vem contribuir para a ampliação do debate a respeito dos problemas enfrentados pelos deficientes considerando as respostas materializadas por meio de políticas públicas e operacionalizadas tanto pelo poder público como pela iniciativa privada não lucrativa, na atenção as suas necessidades e concretização dos seus direitos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Crianças e Jovens Deficientes Visuais. ONG Cidadã.

ABSTRACT

This dissertation entitled: The Social and Educational Inclusion of Children and Young People with Visual Impairment and participation of the NGO Institute of the Blind of Paraiba, this is a survey developed in the Graduate Programs in Social Work at the Federal University of Paraiba and by objectives the analysis of social-inclusive implemented by the NGO Institute of the Blind of Paraiba, aimed at children and youth with visual impairments, from the perception of these subjects in terms of social inclusion process to which they are submitted according to the parameters of the National Education Policy inclusive. The study was premised on the analysis of public policies of assistance to young people with visual disabilities specifically developed by the government with the participation of the NGO Institute of the Blind (ICP) in completing the process of social inclusion. The references presented a discussion on the role of social organizations linked to the Third Sector, focusing on the spoken-NGO-Citizens in the perspective of solidarity, as a key agent for completion and support of public policies in view of the great challenge that is put subjects such policies as real protagonists. The social-educational activities undertaken by the NGO / ICP, the object of our investigation, we are all linked to the process of social inclusion of its users, such as education, sport, culture, facilitation of access, the poor entry to the market of work to end discrimination and the exercise of citizenship. It must be remembered that all these actions are conditions to prevent social exclusion, while effecting inclusive actions. In this sense our research contributes to the broadening of debate about the problems faced by disabled people considering the responses materialized through public policies and operated both by the public as by private non-profit organization, attention to their needs and achieving its rights.

Keywords: Inclusive Education. Visually Impaired Children and Youth. Citizen NGO.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Número de jovens segundo a faixa etária e escolaridade.....	60
GRÁFICO 02 – Gênero dos entrevistados.....	61
GRÁFICO 03 – População Brasileira por sexo	62
GRÁFICO 04 – Local de moradia dos atores da pesquisa.....	62
GRÁFICO 05 – Tipos de moradia	63
GRÁFICO 06 – Renda familiar das famílias dos entrevistados e participação do BPC...	64
GRÁFICO 07 – Jovens que possuem o BPC	65
GRÁFICO 08 – Composição familiar ou dinâmica familiar dos entrevistados, com quem moram	66
GRÁFICO 09 – Grau de escolaridade dos Pais dos entrevistados	66
GRÁFICO 10 – Tipos de deficiências visuais apresentados pelos jovens.....	67
GRÁFICO 11 – Participação em grupos na sociedade	68
GRÁFICO 12 – Inclusão através do esporte.....	69
GRÁFICO 13 – Inclusão pela Música	70
GRÁFICO 14 – Inclusão Digital.....	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
 CAPÍTULO I	
1 INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE O TERCEIRO SETOR	16
1.1 Trajetória Histórica das ONGs e Contexto Atual Brasileiro	22
1.2 Caracterização das ONGs e Aspectos Legais.....	25
 CAPÍTULO II	
2 EXCLUSÃO SOCIAL: UMA QUESTÃO EM DEBATE	31
2.1 Instâncias de Exclusão Social e Categorias	32
2.2 O Paradoxo Brasileiro.....	34
 CAPÍTULO III	
3 CIDADÃO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	38
3.1 Cidadão e Cidadania, Conceitos e Perspectivas	38
3.2 Educações Inclusiva na Efetivação do Direito	40
3.3 Marcos Histórico e Aspectos Legais da Educação Inclusiva	49
 CAPÍTULO IV	
4 CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO:	
AS TRILHAS METODOLÓGICAS.....	52
4.1 Questões Norteadoras	53
4.2 Procedimentos Metodológicos: a abordagem Quantitativa e Qualitativa.....	53
4.3 Tipo de Estudo	55
4.4 Sujeitos da Pesquisa	55
4.5 Técnicas e Procedimentos Metodológicos.....	56
4.6 Análise e Apresentação dos Dados	57
4.7 A Educação de Crianças e Adolescentes com Deficiência Visual na Proposta da Educação Inclusiva.....	58
4.7.1 O Jovem Deficiente Visual e a Proposta de Inclusão via Política Nacional: Análise das percepções dos atores envolvidos	58

4.7.2 Caracterização Geral dos Sujeitos e o seu Perfil Sócio-econômico	59
4.7.2.1 A ONG (<i>Instituto dos Cegos da Paraíba</i>) e os Jovens com Deficiência Visual	59
4.7.3 Análise qualitativa: Perspectivas subjetivas.....	72
4.7.3.1 <i>Auto Percepção dos Jovens com Deficiência Visual</i>	72
4.7.4 A Importância do Estudo na Visão do Estudante com Deficiência Visual	74
4.7.5 As experiências de inclusão sócio-educacional vividas pelos estudantes com deficiência visual na cidade de João Pessoa – PB	75
4.7.6 A presença da discriminação no âmbito escolar	79
4.7.7 O papel da ONG Instituto dos Cegos da Paraíba no atendimento educacional especializado aos jovens	81
4.7.8 Auto-percepção e perspectivas do jovem deficiente visual na atualidade.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICES	99
ANEXO	103

INTRODUÇÃO

Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza, temos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. (MANTOAN apud SANTOS, 2006, p. 193)¹.

A presente dissertação desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba na linha de pesquisa de Políticas Sociais tem por objetivo geral: analisar as ações sócio-inclusivas implementadas pela ONG Instituto dos Cegos da Paraíba, voltadas para crianças e adolescentes com deficiência visual e verificar as percepções desses sujeitos, em relação ao processo de inclusão ao qual estão submetidos segundo os parâmetros da Política Nacional de Educação Especial direcionada para a Perspectiva da Educação Inclusiva.

O estudo objetiva especificamente verificar e dar visibilidade ao programa sócio-educacional desenvolvido pelo Instituto dos Cegos da Paraíba (ICP) em apoio à inserção desses atores enquanto grupo social, com deveres a cumprir e direitos de cidadania; traçar o perfil sócio-econômico dos adolescentes, assistidos pelo ICP com deficiência visual e investigar quais as principais dificuldades encontradas por eles na rede pública e regular de ensino na cidade de João Pessoa/PB, a partir das suas impressões.

A análise procura contextualizar a temática situando-a no debate contemporâneo acerca dos direitos humanos fundamentais, notadamente o direito da inclusão social das pessoas com deficiência, exarado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, anunciada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em dezembro de 1948. Passados 61 anos, observaram-se principalmente nos países em desenvolvimento, que a simples Declaração desses direitos, não foi suficiente para garantir a paz, a justiça social e a efetivação da igualdade dentro da diferença, haja vista o acentuado nível de exclusão social, apontado nas pesquisas de cunho sócio-econômico.

No Brasil, os debates sobre os Direitos Humanos ganham visibilidade durante o período de redemocratização do País, nas décadas de 70 e 80, quando a sociedade civil

¹ **Boaventura de Sousa Santos** é Professor Catedrático da faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Distinguished Legal Scholar da Faculdade de Direito da Universidade de Wisconsin-Madison, Global Legal Scholar da Universidade de Warwick e igualmente Director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Diretor do Centro de Documentação 25 de Abril da mesma Universidade e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça.

reconquistou seus direitos civis e políticos. A partir dos anos 80, houve uma intensa movimentação no sentido de construir propostas de políticas públicas baseadas na temática dos Direitos Humanos, especialmente voltadas para as nossas carências sociais e econômicas.

Podemos observar a partir do movimento democrático de lutas pelos direitos sociais, uma mobilização de toda sociedade e a questão da inclusão da pessoa com deficiência entra na pauta como um movimento mundial, referendado pela Conferência Mundial de Educação para todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994) e Convenção de Guatemala (1999), a indicar um novo paradigma para educação desses atores.

Identificamos que o Movimento Mundial pela Educação Inclusiva é uma ação Política, Cultural, Social e Pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação. A partir da formulação desse paradigma educacional, fundamenta-se a concepção de Direitos Humanos que conjuga Igualdade e Diferença, como valores indissociáveis em direção da equidade e da vivência da cidadania plena, dentro e fora da escola.

Evidentemente existem na implementação desse novo paradigma educacional, dificuldades decorrentes das práticas discriminatórias secularmente excludentes que se cristalizaram. O desafio, portanto, é continental, pois há necessidade de serem criadas alternativas para superar todos os obstáculos e avançar nesse debate, que atualmente assume espaço central na sociedade contemporânea e sem dúvida, vem resignificar o papel social da escola na superação da lógica da exclusão.

Algumas questões são apresentadas nesse contexto para viabilizar o processo da Educação Inclusiva, tais como: a construção de Sistemas Educacionais Inclusivos, a Organização de Escolas e Classes Especiais (multifuncionais), etc., implicando numa mudança **estrutural e cultural**, da escola para que todos os alunos possam ter suas especificidades atendidas. Discute-se nessa perspectiva a construção dos três pilares básicos da Educação Inclusiva:

- A Cultura Inclusiva (acolhimento, colaboração, valorização do sujeito e inclusão de todos os alunos);
- Política da Inclusão (meios e estratégias de desenvolvimento da Escola Inclusiva ampliando sua capacidade em dar respostas às demandas sociais);
- Prática da Inclusão (promove a participação e o engajamento de todos os alunos numa orquestração em favor da aprendizagem e na eliminação das barreiras).

Segundo Viola (2008), só pela construção de uma cultura social respeitadora é que se pode formar a base social que garanta o êxito das políticas inclusivas, de não serem vistas apenas como um compromisso a mais do Universo Escolar. Portanto, avançar na elaboração de políticas públicas específicas levando em conta as bases das *culturas sociais inclusivas*, constitui o fundamento para conquista e a preservação dos direitos de todos e de cada um.

No contexto educacional brasileiro as políticas inclusivas pretendem potencializar a relação da educação especial com a educação formal, estruturar o acesso e a permanência no sistema, dos alunos com deficiência, bem como possibilitar o desenvolvimento cultural e profissional de cada um. Sobre esse enfoque, é importante acrescentar que, estão presentes posições diferentes, tanto na academia quanto nas diferentes redes de escolas. Iremos analisar essas posições no Capítulo III.

A pesquisa realizou-se na ONG² Instituto dos Cegos da Paraíba, na cidade de João Pessoa/PB que realiza o Atendimento Educacional Especializado à crianças e adolescentes com deficiência visual desde 1944, data da sua fundação. O Instituto dos Cegos (ICP³) desenvolve atividades nas áreas de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Pré-Profissionalizantes.

Os adolescentes com deficiência visual, sujeitos da pesquisa são todos assistidos pelo ICP e concomitante são alunos da rede pública de ensino, municipal e estadual. Esse recorte foi importante na investigação, pois através das falas desses sujeitos, verificou-se suas impressões acerca do processo de inclusão identificando as possíveis dificuldades que eles enfrentam.

Entendemos na posição de pesquisador, que o ICP no seu percurso histórico junto à população dos deficientes visuais, esteve voltado para dois papéis distintos: o primeiro deles como **protagonista** de ações educativas e socialização desses sujeitos em face do pioneirismo no Estado da Paraíba, desde a década de 40, quando o paradigma vigente era a *escola especial*, segregada; o segundo e atual como **coadjuvante** do processo de inclusão desses sujeitos, tendo que adequar a estrutura administrativa e pedagógica, aos novos paradigmas propostos pela Política Nacional de Educação Inclusiva, que apresenta como modelo a *escola*

² O Termo ONG (Organizações Não-Governamentais) se proliferou no Brasil principalmente nos anos 90, sendo aplicado às organizações da sociedade civil que atuam paralelamente ao Governo em busca do bem-estar da coletividade, organizações essas constituídas sob diversas formas e denominações: associações, centros comunitários, grupos, fundações, institutos etc. Podem ser classificadas segundo as autoras brasileiras – Scherer-Warren e Gohn (2000) – tendo como referencial suas áreas de atuação: assistencial, desenvolvimentistas cidadãs.

³ Fundado em 16 de maio de 1944, é uma entidade privada, sem fins lucrativos, beneficente, autônoma de caráter educacional.

para todos. Portanto, dois papéis e em momentos distintos, como protagonistas; Escola Especial para Cegos; e como coadjuvante: Instituição de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Analisamos o andamento do processo de inclusão desses sujeitos na rede pública de ensino de João Pessoa/PB, e verificamos a confirmação da tendência nacional, de aumento de matrículas dos alunos com deficiência nas classes comuns da rede regular, segundo dados do Censo da Educação Básica (2009), divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).⁴

Essa dissertação apresenta-se em cinco (5) capítulos. O primeiro capítulo faz menção ao debate a respeito do terceiro setor e as organizações não-governamentais, caracterizando-as e retratando o debate contemporâneo travado à nível da academia, buscando-se entender o alcance e a importância das intervenções dessas entidades frente às questões sociais.

O segundo capítulo busca analisar de forma específica e ao mesmo tempo sucinta os fenômenos abordados como a exclusão social e sua vinculação com a pobreza, compreender as instâncias onde se apresentam e quais as categorias que se estigmatizam sob a sua tutela, baseados em dados de pesquisas que definem o Índice de Exclusão Social (IES), no Brasil. Buscamos compreender tal realidade relacionada aos grupos minoritários, entre os quais os que apresentam deficiência visual, e a partir desse contexto sócio-econômico, compreender os desafios encontrados por esses atores na busca de garantir seus direitos à cidadania plena.

O terceiro capítulo enfoca a discussão sobre a cidadania, conceitos e perspectivas atuais, tendo como referência os princípios da declaração universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas, que está completando 61 anos de existência. Aborda a inclusão social da pessoa com deficiência na perspectiva da Educação Inclusiva, trazendo o debate sobre os avanços em termos de marcos legais e os desafios colocados à efetivação da Política Nacional de Educação Inclusiva.

O Quarto e último capítulo contemplam a metodologia que utilizaremos em nossas análises e o percurso percorrido desde o levantamento dos dados até a conclusão dos resultados.

Enfoca também as análises a partir das percepções dos atores nela arrolados, acerca dos fenômenos aqui estudados, suas opiniões sobre essas questões; como esses adolescentes com deficiência visual, se percebem enquanto protagonistas do processo de inclusão social proposto pela política nacional inclusiva; como se definem enquanto jovens estigmatizados pela cegueira; quais suas opiniões sobre o preconceito e discriminação; como eles definem e

⁴ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação 2009.

entendem a participação do Instituto dos Cegos da Paraíba (ICP), no processo de inclusão sócio-educacional. Nesse capítulo consta também o perfil sócio-econômico dos atendidos pelo ICP. Tentaremos assim obter as respostas à essas questões e sistematizar alguns conhecimentos a partir da apreensão dessas percepções dos atores sociais desta pesquisa e se possível, suscitar outras indagações.

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE O TERCEIRO SETOR

A origem da expressão terceiro setor vem do termo inglês *Third Sector*. Também são empregadas outras denominações como, *Voluntary, Independent ou Non-profit Sector e Public Charities*, esses termos estão citados pela Cartilha do Terceiro Setor elaborada pela OAB/SP 2007. Genericamente na literatura especializada, denomina-se de terceiro setor, um certo conjunto de organizações constituídas sob a forma jurídica de direito privado, cujos objetivos ou finalidades sejam voltados para o interesse social e que não estão submetidas às limitações impostas ao Estado.

No campo teórico, é comumente apontada como marco inicial da responsabilidade social a obra *Responsibilities of the Businessman* de Howard Bowen, publicada no ano de 1953, nos Estados Unidos. Na prática, também no ano de 1953 e nos Estados Unidos, ocorreu o caso *A. P. Smith Manufacturing versus Barlow*, quando a Suprema Corte, decidiu que a organização pode doar parcelas de seu lucro para atividades voltadas ao desenvolvimento social. O termo terceiro setor foi utilizado pela primeira vez por pesquisadores nos Estados Unidos, tais como Etzione e Levitt em 1973, e a partir da década de 80 passou a ser utilizado também pelos pesquisadores Europeus Douglas (1983); Reese (1987) e Ronge (1988).

Atualmente essa terminologia é muito abrangente, inclui um amplo espectro de organizações sociais com características filantrópicas, dedicadas à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem-estar social. Insere-se também as organizações ligadas a defesa dos direitos dos grupos específicos da população, como mulheres, deficientes físicos e mentais, negros, povos indígenas, etc., ou de proteção ao meio ambiente, promoção do esporte, cultura e lazer, como preconiza os estudos de Santos (2008). Engloba as experiências com o trabalho voluntário pelas quais os cidadãos exprimem sua solidariedade, por meio da doação de tempo, emprestando seus talentos e habilidades a benefício das causas sociais.

Para os pesquisadores americanos e europeus o termo terceiro setor, sugere elementos importantes e se apresenta como uma alternativa para as desvantagens tanto do mercado, na questão maximização do lucro, quanto para o governo com sua burocracia inoperante. De acordo com a pesquisadora, Coelho (2000), na sua análise a respeito do tema, o que de fato

existe é uma combinação de *eficiência e flexibilidade* entre o mercado no que tange a equidade e a previsibilidade da burocracia pública.

O debate a respeito do chamado terceiro setor, pode ser entendido a partir da discussão a respeito da relação entre as necessidades humanas e sua satisfação via políticas públicas. É importante inserir na pesquisa sobre esse objeto, questões mais amplas que compõem o debate contemporâneo na arena das discussões, entre eles destaca-se o papel do Estado; a crise do Welfare State nos países centrais e a crise fiscal nos países em desenvolvimento. Nessa conjuntura de crises, poderemos situar o acirramento e expansão do pensamento neoliberal no campo econômico, através do *Consenso de Washington*, cujo cerne é a redução do Estado e a expansão do mercado e como consequência a redução dos investimentos nas políticas sociais e serviços de bem-estar.

No Século XX, observou-se um acentuado crescimento das ações Estatais em geral. O Estado passou a intervir de forma crescente na produção, financiamento e gestão de bens e serviços e a questão social e suas demandas, convertem-se efetivamente, em questão política. Ao término da Segunda Guerra Mundial, em consonância com o paradigma Keynesiano do Estado, gestor de políticas anti-crise, erigiu-se o Estado da Seguridade Social, o Estado-Providência, O Estado do Bem-Estar Social ou *Welfare State*, em suas variadas expressões: liberal, conservador, social-democrático. De acordo com a análise de Silva (2004), esses modelos foram desenhados de acordo com as especificidades dos países quanto as suas expectativas de desenvolvimento que pretendiam alcançar, tendo como diretriz a geração do emprego formal e integração aos agentes e fatores de mercado.

No Brasil o modelo de Welfare State tentou seguir uma trajetória própria, distinta do modelo neoliberal americano, tendo inclusive fortalecido a rede pública de previdência social, baseada em princípios universais em termos de cobertura de toda a população. Para Draibe (1995), especialista nesse assunto, o modelo Welfare brasileiro, no entanto, apresenta-se eivado de distorções na sua estrutura e o que realmente se configurou foi um modelo “Estado de mal-estar social”.

No entendimento de Esping-Andersen (1995), o Welfare State representou mais que um simples incremento nas políticas sociais nos países desenvolvidos, em termos gerais significou um esforço na reconstrução econômica, moral e política. No plano econômico representa o abandono da pura lógica do mercado em favor da segurança do emprego e de ganhos como direito à cidadania. Potyara (2006), ressalta que o Welfare State representou a fase de ouro das políticas de proteção social, principalmente nos países Europeus. Outros especialistas como Draibe (1995) e Medeiro (2001 apud SANTOS, 2008), afirmam que no

apogeu do Welfare State, houve uma perfeita parceria entre a política social e a política econômica, sustentada por um consenso; estímulo econômico conjugado com segurança e justiça social.

O Estado de Bem-Estar Social (EBES) erigido após a Segunda Guerra Mundial com base no modelo adotado na Inglaterra na perspectiva Beveridgeana, apresenta-se para atacar os cinco gigantes do caminho (a necessidade, a moléstia, a ignorância, a imundície e o ócio). Além desse enfoque, os estudos de Silva (2004), sobre o EBES, apresenta outros conceitos, mas que convergem para um consenso entre os autores que estudam o Estado de bem-estar-social, ao defini-lo de modo geral, pela responsabilidade do Estado pelo Bem-Estar de seus membros. Em sentido restrito, as intervenções do Estado para provisão de serviços de bem-estar, saúde, educação, habitação, garantia de renda e demais serviços sociais.

No que se refere à natureza do Estado de bem-estar-social, Silva (2004), afirma que podemos concebê-lo como um sistema econômico baseado na livre empresa, entretanto com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais. O Autor ainda afirma que não se trata de uma economia estatizada, as empresas respondem pelo incremento e realização da produção, cabendo ao Estado a aplicação de uma progressiva política fiscal, possibilitando a realização de programas sociais, previdência social, seguro desemprego e política de pleno emprego.

Santos (2008) relata que no contexto histórico entre o período de 1930 a 1970, observou-se nos países centrais, um Estado comprometido com os direitos sociais, regulação do mercado, proteção da renda, com as políticas sociais de cunho Keynesiano e visavam compensar a insuficiência do mercado em adequar os níveis de oferta e demanda agregada. Continuando na sua análise, Santos (2008), cita alguns especialistas em economia a exemplo de Além (1999); Giambiagi (1999) e Ikeda (1999), os quais afirmam que a década de 80 apresenta-se emblemática, por se caracterizar como uma *década perdida* do ponto de vista econômico, em face da grave crise dos países centrais. Houve uma desaceleração do crescimento econômico desses países pela metade. Para Pereira (2006 apud SANTOS, 2008), o baixo crescimento econômico e o problema inflacionário, favoreceram o rompimento com a conotação de proteção social e atingiu frontalmente a contínua ampliação das políticas sociais.

Nesse contexto econômico caracterizado por desequilíbrio orçamentário nos países centrais, de déficits públicos recorrentes e a penalização da atividade produtiva, a inflação e o desemprego, surgem como consequência inevitável. Para a especialista Draibe (1995), a consequência da crise econômica nos países centrais, atingiu com intensidade ainda maior os países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil e dos países da América Latina. Destaca-se a

crise do endividamento externo ou a chamada crise do setor público. Ocorreu nesses países uma queda considerável no ritmo de desenvolvimento econômico e social, com elevado endividamento externo, obrigando-os a submeterem-se a um rigoroso programa de ajuste fiscal acordado com os credores internacionais.

Neste cenário de crise financeira mundial, foram estabelecidas nos países centrais, diretrizes econômicas anti-crise, para os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, a partir *Consenso de Washington*, que passou então a ditar os fundamentos da política econômica no âmbito global, baseado na doutrina do neoliberalismo econômico, cujo cerne é estabelecer uma relação diferente entre Estado e Sociedade, no tocante ao processo de proteção social tendo como diretriz programática a redução do Estado e a expansão do mercado. Para Paiva (2003), o pensamento ideológico da vertente neoliberal ganha resistência nesse momento, quando endossa a ideia de Estado Mínimo, em face dessa ineficácia do Estado no enfrentamento das demandas sociais.

No entanto as medidas econômicas suscitadas e orientadas pelo Consenso de Washington, longe de equacionar as distorções sociais nas várias regiões dos países emergentes principalmente, produziram efeitos danosos a população pobre desses países. Tais medidas são duramente criticadas pelo Economista Joseph Stiglitz (1998), então presidente do Banco Mundial:

Las políticas promovidas por el Consenso de Washington.. no son precisamente completas y a menudo han estado equivocadas... los resultados económicos no vienen determinados solo por La política económica y los recursos humanos, sino por La calidad de las instituciones de um país (La sociedad civil em uma perspectiva comparativa – Lester M. Salomon, Helmut K. Anheier y colaboradores). (FUNDAÇÃO JOHN ROPIKINS, 1990, p. 21).

Podemos afirmar que os países em desenvolvimento foram os mais atingidos no que se refere às restrições impostas por essas medidas econômicas, quanto ao investimento em políticas sociais de proteção e bem-estar, coube aos movimentos sociais e a sociedade civil organizada a busca de alternativas viáveis no enfrentamento da questão social.

Segundo a especialista Gohn (2000), o contexto histórico dos anos oitenta é caracterizado por fortes mudanças no âmbito das lutas sociais. A sociedade civil ganha maior mobilidade na busca de novas interlocuções entre o Estado e o Mercado com reflexos na cultura política do país, com ênfase na questão da *solidariedade*, como grande eixo articulatório das ações sociais.

De acordo a colocação de Tenório (2006), referindo-se ao cenário de crise, a *questão social* torna-se mais complexa com o fenômeno da globalização que cria riquezas na mesma magnitude em que acentua a pobreza dos excluídos do processo civilizatório – com a constatação de que o Estado, supostamente remediador desses males, tem sido ineficaz como promotor de maior justiça social. Nessa direção comenta Carneiro (2002), o Terceiro Setor é articulado como premissa às crises econômica e social geradas pelo modelo econômico de acumulação vigente e relata que o seu desenvolvimento é fruto em grande parte e atribuído as falhas do Estado e do mercado na provisão de bens e serviços sociais implícitos no bem-estar.

Diante da complexidade dos problemas globais, as tentativas para solucioná-los agora dependem da capacidade de articulação de um espectro mais amplo de agentes sociais. Nesse ínterim, ganha visibilidade a crescente intervenção da sociedade civil organizada, ocupando espaços no enfrentamento compartilhado da questão social. Essa intervenção é analisada, ainda por Tenório (2006), não como uma substituição da ação do Estado, mas pela rediscussão do seu papel, e pela importância da participação cidadã no processo de democratização, direcionando o foco do desenvolvimento sustentável para o seu aspecto social e ambiental, fazendo o contraponto aos modelos vigentes de desenvolvimento centrado no Estado e no mercado.

Em geral, o terceiro setor apresenta-se na atualidade como um conjunto de entidades da sociedade civil organizada, unidas no objetivo de dar *respostas* as limitações do Estado e do mercado quanto à questão social e suas demandas agregadas, visando contribuir através de ações complementares às públicas para o desenvolvimento da cidadania plena.

No aspecto civil e fundamentação legal, as entidades do terceiro setor são regidas legalmente pelo Código Civil (Lei nº 10.406/02 com as introduções trazidas pela Lei nº 10.825/03 e 11.127/05) e juridicamente constituídas sob a forma de associações ou fundações.

A temática tem suscitado muitas controvérsias, tanto no nível do debate teórico quanto na esfera da prática, isso em parte se deve a inconsistência ou imprecisão conceitual, no que se refere ao terceiro setor e suas organizações, no tocante a sua abrangência. Vários pesquisadores apresentam posições diferentes acerca do tema. Apresentaremos algumas, porque entendemos ser importante a análise dessas posições.

Montano (2003) se posiciona contrário a articulação da sociedade civil e expõe suas idéias com criticidade em relação ao terceiro setor, exatamente pela ausência de fundamentos teóricos e conceituais consistentes. Na sua abordagem *generalista*, inclui como tendenciosas todas as organizações ligadas a esse setor sem exceção, o que entendemos ter sido um exagero

da sua conclusão, a inserção num mesmo patamar as ONGs sérias e as não sérias, as boas e as ruins, no entanto, seu posicionamento não invalida a importante contribuição, que ofereceu para o debate teórico do tema.

Outra contribuição nessa direção crítica é dada por Paiva (2003), quando afirma que o terceiro setor criou um *imaginário coletivo falso*, no que se refere à participação da sociedade nas questões políticas, pois o que se observa na prática é a omissão da defesa dos espaços e dos direitos da maioria e que a sociedade civil não é o verdadeiro cenário da história. Para a Pesquisadora, falta à abordagem a conscientização política nos programas e projetos sociais implantados pelas entidades do terceiro setor.

Outras críticas direcionadas ao terceiro setor e as suas organizações no Brasil, partem dos argumentos de que são criações de agências internacionais interessadas em influenciar nas decisões políticas e intervir nas questões econômicas e ambientais do País, tendo em vista ampliação de seus interesses e negócios em áreas estratégicas; outra crítica refere-se aos desvios dos recursos financeiros na execução dos projetos implementados, tendo em vista a alocação dos altos salários pagos aos técnicos envolvidos nessas organizações em detrimento dos objetivos sociais declarados; e outra crítica é a que existe de fato, uma *Pilantropia Social*. Recentemente muitas fraudes envolvendo falsas licitações tem colocado diversas ONGs dentro de escândalos de corrupção e desvio de verbas, noticiado pelos principais jornais e veículos de comunicação de massa do País. São ONGs apenas de fachada, dirigidas por políticos inescrupulosos envolvidos em malversação do dinheiro público.

Como observamos na academia e fora dela o tema é bastante controvertido, no entanto entendemos que o conceito terceiro setor, aproxima-se do consenso, quando empregado como conjunto de iniciativas provenientes da sociedade civil voltadas para a questão social e conscientização para os direitos de cidadania. Para Franco (apud COELHO, 2000), tratando da utilidade pública das organizações do terceiro setor, afirma que são consideradas como tal, aquelas que produzem bens ou serviços de caráter público ou de interesse geral da sociedade.

Santos (2008), na sua investigação, apresenta argumentos em que defende a existência de três setores, a saber; O Estado como Primeiro Setor; o mercado, Segundo Setor; as ONGs, institutos, fundações, associações, entidades de classe, Igrejas entre outras, que atuam na área social sem fins lucrativos, fazem parte do Terceiro Setor.

O debate acerca do terceiro setor apresenta diferentes discussões teóricas nos mais variados aspectos: conceitual e político-ideológico. No plano prático às entidades agrupadas sob sua denominação, associações, fundações, organizações religiosas e partido político, desenvolvem várias ações no campo social de caráter público em prol do bem comum e suas

intervenções na sociedade, obedecem a diversos interesses. Comprovamos que entre os autores que pesquisam esse tema, não existe unanimidade no tocante a sua abrangência, conceito e bases teóricas. O debate prossegue ainda distante do consenso.

1.1 Trajetória Histórica das ONGs e Contexto Atual Brasileiro

As associações voluntárias acompanharam o cotidiano das comunidades e antecederam o surgimento do Welfare State. Eram em sua maioria ligadas às organizações religiosas, filantrópicas e étnicas. Com predominância do viés das tradições religiosas ressaltavam o papel de instituições como família, amigos ou vizinhos e a igreja como as primeiras instâncias às quais apelarem em tempos de necessidade.

Essas associações cujas finalidades tem sido objeto de investigação por parte de alguns autores ao longo da história, entre eles, Alexis Tocqueville (2005, grifo nosso) que em sua obra *A Democracia na América*, publicada inicialmente em 1835 e depois em 1840, enfoca o cotidiano dos norte-americanos com ênfase ao espírito associativo e solidário presente nas relações sociais.

Essa tendência ao associativismo e a solidariedade é destacada por Tocqueville (2005), no cotidiano dos norte-americanos e corrobora com a colocação de Coelho (2000), acerca da filantropia e da caridade cristã, norteadores das ações das ONGs nas suas raízes históricas até por questões de sobrevivência, a organização coletiva se impôs, juntamente com a divisão de tarefas e prestação de auxílio mútuo como decorrência direta desse convívio em sociedade.

Especialista como Moura (apud GOHN, 2000), datam o surgimento de organizações e entidades sociais e filantrópicas no Brasil desde a época colonial vinculada as tradições religiosas. Já a Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (ABONG), através do seu site nos informa que a expressão ONG aparece primeiramente na Carta da Organização das Nações Unidas, no Conselho Econômico e Social (ECOSOC), na década de 40.

Em âmbito mundial, a expressão surgiu pela primeira vez na Organização das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Guerra Mundial, com uso da denominação em inglês “Non-Governmental Organization (NGOs)”, para designar as organizações supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas por acordos governamentais. (ABONG, 2009).

Na década 70 no Brasil, a configuração das entidades Não-Governamentais, se estabelece sob uma intensa influência da literatura estrangeira ao propor a delimitação da dicotomia existente na época entre Estado Ditatorial e Sociedade Civil. No período da ditadura militar, as ONGs e os movimentos sociais com tendência progressista, emancipatória e democrática, levantaram a bandeira em prol do **ensino público e de qualidade**. Movimentos como a Consciência Nacional Popular, experiências ligadas as Ligas Camponesas, Movimento de Cultura Popular e as propostas pedagógicas de Paulo Freire, travaram um embate político-ideológico com o Estado ditatorial, na busca de assegurar aos cidadãos brasileiros os seus direitos sociais, como também a politização dos segmentos populares, fomentando uma reflexão crítica sobre suas condições de vida.

Abreu (2002) enfatiza a trajetória histórica das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na busca de construir espaços democráticos visando estabelecer um novo tipo de intervenção das classes subalternas no movimento histórico na perspectiva de sua emancipação.

As estratégias de enfrentamento dos problemas sociais, por parte das ONGs inicialmente tinham caráter *assistencialista* em face das ligações com grupos religiosos. A partir da década de 70, essa estratégia transformadora, caracterizou-se nos países da América Latina, por seu empenho na *democratização dos países*, mediante ações voltadas tanto para uma política social de desenvolvimento comunitário quanto para execução de atividades de auto-ajuda, assistência e serviços no campo do consumo, da educação, saúde, entre outros. Na Década de 80 com as mudanças conjunturais dos países Latino Americano, as ONGs passaram a defrontar com os novos desafios na forma de gestão em face das mudanças ocorridas no âmbito sócio-econômico e político desses países, caracterizadas por:

- Índices cada vez mais altos de inflação;
- Emergência ou vigência de governos democráticos;
- Implantação de uma política neoliberal de desenvolvimento, agravando a pobreza;
- Crescimento do setor informal da economia;
- Descrédito do Banco Mundial e das instituições internacionais com relação ao destino dado pelos órgãos governamentais aos recursos alocados em programas de desenvolvimento social.

Retomamos a discussão do cenário da crise financeira internacional ocorrida na década de 80, considerada como a década perdida para economia e as repercussões nefastas no âmbito social. Em contrapartida e paradoxalmente, ocorre nos países em desenvolvimento, particularmente no Brasil, uma intensa mobilização dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada na busca de construir novos paradigmas de interlocução e enfrentamento da crise.

Hebert de Souza, um dos ícones do processo de redemocratização do Brasil e protagonista de campanhas em favor da cidadania plena, assim definia as organizações não-governamentais:

Uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. (SOUZA, 1996 Vol. 4 p.1)

Na sua visão as ONGs são, *comitês da cidadania* e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham.

Continuando com sua abordagem Hebert de Souza (apud SANTOS, 1991), enfatiza que o papel das ONGs no Brasil, pós Constituição de 1988, foi propor à sociedade brasileira, a partir da sociedade civil, *uma sociedade democrática, nos pontos de vista político, social, econômico e cultural*. Entendia a necessidade da sociedade civil, colaborar com o Estado e viabilizar uma nova forma de produzir e distribuir bens e serviços que superassem os limites da lógica do capital e estabelecessem um diálogo construtivo entre o setor governamental e empresarial, numa tentativa de universalizar todos os direitos sociais.

Na década de 90, as ONGs se vêem diante de outros desafios entre eles o de estabelecer diálogo com os setores governamental e empresarial, tais como:

- Sair do micro para o macro, isto é, não limitar suas ações a microrregiões e sim contribuir com sua experiência para o desenvolvimento macro;
- Sair do privado para o público, deixando de atuar na clandestinidade para atuar de forma mais transparente, divulgando ao público o que são, por que lutam, o que propõem;
- Passar da resistência à proposta, ou seja, da ação contra o Estado e a margem do mercado para uma ação participante.

Atualmente, a difusão das ONGs no Brasil caminha a passos largos. Segundo dados apurados pelo IPEA e pelo IBGE, em 2004, o país contava com 276.000 fundações e associações sem fins lucrativos, em dados atuais de 2009, são 300.000. No final da década de 90, a literatura especializada apontava que os valores destinados à filantropia e promoção social no Brasil eram de US\$ 300 milhões, atualmente, esse valor é estimado em R\$ 40 Bilhões.

Podemos deduzir que vários fatores estão contribuindo para essa expansão de entidades e recursos financeiros, entre elas destacamos a significativa adesão de empresas e particulares como apoiadores de projetos sociais. O próprio público consumidor encontra-se mais atento às boas práticas sociais e valorizando as empresas que são adeptas da responsabilidade social, de acordo com a Rede Brasileira do Terceiro Setor (REBRATES, 2009).

É importante frisarmos que o aumento da criação de ONGs é vista pelos críticos do terceiro setor, como uma forma encontrada pelo modelo econômico neoliberal, para difundir a idéia da minimização do papel do Estado frente às demandas sociais. Entretanto, em face da diversidade e modalidades existentes na atuação social e cultural das ONGs, identificamos a existência de muitas que são sérias e que desenvolvem projetos complementares às ações do Estado, como é o caso do Instituto dos Cegos da Paraíba (ICP), escolhida para nossas análises.

1.2 Caracterização das ONGs e Aspectos Legais

Apesar das dificuldades de concepções que envolvem as entidades do terceiro setor, elas compartilham algumas características comuns, segundo o grupo de pesquisadores da Universidade Johns Hopkins nos Estados Unidos, particularmente são:

- **Organizações** da sociedade civil que possuem uma estrutura institucional;
- **Privadas**, têm uma existência institucionalmente separada do Estado;
- **Sem fins lucrativos**, não repartem benefícios para os seus gestores e associados;
- **Autônomas**, controlam essencialmente suas próprias atividades;

- **Participação de voluntários**, a participação dos voluntários não está legalmente imposta e atraem certo número de doações voluntárias de tempo e dinheiro.⁵

Podemos assim caracterizar as ONGs por serem organizações sem fins lucrativos, autônomas, o que significa sem um vínculo com o governo, tendo como finalidade o atendimento das necessidades sociais e culturais de uma parcela da população excluída, de bens e serviços públicos, de base popular, *complementando a ação do Estado*. Atualmente, estudiosos têm defendido o uso da terminologia *organizações da sociedade civil* para designar as mesmas instituições.

As Organizações Sociais (OS), Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSSIPS), caracterizadas como o terceiro setor, consistem em linhas gerais, na articulação da sociedade civil por meio de um ente que tem como objetivo e compromisso fomentar ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população excluída socialmente.

É importante enfatizar que o Estado, setor público, se financia com os impostos pagos pelos contribuintes; o mercado, setor privado, sustenta-se com o lucro; e o Terceiro Setor, enquanto iniciativa organizativa da sociedade civil, mantêm-se com doações, convênios, parcerias, etc. As diferenças terminológicas para referir-se a este setor mudam de país a país dependendo em parte da cultura organizativa, no caso do Brasil as entidades da sociedade Civil em geral são denominadas de ONG(Organização Não-Governamental).

O Termo ONG se proliferou no Brasil principalmente a partir dos anos 80, sendo aplicado às organizações da sociedade civil que atuam paralelamente ao Governo em busca do bem-estar da coletividade, organizações essas constituídas sob diversas formas e denominações: associações, centros comunitários, grupos, fundações, institutos, etc.

Possui a ONG amplo campo de atuação, desenvolvendo atividades que vão desde a promoção social, defesa do meio ambiente, direitos humanos, direitos da mulher, da criança, do adolescente e do idoso, inclusive trabalhos voltados para a mobilização popular, visando à defesa de determinada causa.

Acompanhando o percurso histórico da legislação brasileira sobre as organizações sem fins lucrativos, a primeira delas foi elaborada em 1916 – Lei para Regular as Entidades sem Fins Lucrativos a qual determinava as exigências para sua constituição através da publicidade dos estatutos da organização em Diário local e posteriormente apenas com a Razão Social da

⁵ La Sociedad Civil em uma Perspectiva Comparativa. Lester M. Salomon, Helmut K. Anheier y Colaboradores.

entidade e o Cartório onde está registrada. A partir do registro dessa documentação, as entidades passaram a estar aptas a se beneficiarem das isenções fiscais e de fundos públicos.

Analisando numa perspectiva crítica o processo de constituição das entidades sem fins lucrativos brasileiras, a pesquisadora Gohn (2002), ressalta que é muito confuso e complicado, tendo em vista as dificuldades na fiscalização e no controle social das mesmas. A Constituição Federal em seu artigo 150 ressalta: *é vedada a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, o poder de tributar as entidades sem fins lucrativos*, entretanto essa isenção fiscal deve ser concedida obedecendo a certas condições:

- Não remunerar dirigentes;
- Não distribuir lucros a quaisquer títulos;
- Aplicar integralmente os recursos na manutenção e desenvolvimento de objetivos sociais;
- Escriturar receitas e despesas de forma exata.

São as exigências necessárias para obtenção por parte das entidades sem fins lucrativos, do certificado de utilidade pública. Somente sendo reconhecida com tal é que poderão ter acesso a subsídios públicos.

Segundo Gohn (2002), para se adquirir o status de Utilidade Pública, as associações, organizações, fundações, deverão percorrer uma verdadeira *via-crucis* burocrática, seguindo pelas instâncias federal, estadual e municipal. No plano federal a exigência é dupla, além do título de utilidade pública deve obter o Certificado de Fins Filantrópicos, exigido por uma lei datada de 1959. Esse certificado constitui-se o passaporte para atingir o Fundo Público, pela isenção de taxas e impostos e subvenções estatais, sendo que essas subvenções e concessões são reguladas por leis e ou decretos. Os recursos para a assistência social são repassados para o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), que processa a distribuição.

No plano estadual os recursos são administrados pelo Conselho Estadual de Auxílio e Subvenções, o qual destina 30% de suas verbas para a Assembléia Legislativa, cabendo aos Deputados indicarem as entidades que irão ser beneficiadas. Esse procedimento é no mínimo esdrúxulo, pois põe em risco o princípio da neutralidade e da imparcialidade que deveriam ter as organizações de utilidade pública. Soma-se a isso o decreto de 1984, que regula o auxílio concedido às entidades, de forma bastante ampla e genérica, através da ajuda do Estado destinada a cobrir, parcial ou totalmente, investimentos em construção, reconstrução, reforma

e ampliação de prédios, instalações e equipamentos. Quanto à subvenção, é a ajuda do Estado com caráter necessariamente supletivo, quando aplicada em despesas de manutenção. No âmbito municipal, as concessões são reguladas por lei orgânica municipal.

Atualmente as entidades que integram o chamado terceiro setor têm fundamento jurídico de validade no Brasil no art. 5º, incisos XVII e XVIII da Constituição Federal, que assegura a plena liberdade de associação para fins lícitos, sendo garantido, ainda, às associações sua instalação sem autorização prévia do Poder Público, estando condicionada sua dissolução ou suspensão de atividades, quando requeridas pelo Estado, somente mediante decisão judicial. As ONGs são regidas pelo Código Civil Lei nº 10.406/02, arts. 44 a 52 (normas gerais); arts. 53 a 61 (associação); 62 a 69 (fundações) e; arts. 2031, 2.033 e 3034 (adaptação ao Código Civil) com as introduções trazidas pela Lei nº 10.825/03 e pela Lei nº 11.127/05. Juridicamente constituídas sob a forma de associações e fundações.

O Novo Código Civil Brasileiro classifica as modalidades de pessoas jurídicas em: Associações, Fundações e Organizações Religiosas e Partidos Políticos, conforme está escrito:

Já o Código Civil, que é a Lei a quem compete a definição das espécies de pessoas jurídicas, deixando claro que as “sociedades” são pessoas jurídicas de direito privado como fins econômicos ou lucrativos (arts. 44 e 981), assim como que as “cooperativas” são “sociedades cooperativas” (arts. 1093 a 1.096), identifica e caracteriza como “sem fins lucrativos ou econômicos” as seguintes organizações:

(a) Associações (arts. 44 e 53): União de pessoas que se organizam para fins não econômicos.

(b) Fundações (arts. 44 e 62): Dotação especial de bens livres destinado ao fim especificado pelo instituidor, que poderá, inclusive, declarar a maneira que a fundação será administrada. A fundação apenas poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

(c) Organizações Religiosas (art. 44, § 1º): Liberdade de criação, organização, estruturação interna e o funcionamento, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

(d) Partidos Políticos (art. 44, § 3º): São organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica. (BRASIL, 2007).

As ONGs podem ser classificadas segundo as autoras brasileiras – Scherer-Warren (2000) e Gohn (2000), tendo como referencial suas áreas de atuação em:

a) Assistencial

Tendo em vista o aprofundamento da questão social e seus reflexos na sociedade brasileira. Um grande número de ONGs atua na dimensão do assistencialismo, mediante

doação de bens: cestas básicas, remédios, fornecimento de abrigos, passagens, etc. Outras têm uma atuação nas áreas da Educação, com aulas de reforço escolar, atividades culturais, esportivas e também na área da Saúde, preventiva, curativa e alternativa.

b) Desenvolvimentista

Estimuladas pela realização da Conferencia do Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, mais conhecida como a ECO 92, que constituiu seu marco histórico, surgiram muitas ONGs com o propósito de atuar no meio ambiente. As propostas que mais se destacam são as alicerçadas no desenvolvimento auto-sustentável, nas áreas de barragens, reservas ecológicas, reservas indígenas ou de produção alternativa de produtos para comercialização popular.

Para a especialista e pesquisadora Gohn (2000), das 400 ONGs canadenses, que atuam nessa área desenvolvimentista, dados de 1992, um percentual elevado delas têm projetos voltados para a América Latina, junto as comunidades indígenas e populações pobres, onde são estimuladas oficinas de produção de bens voltados para exportação, tendo um impacto positivo na economia local, através da geração de emprego e renda. Com esses projetos podemos perceber que é possível conciliar o desenvolvimento sustentável, através da cooperação internacional e desenvolvimento social de muitas regiões carentes, com respeito ao meio ambiente.

No que se refere ao meio ambiente, existem diversas ONGs espalhadas no mundo todo, cujo foco é o desenvolvimento sustentável. **A Rede ONGs Mata Atlântica**, é uma articulação que reúne 257 organizações não governamentais em 17 Estados brasileiros que atuam na conservação e recuperação e uso sustentável da Mata Atlântica.

c) Cidadã

Centradas essencialmente nas lutas de reivindicações dos direitos de cidadania, pela valorização da ética e da solidariedade para que determinados direitos que ainda não foram legitimados pelo Estado, passem a vigorar. Constroem redes de solidariedade promovendo e participando de programas e serviços sociais, quando atuam junto às minorias discriminadas, fornecendo subsídios para elaboração de políticas públicas. Essas ONGs buscam intensificar uma interlocução com a sociedade civil na qual representam na perspectiva de elaboração de valores coletivos e na participação na esfera pública. A ONG Instituto dos Cegos da Paraíba, entidade cujas ações estão sendo investigadas nessa pesquisa, insere-se dentro dessa

perspectiva, visto que seu foco é promover a inclusão sócio-educacional de crianças e jovens com deficiência visual e lutar para garantir os direitos de cidadania desses sujeitos.

Santos (2008, grifo nosso), na sua dissertação analisa as ONGs que defendem os direitos humanos e cita em destaque a **Anistia Internacional**, conhecida mundialmente e respeitada pela opinião pública, por vários segmentos da sociedade: intelectuais, pelo governo, pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Possui um secretariado internacional em Londres na Inglaterra, onde se localiza as equipes de investigação.

Essa classificação demonstra as áreas de atuação das ONGs, na qual fica claramente evidenciado o papel sociopolítico dessas organizações e seus desafios globais na sociedade pós-moderna. Relacionamos algumas contribuições de autores para o aprofundamento do debate.

Tenório relata (2006), que assistimos a emergência de novos centros de poder econômico e político, à revolução nas comunicações, aumento da produtividade industrial e agrícola, assim como da urbanização. Paralelo a esse desenvolvimento, no campo social, temos o crescimento da pobreza, da violência, de doenças e da poluição ambiental, acrescidos de conflitos religiosos, étnicos, sociais e políticos. Nessa perspectiva atuam as ONGs de cunho assistencial e cidadã.

Para Tachizawa (2004), o público envolvido e atendido pelas ONGs é bastante diversificado. Inclui associações, sindicatos, grupos religiosos, trabalhadores, etc. Entre os beneficiários estão os setores marginalizados, como portadores de deficiência física, moradores de rua, negros, indígenas, presos comuns, entre outros.

No entendimento de Borges (2005), na agenda propositiva das ONGs, estão ressaltados, o exercício da cidadania, a valorização da ética, da solidariedade. Daí um número crescente de pessoas e instituições imbuídas de propósitos de bem estar da população nas áreas da educação primária, meio ambiente e defesa dos direitos humanos.

Para a pesquisadora Zapelon (2002), as ONGs têm os seguintes objetivos: aumentar o nível de participação social fortalecendo os laços de solidariedade entre grupos sociais diversos; resolver problemas postos pela ausência do Estado nas áreas sociais e ambientais. Para ela, as ONGs travam uma espécie de contraponto em relação ao avanço do neoliberalismo econômico, pois elas representam inclusive um *foco de resistência* a tal avanço, atendendo às demandas sociais de forma criativa, suprindo as ausências do Estado negligente.

CAPÍTULO II

2 EXCLUSÃO SOCIAL: UMA QUESTÃO EM DEBATE

Podemos iniciar a discussão abordando a contribuição dos estudos de Fleury (2005), retirado do seu artigo sobre a Seguridade Social e os Dilemas da Inclusão Social, quando a autora coloca que a exclusão social e a questão social estão imbricadas numa problemática, que demanda como resposta seu equacionamento por parte do governo e da sociedade. Afirma também que nos países Latino-Americanos a exclusão sempre existiu e com a qual esses países convivem como algo natural.

Ao se referir à exclusão Fleury (2005), refere-se a não-incorporação de uma parte significativa da população à comunidade social e política, negando sistematicamente seus direitos de cidadania impedindo seu acesso à riqueza produzida no país.

De modo amplo a exclusão social pode ser entendida como um processo sócio-histórico caracterizado pelo recalçamento de grupos sociais ou pessoas, em todas as instâncias da vida social, com profundo impacto na sua individualidade.

Numa abordagem técnica, pessoas ou grupos sociais são de uma maneira ou de outra excluídas de ambientes, situações ou instâncias. Estar excluído é “estar fora”, à margem, sem possibilidade de participação, seja na vida social como um todo, seja em algum dos seus aspectos. Nessa direção, pode-se designar, desigualdade social e econômica, marginalização social, exploração social, injustiça, entre outras significações, fazendo parte intrínseca de um mesmo aspecto fenomenológico.

Jaime Pinsk (2004), aborda em seu artigo sobre a Cidadania e a Inclusão Social, a exclusão social observada numa perspectiva sistêmica. Enfatiza a contribuição de vários autores, entre eles a da antropóloga e pesquisadora Francesa Martine Xiberra (1993 apud PINSK 2004), ao asseverar que, excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais e simbólicos, de nossos valores. Nessa mesma direção expõe o pensamento da Assistente Social Sposatti (1996), quando coloca que a condição de excluído, é uma impossibilidade de poder partilhar, por isso, uma exclusão social e não pessoal.

Traz também a posição de Cristovão Buarque (2002), Senador da República e ex-reitor da Universidade de Brasília, que considera um processo de “apartação social” pelo qual denomina-se o outro como um ser à parte, ou seja, o fenômeno de separar o outro, não apenas

como um desigual, mas como um não-semelhante. Tais conceitos embasam nossa pesquisa que tem como fulcro, o olhar da exclusão pelos excluídos, particularmente os deficientes visuais e os consequentes entraves para inserção desses indivíduos na sociedade atual.

Outra abordagem, trata a exclusão social no seu aspecto dialético, sendo um processo complexo e multifacetado (polissêmico), dotado de contornos materiais e, políticos, relacionais e subjetivos. Nessa visão a exclusão é colocada não como uma falha, uma característica do processo capitalista, ou de outro regime ideo-político: a exclusão é parte integrante do sistema social, produto do seu funcionamento; dessa forma, sempre haverá, mesmo teoricamente, pessoas ou grupos sofrendo do processo de exclusão social.

2.1 Instâncias de Exclusão Social e Categorias

Podemos situar as instâncias da exclusão inicialmente no plano macro-político global. Países periféricos da América Latina, África e parte do Continente Asiático – são excluídos da ordem econômica mundial, em relação aos países centrais, Estados Unidos, Países da União Européia entre outros economicamente desenvolvidos.

Os países centrais, a partir dessa nova ordem econômica mundial (globalização), estabelecem uma relação hegemônica com os países em desenvolvimento e com o restante do planeta em função do imenso poderio econômico e militar.

São considerados excluídos no nível de grupos sociais:

- Minorias étnicas (indígenas, negros);
- Minorias religiosas;
- Minorias culturais.

Quanto às categorias de exclusão social, no nível do senso comum há certa aceitação sobre o acirramento dos processos de exclusão face às determinações sócio-econômicas e conseqüentemente, os níveis culturais. Poderemos observar, através do quadro abaixo, elaborado a partir dos dados do Índice de Exclusão Social (IES) no Brasil, em modo geral que são interpenetrantes numa tentativa de ordenamento; como também se verifica a presença predominante da população pobre em detrimento da população que dispõe de melhor condição econômica.

QUADRO 1 - Representação gráfica da exclusão

Excluídos de gênero:	mulheres e crianças
Excluídos em termos de opção sexual:	homossexual e bissexual
Excluídos por idade:	crianças e idosos
Excluídos por aparência física:	obesos, deficientes físicos, pessoas calvas, pessoas mulatas ou pardas, portadores de deformidades físicas, pessoas multiladas
Excluídos do universo do trabalho:	desempregados e subempregados, pessoas pobres em geral
Excluídos do universo sócio cultural:	pessoas pobres em geral, habitantes das periferias dos grandes centros urbanos
Excluídos do universo da educação:	os pobres em geral, os sem escola, as vítimas de repetição, da desistência escolar, da falta de escola junto a seus lares, deficientes físicos, sensoriais e mentais.
Excluídos do universo da saúde:	pobres em geral, doentes crônicos e deficientes físicos, sensoriais e mentais
Excluídos do universo social como um todo:	os portadores de deficiência física, sensoriais e mentais, os pobres, os desempregados

Quadro 1: Categorias de exclusão

Fonte: Lemos e Nunes, 1997.

Na sociedade capitalista, por paradoxo, essas categorias são excluídas do sistema, não participam e nem usufruem dos bens materiais e culturais, no entanto, sustentam a ordem econômica e social.

2.2 O Paradoxo Brasileiro

Podemos inicialmente considerar o contexto sócio-histórico brasileiro a partir dos 300 anos de escravidão, onde o escravo era completamente excluído do sistema econômico, mas a sociedade da época era sustentada pelo seu trabalho. Com advento da abolição, desenhou um novo quadro econômico e social, no que tange a produção, dada a fuga da mão de obra, agora liberta de seus locais de trabalho e a vinda de imigrantes europeus; e por outra, pela situação dos ex-cativos, libertos e tendo que encarar sua nova condição, sem nenhum preparo para assumir com dignidade as funções na sociedade.

No Brasil a situação atual da exclusão social, em quaisquer instâncias, ou em todas, vem se agravando, segundo o Mapa da Exclusão Social, elaborado em pesquisa por Lemos e Nunes (1997, grifo nosso). Segundo o mapa é cada vez maior o número de desvalidos e de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza.

A pesquisa construiu o Índice de Exclusão Social (IES), a partir dos (5) cinco indicadores da exclusão a saber:

1. Percentagem da população do município ou distrito que está **privada de água tratada;**
2. Percentagem da população do município ou distrito que está privada de **saneamento;**
3. Percentagem da população do município ou distrito que está privada de **coleta de lixo;**
4. Percentagem da população **maior de 10 anos com no mínimo 1 ano de escolaridade;**
5. Percentagem da população que sobrevive **em domicílios particulares cuja renda pessoal diária é de no máximo um dólar por dia.**

É possível observar nessa pesquisa que esses critérios indicativos da exclusão social brasileira, estão mais evidenciados especificamente em algumas regiões, onde se aglomeram um contingente maior dos excluídos. É o caso da região Nordeste cujo município com maior IES é *Fernando Falcão*, no Maranhão, que também é o Estado com maior percentual de excluídos.

Segundo o Senador Aluísio Mercadante do PT/SP, na tribuna do Senado Federal, teceu comentários sobre o diagnóstico da exclusão social brasileira, afirmando que apesar das mudanças ocorridas no âmbito da política e da economia nos últimos anos, a concentração de renda permaneceu inalterada durante toda a nossa história. Para o Senador, o único modo de mudar essa realidade seria através das reformas estruturais, como a da previdência, tributária, agrária e do poder judiciário. Na sua fala ele considerou como fundamental ao processo de inclusão social o fator educação, ao afirmar: que a educação é a porta de entrada do processo de inclusão social, e concluiu que Inclusão é primordialmente educação e emprego.

Analisando o que disse Mercadante a respeito das mudanças ocorridas na política e na economia, na verdade o modelo econômico é o mesmo mantido pelas elites governantes brasileiras nos últimos anos, inclusive pelo Governo Lula, mantendo os mesmos fundamentos e submetido às teses do neoliberalismo, para o ingresso na nova ordem mundial globalizada. Tal modelo vem intensificando profundamente a concentração de renda, de forma que, somos um país potencialmente produtor de riquezas e ao mesmo tempo, figuramos nos últimos lugares, nas estatísticas sobre a qualidade de vida da população.

O Brasil é na escala mundial o 10º PIB (Produto Interno Bruto), enquanto o nosso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), referencial para qualidade de vida da população de um país é o 72º, segundo o economista Nassif (2002), em artigo publicado na Folha de São Paulo. Porquanto, esse contraste entre a produção de riqueza e a qualidade de vida das pessoas denota a concentração demasiada de renda nas mãos de minoria dominante e insensível, perante uma esmagadora população subtraída dos seus direitos mais legítimos de cidadania. Daí observa-se, um aumento considerável nos índices de violência urbana, razão intrínseca da miséria e da desigualdade.

Outra consideração a respeito desse tema foi proferida pelo Ex-Ministro da Segurança Alimentar, do Governo Lula, José Graziano, que defende a inclusão social começando por uma nutrição adequada, pois pra Ele a fome é a mãe da exclusão social. Graziano também exalta a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), criado pelo então Presidente Itamar Franco, em 1993. A partir desse conselho houve uma imensa mobilização da sociedade brasileira pela campanha do sociólogo Hebert de Souza, o Betinho.

A pobreza e a exclusão social são expressões congêneres, pois representam na realidade um fenômeno social, estão interligadas a interferir no processo civilizatório e no desenvolvimento humano. Para Lemos e Nunes (1997), pobreza significa a negação das oportunidades de escolha mais elementares para o desenvolvimento humano, tais como: ter uma vida longa, saudável e criativa, ter um padrão adequado de liberdade, dignidade, auto-

estima, e gozar de respeito por parte das outras pessoas. Segundo o Human Development Report (HDR) de 1997, estabelece que pobreza significa a negação de oportunidades de escolhas mais elementares do desenvolvimento humano.

Na literatura especializada observa-se dois eixos básicos que buscam definir pobreza. Partimos da premissa que a pobreza envolve um forte componente de subjetividade ideológica. Na perspectiva de interpretação neoclássica e conservadora, a pobreza é uma condição ou um estágio na vida de um indivíduo ou de uma família, podendo ser mensurada através de uma relação entre indivíduo ou família, a uma linha imaginária de pobreza, geralmente determinada por padrões de vida, envolvendo consumo e renda, abaixo das quais as pessoas são consideradas pobres. Em síntese, nessa visão a pobreza se refere a um posição passível de quantificação, determinada pela posição que o indivíduo ou família ocupa no que se refere à posse de bens e ao acesso a serviços e a riqueza.

Numa visão progressista, a pobreza é considerada sob o aspecto sócio-político, como uma relação historicamente determinada entre lutas de grupos sociais, na qual uma significativa parte da população, está privada dos meios que lhes assegurem os níveis adequados de bem estar social. Essa visão interpreta do ponto de vista da economia política a pobreza, a partir das relações entre grupos sociais, que competem entre si, e que em graus diferentes e desiguais, portanto assimétricos, assumem o controle dos bens e dos meios de produção.

São análises distintas de um mesmo fenômeno social, a primeira considera a pobreza simplesmente como uma condição ou um estágio na vida de um indivíduo ou de uma família, e a segunda mais abrangente, enfatiza os determinantes históricos ligados as relações sociais entre grupos e no poder que determinado grupo tem de apoderar-se dos ativos gerados pelas atividades econômicas. Em suma a pobreza é fruto da competição e dos conflitos que se estabelecem entre os grupos sociais na busca da posse dos ativos, sejam eles produtivos, ambientais ou culturais.

Numa tentativa de compatibilizar as diversas concepções a respeito do conceito de pobreza, entendida como um processo de exclusão social, a ONU (HDR, 1997) propõe interpretá-lo em três perspectivas:

- **Perspectiva do Rendimento.** Uma pessoa é considerada pobre se seu nível de rendimento situar-se abaixo de uma linha definida de pobreza. Essa linha está associada ou definida em relação à posse de rendimentos suficientes para aquisição de uma quantidade determinada de alimentos;

- **Perspectiva das Necessidades Básicas.** Segundo essa perspectiva a pobreza é a privação das condições materiais mínimas aceitáveis das necessidades humanas, incluindo alimentação, serviços de saúde, educação e de serviços essenciais como saneamento, água potável, dentre outros;
- **Perspectiva da Capacidade.** Representa a ausência de algumas capacidades básicas para os indivíduos ou famílias. Essas capacidades variam desde as físicas, associadas ao fato das pessoas estarem bem alimentadas, bem vestidas, bem abrigadas e imunes à morbidade previsível, até as realizações sociais mais complexas, tais como participação na vida da comunidade, participação nas decisões políticas, dentre outras.

A abordagem pela perspectiva das capacidades concilia as noções de pobreza absoluta e de pobreza relativa, haja vista que a privação relativa de rendimentos e de bens, pode conduzir a uma privação absoluta de atendimento as necessidades e desenvolvimento das capacidades mínimas.

CAPÍTULO III

3 CIDADÃO, CIDADANIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

3.1 Cidadão e Cidadania, Conceitos e Perspectivas

Iniciamos esse capítulo trazendo a discussão sobre os termos Cidadão e Cidadania, trazendo à cena contemporânea os atores sociais estigmatizados pela exclusão, em particular os cegos e deficientes visuais. Apresentamos o debate em que são colocados, os conceitos, os óbices contemporâneos e os avanços conquistados pela sociedade brasileira, tendo como referencial a implementação dos marcos legais estabelecidos através das lutas travadas no sentido de garantir os direitos civis, políticos e sociais de todos os cidadãos.

O que é ser cidadão? De modo geral o conceito de ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, é ter *direitos civis*. É também participar no destino da sociedade, votar e ser votado, ter *direitos políticos*. Por fim é ter *direitos sociais*, que garantam a participação dos indivíduos na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranqüila, dentre outros. Portanto, o cidadão para exercer sua cidadania plena, precisa ter assegurado todos esses direitos e a luta pela conquista plena ou parcial deles representa um processo histórico e social posto na atualidade.

Para o Professor Fiorani (2009 apud PINSK, 2004), no seu artigo “O Que é Cidadania”, cidadão na atualidade, é poder conviver democraticamente em uma sociedade que garanta as melhores condições para cada um e para todos, de realização pessoal e coletiva, baseado na conquista da humanidade, ter acesso a educação, a saúde, ao lazer, aos bens culturais, ao convívio equilibrado com o meio ambiente, respeitar o outro, suas escolhas, seu credo, sua condição e opção sexual, política e filosófica.

Ainda segundo o professor Dimas Fiorani (2009 apud PINSK, 2004), o seu texto traz uma importante contribuição acerca do significado da palavra cidadania, quando a coloca relacionada intrinsecamente e necessariamente à outros conceitos, entre os quais: igualdade, democracia, justiça, ética, política, condição humana e informação. A cidadania, no seu ponto de vista, exige condições materiais, políticas e culturais para a sua realização.

Como conceito histórico, a cidadania pode variar em seu significado no tempo e no espaço e muda de acordo com a história da humanidade. Para os Gregos ser cidadão era ser

habitante da cidade. Na atualidade a complexidade da vida em sociedade, faz com que cada país tenha seus próprios padrões de cidadania. Podemos citar como exemplo a Alemanha, os EUA e o Brasil, cuja legislação estabelece quem é ou não titular da cidadania, por direito territorial ou por sangue, como também pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada um deles.

Ao longo dos últimos trezentos anos, o conceito e a prática da cidadania, vem se alterando na dinâmica política e social de cada nação. Isso ocorreu tanto em relação à intensidade na abertura do estatuto do cidadão, no que se refere a permissão ou recusa da incorporação dos imigrantes à cidadania; quanto ao grau de participação política de diferentes grupos sociais, como é o caso do voto da mulher e do analfabeto, e aos avanços à proteção social oferecida pelo Estado aos que dela necessitam.

Para Jaime Pinsky (2004), pesquisador do tema, no seu artigo – a História da Cidadania – coloca que a cidadania instaura-se efetivamente no mundo a partir das lutas que culminaram na *Declaração dos Direitos Humanos, dos Estados Unidos da América do Norte e na Revolução Francesa*. Segundo Pinsky, esses dois eventos romperam o princípio de legitimidade que vigorava até então, baseado nos direitos dos súditos e passaram a estruturá-lo a partir dos direitos do cidadão. Daí em diante, diversas lutas foram travadas para que se ampliassem o conceito e a prática da cidadania, notadamente nos países ocidentais de forma que tais direitos se estendessem para as mulheres, crianças, minorias nacionais, étnicas, sexuais, etárias, portadores de necessidades especiais, dentre outras. Concluindo, Pinsky afirma que na acepção mais ampla, a cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia.

Num esforço de síntese, podemos elencar a partir da contribuição dos autores Fiorani (2009 apud PINSKY, 2004), algumas considerações a respeito de cidadania na sua abrangência conceitual e com as quais concordamos. Procuramos construir uma ponte entre tais conceitos, ligando-os ao fulcro da nossa análise que é a participação da sociedade civil organizada através de organizações centradas essencialmente nas lutas de reivindicações dos direitos de cidadania, pela valorização da ética e da solidariedade, para que determinados direitos que ainda não foram legitimados pelo Estado, passem a vigorar.

- Que a cidadania depende de uma sociedade capaz de assegurar a qualquer um e a todos a possibilidade de se auto-realizarem, em termos de acesso aos bens econômicos e sócio-culturais disponíveis;

- Que as leis existentes em nossa constituição são necessárias, mas insuficientes para a garantia da cidadania plena;
- Que a cidadania exige a presença ativa de pessoas capazes de se reconhecerem como cidadãos. Para tal reconhecimento, é necessário que as mesmas tenham tido a possibilidade de acesso a bens da civilização moderna como formação intelectual, profissional, emprego, renda, etc;
- Que a cidadania é uma condição política de direitos e obrigações frente ao coletivo e as pessoas com as quais se convive. É poder refletir sobre os atos que tenham conseqüências sociais, ter consciência dos seus resultados sobre a sociedade.

Posta essas considerações, podemos inferir que alcançar definitivamente a cidadania plena para cada um e para todos, talvez seja utopia, numa sociedade complexa inserida numa economia de mercado, cujo protagonista é o capital em detrimento do social. No entanto, aquilo que disse Mario Quintana sobre as estrelas, vale também para a possível construção da cidadania. *“Que tristes os caminhos se não fora a luz distante das estrelas”*. Este é o desafio.

3.2 Educação Inclusiva na Efetivação do Direito

A educação é o principal alicerce da vida social. Ela transmite e amplia a cultura, estende a cidadania e constrói saberes para o trabalho. Mas do que isso, ela capaz de ampliar as margens da liberdade humana, à medida que a relação pedagógica adote como compromisso e horizonte ético-político, a solidariedade e a emancipação. (BRASIL, 2001).

O tema inclusão social sugere observá-lo sobre vários ângulos e instâncias. Iremos pautar nossas observações especificamente na inclusão do ponto de vista da educação inclusiva, haja vista ser a instância de destaque atualmente das políticas públicas do Governo Federal para crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais e por envolver um número significativos de ONGs que atuam nesse segmento, como é o caso ICP no atendimento aos que apresentam deficiência visual. Analisaremos o debate travado acerca da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no complexo percurso a ser trilhado nos países em desenvolvimento, onde o índice de exclusão social é bastante elevado, a exemplo do Brasil e pautaremos a discussão em torno dos cinco

questionamentos elencados pelo professor Doutor David Rodrigues (2006), que resumem os problemas mais pungentes da delimitação das políticas inclusivas.

Organismos internacionais nomeadamente as Nações Unidas (ONU) e a UNESCO, têm produzido declarações que indicam que a Educação Inclusiva (EI) é não só uma possibilidade, mas um direito dos alunos. Para o professor-doutor em ciências da motricidade humana da Universidade Técnica de Lisboa Portugal, David Rodrigues (2006), às questões mais relevantes nessa discussão são: qual é a população alvo da EI, que modelos de apoio existem, quais são as alterações que uma política pública de EI implica na escola regular, que recursos são essenciais e quais as relações das escolas regulares com escolas especiais.

O conceito de EI é referido e aceito por quase todos os países do mundo e não só pelos subscritores da declaração da UNESCO, feita em Salamanca, em 1994. Recentemente, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelecida no âmbito das Nações Unidas, proclamava que:

[...] os Estados reconhecerão o direito de todas as pessoas com deficiência, à educação. Com vista à efetivação desse direito sem discriminação e com oportunidades iguais, os Estados membros assegurarão um sistema de educação inclusiva em todos os níveis e de aprendizagem ao longo da vida [...] (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

O Brasil optou pela política pública inclusiva através do documento intitulado, “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”. Segundo Rodrigues (2006, grifo nosso), a EI antes de qualquer coisa, pode ser entendida como uma **Reforma Educativa**, “é uma reforma que pretende inovar práticas e modificar valores inerentes à escola pública tradicional”. Esta inovação vai no sentido de desenvolver valores educacionais e metodologias de ensino que permitam aos alunos com diferentes capacidades, possam aprender em conjunto, isto é, sem segregação por sexo, etnia, deficiência, nível sócio-econômico. A EI tem como premissa básica a **Equidade Educativa**, por essa se entende a garantia na igualdade, quer no acesso, quer nos resultados. Nessa perspectiva, a EI pode ser considerada quanto a sua abrangência, uma “escola para cada um”, no sentido de responder capazmente às necessidades de cada aluno, mas também uma “escola para todos” no sentido do acolhimento a qualquer aluno.

Essa reforma para Rodrigues (2006), tem contornos de uma grande radicalidade. Mantoan e Rodrigues (2006, p. 192), afirma que o “direito a diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista com suas medidas e mecanismos de produção da identidade e da diferença”.

A escola tradicional acalentou alguns mitos que ao longo da história desenvolveram-se de forma a se tornar seletiva e a encarar a diferença como uma anormalidade a ser afastada; acalentou ainda a *ideia-mito* da homogeneidade dos alunos organizando-se para responder ao aluno “médio” e rejeitando pela reprovação ou pelo abandono os alunos que por razões diversas afastaram-se desse padrão.

Para os teóricos defensores da EI seu foco central é mudar os conceitos e as práticas de ensino e da aprendizagem de modo a promover o êxito de todos os alunos, pelo menos a nível de escolaridade básica. Segundo Booth & Ainscow (apud RODRIGUES, 2006), esta mudança pressupõe que sejam feitas alterações nas práticas, nas políticas e na cultura da escola. Nessa direção podemos perceber a importância da escolarização básica na sociedade moderna, pois a ausência dela significa certamente passaporte para exclusão social.

Passemos então a analisar os 5 olhares elencados acima e que diretamente implicam no desenvolvimento da política inclusiva. A primeira, **qual é a população alvo da EI? Por outra a quem se destina a EI?** Em alguns países a EI é concebida como um sistema de ensino que atende as demandas dos indivíduos com algum tipo de deficiência. No entanto, cresce atualmente a nível internacional a vertente que encara a EI no seu sentido lato, isto é, como uma reforma de ensino que acolhe e apoia a diversidade de todos os alunos. Na verdade essa vertente está mais condizente com o que preconiza a Declaração da UNESCO feita em Salamanca, no ano de 1994, ao afirmar que as escolas regulares com uma orientação inclusiva “constituem os meios mais efetivos de combater atitudes discriminatórias, de construir uma sociedade inclusiva e de conseguir uma educação para todos”. Ou seja, não só os que apresentam determinadas deficiências sofrem com a discriminação, mas outras categorias estão inseridas nesse contexto⁶.

Ora, devemos convir que se é consensual que a EI deve ter como foco maior a inclusão de todos os alunos e em particular os que se encontram mais vulneráveis a exclusão social, esta proposta de reforma educativa com tal amplitude, torna-se complexa a sua efetivação e difícil de ser realizada, apresentando evidentes dificuldades, pois necessita de reformas no âmbito legislativo e organizacional que lhe deem suporte e que lhe permitam tornar uma realidade.

Alguns países ensaiam delimitar as populações que deveriam receber uma atenção educacional especial, através de um programa que estabelece as “categorias de deficiência”,

⁶ O Mapa da Exclusão Social num País assimétrico: Brasil. Lemos e Nunes (1997), consta o estudo do Índice de Exclusão Social (IES), identificando os padrões de pobreza, entendida com exclusão social, nos 5.506 municípios dos 26 estados brasileiros e nos 19 distritos do Distrito Federal.

as quais deveriam desfrutar de uma atenção educacional especializada. Segundo a análise de Rodrigues (2006), a qual concordo, a criação dessa “categoria de deficiência” pode ser útil do ponto de vista do provimento de recursos humanos e materiais, por parte das escolas que precisam dar uma resposta educacional competente a uma necessidade específica. Entretanto essa atenção tem que ser dada “dentro de uma perspectiva inclusiva: proporcionar apoio sem segregar, não criando guetos, nem classes especiais”. Portanto, diante desses pressupostos a resposta a primeira questão nos remete a essa conclusão: **A Educação Inclusiva destina-se a todos os alunos da escola.**

A segunda questão refere-se aos **modelos de apoio** existentes que são mais frequentes. É sabido que não basta inserir os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), na escola regular apenas, há de existir um planejamento e uma adequação nos recursos materiais e humanos como também organizacional, para atender a essa demanda específica. Nos primórdios quando os primeiros alunos com NEE chegaram às escolas regulares as estratégias eram individuais e todas focalizadas neles. Eles eram retirados de sala de aula e atendidos em um espaço de apoio por um profissional intitulado, professor de educação especial. Na prática o que ocorria era um afastamento desses alunos da prática escolar como um todo, como se eles não pertencessem a escola, havendo uma transferência de responsabilidade para o setor de atendimento especializado. Posteriormente, o modelo passa a ser centrado não mais nos alunos com NEE, mas no professor especializado, que passa a trabalhar diretamente com os seus colegas na elaboração do planejamento de ensino, respaldando-lhes nas estratégias, objetivos adequados a diversidade de situação que atendiam.

Atualmente a discussão sobre o modelo de apoio aos alunos com NEE, se direciona em busca do consenso, pois é cada vez mais comum se pensar no modelo a ser adotado que não deve ser focalizado nem só nos alunos e nem só nos professores. **É um problema de toda escola.** E por quê? Pelo fato de que a escola, junto a comunidade escolar (alunos, pais e professores), terão mais facilidades de encontrarem em conjunto, às soluções que respondam às necessidades do aluno.

O terceiro ponto levantado por Rodrigues (2006, grifo nosso) prende-se as **alterações na organização escolar.** A questão central a ser discutida é em torno das “barreiras”, que de forma muitas vezes ocultas existem na escola e que se tornam intransponíveis, quando se trata do acolhimento dos alunos com NEE. E quais barreiras nos referimos? São por exemplo as barreiras de acessibilidade, da organização escolar e do currículo.

A acessibilidade a espaços públicos é um tema presente nos tempos atuais e está na legislação da maioria dos países. É importante ressaltar que os conhecimentos acerca da

acessibilidade, estão sendo bastante difundidos para a construção e adaptação de prédios, locais e equipamentos públicos, a exemplo da escola, de forma a serem acessíveis. A acessibilidade física, a sinalética, a circulação e a segurança podem se transformar em realidade, se as regras e normas técnicas forem cumpridas e se prevalecer à vontade política em fazê-la sair do papel.

A organização escolar, no que se refere a horários, instalações, serviços de apoio, refeições, bibliotecas, etc., podem se transformar em barreiras que dificultam o aluno com NEE no seu processo de aprendizagem. No entanto, cabe aqui fazer uma distinção para não se confundir “barreira” com o imprescindível empenho no processo de aprendizagem, que naturalmente requer esforço e trabalho. Barreira na aprendizagem, para esses alunos, significa que devem ser removidos do processo cognitivo, os constrangimentos que a eles, não se encontrando diretamente ligados, podem afetar.

E por fim, a barreira no que tange o currículo escolar. Ele não pode de forma alguma constituir-se na escola inclusiva, em um documento fechado e inflexível, muito pelo contrário, deverá ser elaborado numa perspectiva pedagógica bastante flexível com a participação ativa dos docentes e técnicos na construção de objetivos e estratégias que melhor atendam a cada grupo de aluno e em especial, na inclusão dos alunos com NEE.

No que se refere a quarta colocação, que trata dos recursos necessários às escolas inclusivas, acreditamos que o primeiro passo a ser analisado pelo conjunto de pessoas que a compõem, seria fazer um balanço para identificar os recursos materiais e humanos existentes e os que se pode dispor. De modo geral as **“escolas sabem bem mais do que aquilo que usam”** na citação de Rodrigues (2006, grifo nosso), nesse sentido é preciso que a escola faça uma reflexão em torno dos seus recursos, identificando aqueles que estão disponíveis na própria comunidade para serem mobilizados. Os outros recursos que fazem parte do repertório cotidiano da escola inclusiva precisam incorporar-se à sua agenda, como: a qualificação de profissionais, recursos materiais e recursos humanos.

A qualificação profissional é fundamental ao desenvolvimento da escola inclusiva. Em muitos países são elaborados programas de parcerias entre escolas ou agrupamento de escolas com as instituições de ensino superior, visando à formação continuada e a supervisão das políticas e práticas da escola. No Reino Unido designa-se por “Critical Friends” (Amigos Críticos), cuja atuação visa o melhoramento contínuo e a reflexão das práticas inclusivas.

Um exemplo dos recursos materiais em destaque na atualidade são os meios informáticos que permitem em alguns casos de paralisia cerebral e cegueira, diminuir sensivelmente os problemas gerados pela deficiência e que dificultam o processos da

escolarização. Os cegos totais e os de baixa visão dispõem de um sistema adaptado de informática chamado de DOSVOX, que permite a eles a inclusão digital através dos laboratórios de informática nas escolas e nas estações digitais. Outro exemplo nessa direção são os materiais adequados à estimulação e ao desenvolvimento pisco-motor. Os recursos pedagógicos adaptados são essenciais para aumentar a confiança e atender a diversidade de respostas que a escola pode oferecer aos alunos com NEE.

Outra peça chave na grande engrenagem que constitui a política de EI são os recursos humanos. Para atender à diversidade de competências e necessidades é necessário que a escola possa contar com um corpo docente qualificado e com técnicos tais como: fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, psicomotricistas, entre outros. A integração desses técnicos deverá ser cuidadosamente planejada, de modo a que o trabalho possa constituir numa mais-valia para o processo educativo dos diferentes alunos. Segundo Rodrigues (2006), essa visão sistêmica e articulada permitirá que as avaliações e intervenções desses profissionais, sejam socializadas com toda a comunidade escolar.

Finalmente a quinta abordagem trata da Relação entre o novo modelo de Educação Inclusiva com as Escolas Especiais. Nesse aspecto as escolas especiais geralmente ligadas ao terceiro setor através das ONGs cidadãs de cunho educativo, exerceram um papel fundamental e tornaram as respostas possíveis e generosas para as situações dramáticas de não-educação e de não-escolarização de crianças e adolescentes com deficiência, ao ponto do Gestor Público da capital Ricardo Coutinho, em visita ao ICP, em 2005, afirmar na presença de todos os dirigentes, funcionários e técnicos, que se não fora a atuação do Instituto junto a essa população, o poder público teria uma grande dívida social a ser resgatada, em face da sua ausência no atendimento aos deficientes visuais na Paraíba.

Ao longo do tempo essas escolas desenvolveram competências, criaram equipes especializadas, usaram modelos à época inovadores e construíram indubitavelmente, com formas importantes de atendimento a esses sujeitos. No entanto, apesar de exercerem tão relevante papel social de resgate aos direitos fundamentais desses indivíduos, não ficaram imunes a alguns problemas. Por exemplo: tornaram-se “espaços de conforto” e de “desenvolvimento separado” de crianças e jovens com deficiência que, finalmente desembocaram em “ambientes segregados”. Noutro sentido estas escolas, apesar de contarem com uma competente equipe técnica-pedagógica, revelaram-se menos estimulantes que as escolas regulares, no que se refere ao processo de socialização e participação social de crianças e jovens a nível etário semelhante, sem deficiência.

O que se discute atualmente em relação às escolas especiais e as ONGs que atuam no atendimento especializado a crianças e adolescentes com deficiência é a concepção do seu espaço no cenário internacional, tendo em vista a perspectiva das políticas inclusivas. Assim há algumas décadas e em alguns países, notadamente os países da Europa, essas escolas passaram a ser concebidas como CRI (Centros de Recursos de Inclusão), a idéia é aproveitar os conhecimentos e competências dessas escolas e utilizá-los em parceria para melhorar a educação regular, por exemplo, a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). A primeira vista essa idéia pode parecer simples, mas na realidade, não é. Há dificuldades postas que precisam ser tratadas com diálogo e bom senso e acima de tudo, defender os interesses das crianças e adolescentes com deficiência. Alguns desses problemas são:

- **Padrões de Financiamento** – trata da adequação do sistema de financiamento das escolas especiais para se tornarem uma CRI, ou seja, elas passariam a receber recursos pelo número de apoios que proporcionem e não mais pelo número de alunos atendidos;
- **Não se trata de criar escolas especiais dentro de escolas regulares.** Trata-se da mudança do projeto educativo. Os professores e técnicos especializados precisam aprender a trabalhar na rede regular e os professores da rede regular de ensino devem aprender a trabalhar na escola inclusiva;
- **Centrar-se em necessidades a serem resolvidas.** Trata da mudança de enfoque de perfis profissionais, ou seja, os alunos não precisam de um fisioterapeuta, mas sim de dispor do serviço de locomoção, que pode ser feito em regime de colaboração por professores de educação física, por psicomotricistas, etc. A idéia é não ter um centro de recursos standardizados, mas contar com o apoio do conjunto de técnicos experientes para colaborar e atender as demandas da escola na tarefa que só a ela cabe: escolarizar todos os alunos.

Quando se aborda a inclusão de todos os alunos na escola regular a primeira vista parece um projeto utópico e irrealista. Como reunir todos os alunos que apresentam tipos de deficiências variadas, moderadas e severas, num mesmo espaço educativo? Em alguns países da Europa que avançaram nesse processo de inclusão, atingiram patamares bastante significativos com percentuais que ultrapassam 95% de inclusão escolar. Haveremos de considerar que qualquer situação em que se possa admitir a exclusão da escola regular, deverá ser uma situação de grande exceção e deverá ser fruto de minucioso diagnóstico

multidisciplinar que conclua nenhuma vantagem pode advir para o aluno com tal deficiência, freqüentar a escola regular.

A Especialista Mantoan⁷ (2006), uma das maiores defensoras da escola inclusiva e crítica convicta da escola chamada especial, afirma que a inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. Ironicamente, ela iniciou sua carreira como professora de educação especial e como outras pessoas não achava possível educar alunos com deficiência em uma turma regular. A educadora mudou de idéia em 1989, durante uma viagem a Portugal. Lá, viu pela primeira vez uma experiência em inclusão bem-sucedida. No fim da aula, a professora da turma perguntou se Maria Teresa preferia que os alunos cantassem ou dançassem para agradecer a visita. Ela escolheu a segunda opção. Na hora percebendo a mancada. Perguntou como o menino dançaria? Para sua surpresa, um dos garotos pegou o colega no colo e os outros ajudaram a amarrá-lo ao seu colo e ele dançou.

Na concepção da Educadora a Inclusão não pode ser entendida como um ato de aglomerar pessoas, mas de oportunizar a interação e de estar com o outro. Para Ela a Inclusão define-se como:

A nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN; RODRIGUES, 2006, p. 191).

No que se refere a como se encontra o processo de inclusão atualmente no Brasil, a Especialista assevera:

Estamos caminhando devagar. O maior problema é que as redes de ensino e as escolas não cumprem a lei. A nossa Constituição garante desde 1988 o acesso de todos ao Ensino Fundamental, sendo que alunos com necessidades especiais devem receber atendimento especializado — preferencialmente na escola —, que não substitui o ensino regular. Há outra questão, um movimento de resistência que tenta impedir a inclusão de caminhar: a força corporativa de instituições especializadas, principalmente em deficiência mental. Muita gente continua acreditando que o melhor é excluir, manter as crianças em escolas especiais, que dão ensino adaptado. Mas já avançamos. Hoje todo mundo sabe que elas têm o direito de ir para a escola regular. Estamos num processo de conscientização. (MANTOAN; RODRIGUES, 2006, p. 204).

⁷ Maria Teresa Eglér — que desde 1988 é professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas — deixou de se concentrar nas deficiências para ser uma estudiosa das diferenças. Com seus alunos, fundou o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade.

Como podemos observar através da importante contribuição da Professora Mantoam ao debate contemporâneo, o termo inclusão expressa uma abordagem social e educacional, que atualmente vem se caracterizando como benéfica para os deficientes que podem e devem ser considerados Cidadãos aceitos como iguais, tanto quanto benéfica para os normais, uma vez que possibilita o exercício de uma prática inclusiva e da estruturação de suas personalidades como seres sociais.

O processo de reabilitação, socialização dos deficientes na rede regular de ensino, no século XX teve suas diretrizes fundamentadas no conceito de normalização. Tal expressão era utilizada para identificar necessidades de atenção específica, com recursos diferenciados: materiais, supressão de barreiras arquitetônicas, adaptação de prédios públicos e edifícios, formação de profissionais da educação, elaboração e (re)elaboração dos processos psicopedagógicos.

Observa-se que existe no Brasil uma legislação favorável a partir da própria Constituição Federal de 1988, no artigo 201, inciso III, norteando as políticas públicas e as práticas educativas de inclusão. Temos também como referencial a Resolução da Assembléia Geral da ONU, nos anos 90, sob o lema Sociedade para Todos, que influenciou a iniciativa do Ministério da Educação do Brasil na criação da proposta educacional “Plano Decenal de Educação” – 1993 a 2003, objetivando a inclusão social e educacional de grupos considerados vulneráveis, marginalizados e minoritários, como crianças em situação de risco social, indígenas, portadores de algum tipo de deficiência física ou mental e todos que sofrem exclusões nos processos educativos.

A Organização das Nações Unidas, nas suas Assembléias Ordinárias, em 1990 na Tailândia e em 1994 na Espanha, onde se reuniram cerca de 155 (cento e cinquenta e cinco) governos incluindo o do Brasil, deliberou a Declaração de Salamanca – documento que retrata a inserção e visão pedagógica do desenvolvimento humano, respeitando os ritmos e formas diferenciadas de aquisição de aprendizagens. Assim retrata a referida Declaração:

O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isso seja possível, não importam quais as dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos, mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades. (DECLARAÇÃO..., 1994).

Para Terra (2000), assessora jurídica do Conselho Federal de Serviço Social, a Escola Inclusiva ainda se apresenta como um desafio e só será uma realidade quando garantir a

universalidade e a qualidade de seu atendimento, além do acesso e permanência. Isso significa que a escola enquanto equipamento social, precisa estar atenta para as mais diferenciadas formas de manifestação da exclusão, tais como a violência, atitudes discriminatórias (de etnia, de gênero, de sexo, de classe social, etc.), reprovações e evasão escolar.

Em relação à construção da Escola como espaço de inclusão social⁸, que efetivamente promova a inclusão dos portadores de necessidades educativas especiais, é necessário estabelecer projetos vinculados às suas necessidades específicas que integre a rede de ensino e de assistência do Município⁹, favorecendo as questões de acessibilidade, transporte escolar especial, próteses, cadeiras, entre outros serviços.

A proposta inclusiva representa uma política pública na área da pesquisa e trabalho, além de práticas Sócio-Educativas com atividades que precisam sair da retórica, romper com o caráter assistencialista e paternalista, que sempre caracterizou a educação especial.

3.3 Marcos Históricos e Aspectos Legais da Educação Inclusiva

Cronologicamente é possível, acompanhar o desenvolvimento do atendimento às pessoas com deficiências no Brasil, observando os marcos históricos, percebendo os nexos ideológicos e políticos.

- Na época do Império foram criadas duas Instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC); e o Instituto

⁸ As 92 escolas da rede municipal de ensino têm corpo docente preparado para receber a criança portadora de deficiência. Algumas são dotadas de intérpretes e de salas de recursos multifuncionais, o que reflete a diretriz de inclusão social adotada pelo município. Em 2009, foram atendidos mais de 300 alunos especiais em salas de aula regular. Eles também tiveram acesso às salas de Recursos Multifuncionais, implantadas em algumas escolas para desenvolver atividades específicas em horário oposto ao ensino regular. Para a Psicopedagoga da Secretaria de Educação, Djanice Marinho, esse espaço tem sido importante para acompanhar o desenvolvimento de crianças com algum tipo de deficiência ou síndrome. São 10 as escolas que têm as salas de recursos multifuncionais e seus professores recebem treinamento mensal. Escolas com salas multifuncionais: Índio Piragibe (Mangabeira); Dumerval Trigueiro (Cristo); Anayde Beiriz (Bairro dos Novais); Zulmira de Novaes (Cruz das Armas); Leonel Brizola (Beira Rio); Moema Tinoco (Grotão); Tharcilla Barbosa (Grotão); Dom Marcelo (Sonho Meu) e José Eugênio (Geisel).

⁹ Comentário sobre a Rede Municipal de Ensino.

Fonte: Informativo Mensal da Prefeitura da capital, fevereiro 2010, n. 54, p. 12.

Nacional da Educação dos Surdos-Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro;

- Em 1926, é fundado o Instituto Pestalozzi, especializado no atendimento às pessoas com deficiência mental;
- Em 1945 é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas superdotadas na sociedade Pestalozzi.
- Em 1954, é formada a primeira associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (AP AE);
- Em 1961, esse atendimento é regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61 – que aponta o Direito dos “Excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino;
- A Lei nº. 5.692/71 altera a LDBEN de 1961, ao definir “Tratamento Especial” para os alunos com deficiências físicas, mentais, aos que se encontram em atraso considerável quanto a idade regular de matrícula e os superdotados;
- Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial CENESP – responsável pela gerência da Educação Especial no Brasil, sob a égide integracionista, configurada por ações assistenciais e isoladas do Estado;
- A CONSTITUIÇÃO DE 1988 – Nos seus artigos 3º, inciso IV e o artigo 205, definem a educação como um direito de todos, no seu Art. 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” e destaca o dever do Estado na oferta do Atendimento Educacional Especializado;
- O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) – Lei nº 8.069/90, no Art. 55 “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino”.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 no Art. 59 preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos: Currículo, Métodos, Recursos e Organização específicos para atender às suas necessidades;
- O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca o grande avanço que a década da educação deveria produzir, seria a “construção de uma Escola Inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”;
- Resolução CNE/CP nº 1/2002 – Diretrizes Curriculares Nacionais para formação do professor da educação básica, voltadas para a atenção à diversidade;
- Lei nº 10.436/02 – reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); a Portaria

n° 2.678/02 MEC – aprova as diretrizes e normas para o uso, ensino, a produção e difusão do Braille “em todas as modalidades do Ensino”;

- Em 2007 – PDE, agenda social para investimento público em salas multifuncionais e acessibilidade arquitetônica;
- Para implementação do PDE é publicado o Decreto n° 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes o compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas.

Inferese a partir dos dados acima elencados, uma intensa movimentação dos agentes públicos e da sociedade civil organizada em estabelecer diretrizes e leis que garantam o respeito aos direitos sociais dos portadores de deficiência, notadamente através das políticas educacionais, tendo em vista melhorar a qualidade dos atendimentos públicos e privados, como também o respeito a diversidade humana. No entanto, apesar das importantes conquistas alcançadas no plano legal, o cotidiano desses atores ainda se apresenta repleto de distorções e desrespeitos aos seus direitos de cidadania, como explicitaremos diante no Capítulo V, através das falas dos jovens deficientes visuais inseridos no processo de inclusão social sob os parâmetros da Política Nacional de Educação Inclusiva.

CAPÍTULO IV

4 CONSTRUÇÃO E DELIMITAÇÃO DO OBJETO: AS TRILHAS METODOLÓGICAS

Estamos envolvidos com o tema da pesquisa **A Inclusão Socio-educacional de Crianças e Adolescentes com Deficiência Visual**, bem como os primeiros passos da delimitação do objeto de estudo – *As ações sócio-inclusivas implementadas pela ONG Instituto dos Cegos da Paraíba, na cidade de João Pessoa, PB* – iniciados nos estágios supervisionados na graduação em Educação Artística, complementados na Especialização em Educação Infantil e no Mestrado acadêmico em Serviço Social, todos pela Universidade Federal da Paraíba.

Na ocasião do estágio supervisionado, realizado no âmbito da ONG – Instituto dos Cegos da Paraíba – foi desenvolvido a época, um projeto interdisciplinar intitulado *Projeto Corpo e Alma*, ligando os vários setores da Instituição entre eles, o Serviço Social, a Psicologia, a Pedagogia, a Música e o Esporte, cujos objetivos principais eram direcionados para o levantamento estatístico dos perfis dos adolescentes assistidos pela Instituição e com a promoção de ações sócio-educacionais e culturais, visando inclusão desses sujeitos na sociedade, na perspectiva de garantir os direitos à cidadania.

A partir dessa experiência e na busca de traçar o perfil sócio-econômico dos assistidos da Instituição, observamos atentamente que havia um grande desafio operacional no que se refere ao processo de inclusão sócio-educacional dos adolescentes com deficiência visual, tendo em vista o novo paradigma proposto pela Política Nacional de Educação Inclusiva. Tal desafio suscitou nosso interesse em investigar qual a relação entre esse novo paradigma da educação inclusiva e às ações inclusivas implementadas pela ONG, Instituto dos Cegos da Paraíba, voltadas para as crianças e adolescentes com deficiência visual e verificar se de fato estão contribuindo na inserção sócio-educacional desses atores sociais, na sociedade. Entretanto, o aprimoramento dessa intenção foi amadurecido no período da Especialização e na defesa do nosso anteprojeto de pesquisa do Mestrado em Serviço Social pela UFPB. Entre as várias possibilidades sugeridas, escolhi essa análise visando aprofundar o aspecto teórico do nosso objeto, trazendo ao debate contemporâneo, temas consentâneos e polêmicos, no âmbito da academia, a exemplo do terceiro setor, ampliação dos espaços de participação da sociedade civil organizada e as políticas públicas inclusivas para os deficientes visuais. Definido então nosso objeto, seguimos para o desenvolvimento da nossa pesquisa.

Na pesquisa, definimos o objetivo geral: analisar as ações sócio-inclusivas implementadas pela ONG Instituto dos Cegos da Paraíba, voltadas para as crianças e adolescentes com deficiência visual e verificar se elas de fato estão contribuindo para o processo de inclusão desses sujeitos.

4.1 Questões Norteadoras

Baseados nos objetivos da pesquisa incluímos as seguintes questões norteadoras de nosso estudo: existe de fato estratégias de acolhimento e de adequação dos adolescentes com deficiência visual, nas atividades comuns no âmbito da rede pública de ensino? Em relação à participação cidadã na sociedade, quais os avanços conquistados e principais dificuldades? Com se sentem convivendo na escola inclusiva, e não mais segregados, junto a outros alunos com necessidades educativas especiais: surdos-mudos, com transtornos globais de desenvolvimento, superdotação, altas habilidades, etc.? Qual o perfil sócio-econômico do adolescente com deficiência visual, usuário do Instituto dos Cegos da Paraíba? Para responder tais indagações e levantar possivelmente outras, trilhamos o caminho metodológico que ora apresentamos.

4.2 Procedimentos Metodológicos: a abordagem Quantitativa e Qualitativa

Os procedimentos metodológicos a serem utilizados a partir da abordagem adequada às análises, orientarão o caminho a ser percorrido pela investigação. De acordo com Minayo e Odécio (1999), a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, ela “inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

A pesquisa terá como respaldo a abordagem qualitativa e quantitativa utilizando-se os instrumentos metodológicos e técnicas de abordagem, os quais serão imprescindíveis no sentido de orientar o caminho a ser percorrido pela investigação e obtenção dos dados.

Para Minayo e Odécio, o estudo qualitativo permite conhecer um fenômeno social em sua singularidade.

A metodologia qualitativa é aquela que incorpora, a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e as estruturas sociais. O estudo qualitativo pretende apreender a totalidade coletada visando, em última instância, atingir o conhecimento de um fenômeno histórico que é significativo em uma singularidade. (MINAYO; ODÉCIO, 1999, p. 18).

A Pesquisadora também enfatiza que a pesquisa qualitativa aplicada às Ciências Sociais, mais que as demais, possibilita seguramente a compreensão de uma realidade que não pode ser apenas quantificada, porque “trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis” Minayo (1999, p.18) Portanto, essa abordagem constitui-se a peça chave para a nossa investigação.

No entanto, salientamos a importância de trabalharmos com dados quantitativos, para a coleta dos dados e análise dos resultados, apresentação de informações complementares para ampliar o conhecimento do nosso objeto.

Para Minayo e Odécio (1999), não há problemas em interagir essas duas abordagens, pois ambas complementam-se na dinâmica da realidade social que abarcam. Destarte, os dados quantitativos suscitam esclarecer possíveis variáveis objetivas detectadas junto ao grupo de adolescentes com deficiência visual, visando caracterizá-los quanto ao perfil e o nível de participação em atividades sociais. Os dados coletados a partir do método qualitativo possibilitam a compreensão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e as estruturas sociais que permeiam a realidade excludente a qual estão submetidos na sociedade, esses sujeitos.

Trata-se de um estudo de caso, cuja finalidade é coletar informações mais relevantes das condições de vida dos sujeitos da pesquisa, no caso específico dos alunos atendidos pelo ICP, foco do nosso exame. Utilizaremos a técnica da observação participante que nos estudos de casos observacionais, constituem a categoria típica de coleta de dados na pesquisa qualitativa.

Segundo Trivinos (1987, p.133) o estudo de caso “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente”. Para o Autor essa definição apresenta suas características fundamentais determinadas por duas circunstâncias: abrangência da unidade e pelos suportes teóricos que servem de orientação ao trabalho de pesquisa.

4.3 Tipo de Estudo

Utilizaremos na investigação, o **estudo exploratório** para aprofundar o conhecimento da realidade inerente ao cotidiano dos sujeitos a serem pesquisados, visando uma interação com essa população e colher os elementos necessários que possibilitem a obtenção dos resultados almejados.

Para Triviños (1987), esse tipo de estudo exploratório pode ser aparentemente simples, no entanto, não exige o tratamento e a utilização de estratégias de cunho científico.

Esse tipo de investigação, por exemplo, não exclui a revisão da literatura, as entrevistas, o emprego de questionário, etc., tudo dentro de um esquema elaborado com a severidade característica de um trabalho científico. (TRIVIÑOS, 1987, p. 109-110).

Investigamos também, aspectos relacionados à comunidade e o perfil sócio-econômico das famílias das crianças e dos adolescentes com deficiência visual, assistidos pelo Instituto dos Cegos da Paraíba, tratando das questões que envolvem a sua participação na sociedade, inclusão nas atividades da escola e rendimento escolar, entre outros. Tais informações terão como referencial o **estudo descritivo**.

Os estudos descritivos exigem do investigador, para que a pesquisa tenha um certo grau de validade científica, uma precisa delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e a interpretação dos dados. A população e a amostra devem ser claramente delimitadas, da mesma maneira, os objetivos do estudo, os termos e as variáveis, as hipóteses, as questões de pesquisa, etc. (TRIVIÑOS, 1987, p. 112).

4.4 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos dessa pesquisa são os adolescentes atendidos pelo Instituto dos Cegos da Paraíba (ICP) de ambos os sexos e matriculados na rede pública de ensino, subdivididos de acordo com a escolarização: fundamental e ensino médio.

Levando-se em consideração que a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, a nossa amostragem foi construída a partir de 40 alunos do ICP entre crianças e adolescentes, divididos em dois (3) grupos obedecendo ao seguinte critério:

- **1º grupo**, alunos da 1ª fase do ensino fundamental, matriculados na rede pública de ensino municipal – total (10) dez alunos.
- **2º grupo**, alunos do ensino fundamental 2ª fase,, matriculados na rede pública de ensino municipal – total (20) vinte alunos.
- **3º grupo**, alunos do ensino médio, matriculados na rede pública estadual – total (10) dez alunos.

Nosso objetivo é garantir para a pesquisa, aqueles sujeitos que tenham uma vinculação significativa com o problema a ser investigado. Na construção do perfil sócio-econômico, serão pesquisados todos alunos atendidos no ICP, crianças e adolescentes, entre 7 e 21 anos. Serão selecionados desse universo, (20) vinte adolescentes como amostra e utilizamos a técnica da entrevista semi-estruturada, por oferecer na opinião de Trivinos (1987), todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação. Para o Pesquisador a entrevista semi-estruturada é aquela que:

[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. [...] (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

O período de levantamento dos materiais e realização das entrevistas aconteceram no mês de dezembro de 2009 e janeiro 2010, nas instalações do Instituto dos Cegos da Paraíba, em João Pessoa-PB.

4.5 Técnicas e Procedimentos Metodológicos

Os instrumentos metodológicos utilizados relacionam-se a pesquisa qualitativa e foram: observação, questionário, entrevista semi estruturada, pesquisa documental e análise de conteúdo.

A investigação trabalhou com as falas dos adolescentes com deficiência visual, sujeitos desse estudo, coletadas mediante entrevistas semi-estruturadas gravadas visando

verificar suas percepções em relação ao processo de inclusão social ao qual estão submetidos e através do questionário, traçar o seu perfil sócio-econômico.

Dentre os instrumentos e técnicas utilizados para a coleta dos dados conforme a pesquisa qualitativa, utilizamos os seguintes de acordo com Minayo e Gomes (2009).

1. Observação assistemática, pretendemos utilizá-la mediante o estabelecimento de uma relação com os adolescentes assistidos pelo ICP, objetivando captar de forma rápida as reações dos entrevistados diante das indagações suscitadas, e a partir dessas reações, identificar aspectos significativos que os incomodam no processo da sua inclusão social.
2. Observação científica, esta difere da observação comum por ser rigorosa, precisa e metódica sendo voltada para explicação dos fatos, segundo Felipe Andrade (1999). Utilizaremos no nosso estudo por ser uma técnica que permite o direcionamento sistemático na organização das entrevistas e proporcionou a percepção de ângulos fundamentais relacionados com o objeto.
3. A entrevista semi-estruturada constitui-se num questionário previamente elaborado mais ou menos dirigido, com formulações abertas e fechadas, próprias para favorecer os acréscimos de novos aspectos que venham a ser levantados no decorrer das entrevistas. Essa técnica favorece a obtenção de dados objetivos e subjetivos, muito importantes para nossa análise.
4. Pesquisa documental, através desse instrumento suplementar de investigação, colhe-se informações valiosas por meio das análises das fichas de matrículas, formulário dos adolescentes, cadernetas escolares, relatórios, dentre outros, todos eles registrados no próprio ICP. O levantamento bibliográfico acerca da literatura existente, no que se refere ao tema da investigação, deu-nos todo o embasamento teórico imprescindível ao estudo.

4.6 Análise e Apresentação dos Dados

Após o período de pesquisa de campo passamos ao tratamento sistemáticos dos dados iniciando-se pela transcrição das entrevistas feitas junto aos usuários e categorizando as informações de acordo com a temática abordada confrontando-as como os referenciais

teóricos explicativos de autores que apresentam contribuições significativas para as nossas análises. O material submeteu-se a um plano descritivo, com as principais idéias dos adolescentes com deficiência visual, considerando suas percepções, comportamentos, interesse ou desinteresse pelas questões discutidas. Pretende-se ao final deste processo, a elaboração de um relatório científico. Este tem como propósito, contribuir para o debate acerca da inclusão social desses sujeitos na perspectiva de garantir seus direitos de cidadania.

Nesse sentido apresentamos os dados da maneira que melhor favoreça a compreensão do objeto e de conta dos nossos objetivos seja por meio de gráficos, tabelas e análise do conteúdo das falas.

4.7 A Educação de Crianças e Adolescentes com Deficiência Visual na Proposta da Educação Inclusiva

4.7.1 O Jovem Deficiente Visual e a Proposta de Inclusão via Política Nacional: Análise das percepções dos atores envolvidos

A coleta de dados foi realizada no Instituto dos Cegos da Paraíba, entidade especializada no atendimento a crianças e jovens com deficiência visual em João Pessoa, PB, no período de dezembro de 2009 a janeiro de 2010. A população pesquisada envolveu um universo de (40) quarenta indivíduos, abrangendo crianças e jovens com deficiência visual, usuários dos serviços do Instituto dos Cegos, com idade entre 7 e 21 anos¹⁰.

Nossas análises foram subdivididas em três momentos. No primeiro, objetivamos caracterizar os jovens deficientes visuais entrevistados de acordo com os aspectos sociais, familiares, educacionais e o perfil sócio-econômico-demográfico desses sujeitos, levando em conta o processo de inserção social por eles vivenciados na sociedade atual. Vislumbramos uma apresentação destes dados de forma mais clara e organizada, utilizando a pesquisa quantitativa nessa abordagem. Destarte, distribuimos os dados quantitativos em gráficos demonstrativos, proporcionando uma representação mais objetiva possível. No segundo momento, apresentamos a auto-percepção dos deficientes visuais a partir da realidade social onde se inserem e como traduzem a questão da inclusão educacional via política nacional de educação inclusiva. Considerando-se os objetivos do estudo, adotamos a entrevista

¹⁰ Todos os nomes usados são fictícios para proteger a identidade das crianças, dos jovens e de suas famílias

(semiestruturada individual) como principal instrumento de coleta de dados, a partir da qual estabelecemos categorias diversas que abrangem as percepções do deficiente visual em relação às experiências de inclusão sócio-educacional, aos atos discriminatórios que se materializam no contexto escolar, suas expectativas futuras e qual a importância do Instituto dos Cegos da Paraíba na preparação desses atores na conscientização dos seus direitos de cidadania, assim como na reabilitação para as atividades da vida social. No terceiro momento, trataremos a discussão sobre o papel da ONG, Instituto dos Cegos da Paraíba, que desde a sua fundação na década de 1940 até os dias atuais, vem promovendo ações sócio-inclusivas para os deficientes visuais no Estado da Paraíba, defendendo os Direitos das Crianças e Adolescentes com deficiência visual, situando dentro do contexto histórico, como também, suas perspectivas de atuação de acordo com a legislação vigente.

4.7.2 Caracterização Geral dos Sujeitos - Perfil Sócio Demográfico

4.7.2.1 A ONG (*Instituto dos Cegos da Paraíba*) e os Jovens com Deficiência Visual

A Instituição escolhida para universo de nossas análises foi o Instituto dos Cegos da Paraíba “Adalgisa Cunha”. Atende a demanda de João Pessoa e cidades do interior do Estado da Paraíba e de Estados vizinhos. Adquiriu personalidade jurídica nº 7.218, em 08 de junho de 1944, quando foi registrado seu primeiro Estatuto. Foi considerado de utilidade pública pelo decreto 758 de julho de 1944 e registrado na Secretaria de Educação da Paraíba, sob o nº 1.434 de 29 de outubro de 1955. Registrado no Conselho Nacional de Assistência Social, processo nº 28.986.0000.331/95. Tem registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – resolução 053/94 e também registrado no Conselho Estadual de Educação nº 049/99.

O Instituto desenvolve atividades na área da educação, Cultura, Esporte, Lazer, Pré-profissionalizantes e tem como finalidades, entre outras as seguintes ações: proporcionar o atendimento educacional especializado a crianças, adolescentes, jovens e adultos portadores de cegueira e baixa visão, visando sua integração à sociedade e o pleno exercício da sua cidadania; trabalhar pela conscientização da sociedade paraibana, visando difundir as potencialidades e direitos desses sujeitos, estimular a participação dos alunos em atividades artísticas, culturais, recreativas e desportivas, além de promover intercâmbio e cooperação

técnica com entidades nacionais, estaduais e estrangeiras visando a qualificação dos atendimentos especializados da Instituição.

Abaixo apresentamos alguns gráficos representativos dos jovens que fizeram parte da amostra, pertencentes ao universo dos usuários da Instituição, Instituto dos Cegos da Paraíba (ICP).

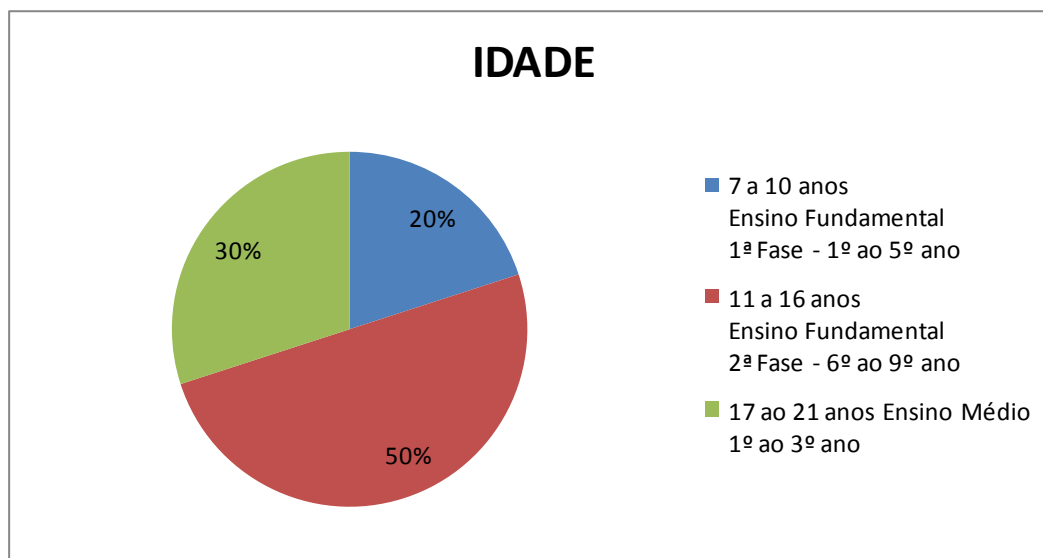


GRÁFICO 01 – Número de jovens segundo a faixa etária e escolaridade.

FONTE: Pesquisa direta adolescentes do ICP, 2009/2010.

Conforme o Gráfico I, podemos observar que os entrevistados situam-se na faixa etária compreendida entre os 7 aos 21 anos. Com maior concentração na faixa etária de 11 a 16 anos (50%) e a menor de 7 a 10 anos (20%). Esses dados nos remete a deduzir que o atendimento especializado oferecido pelo ICP (Instituto dos Cegos da Paraíba) às crianças na faixa etária dos 7 aos 10 anos, está decrescendo em relação as demais faixas. Essa diminuição de matrículas no ensino infantil e fundamental está associada à publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9394/96 – no seu Capítulo V, que trata especificamente dos “educandos portadores de necessidades especiais” (art.58) à educação “preferencialmente” nas escolas regulares.

Esses dados da amostragem apontam para uma tendência nacional, de que é cada vez mais cedo o encaminhamento de crianças com deficiência, às escolas da rede pública regular ou privadas do ensino infantil. Outra observação a ser destacada é que existe certa compatibilidade entre faixa etária e a série escolar correspondente. Apenas no ensino médio encontramos entre os entrevistados, um pequeno descompasso na faixa etária em relação a

escolaridade, motivado provavelmente pela complexidade do ensino médio, o que gera em alguns estudantes, a repetência nessas séries.

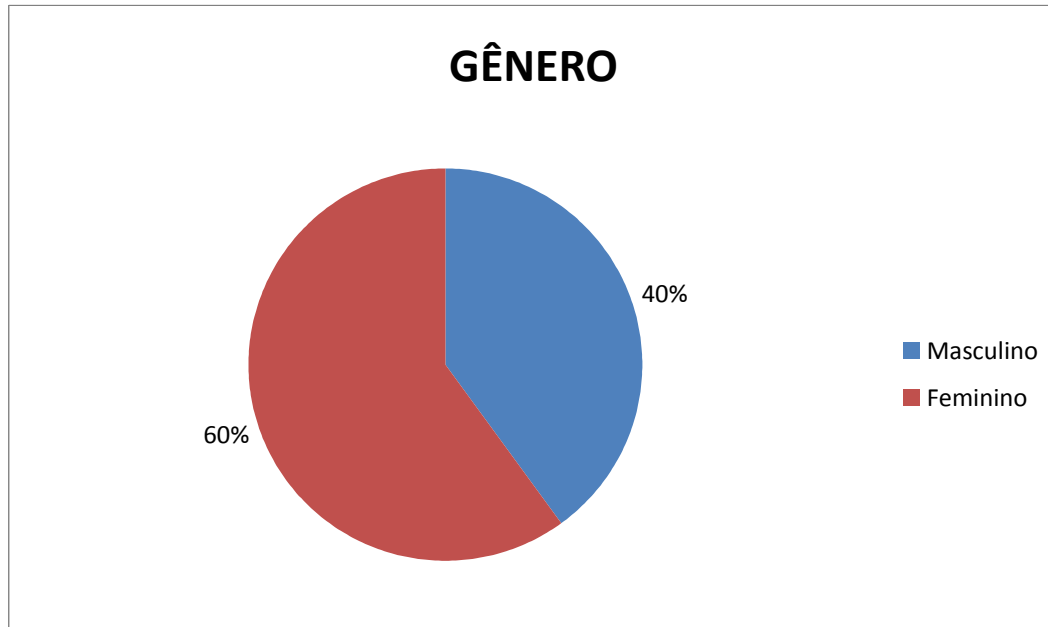


GRÁFICO 02 – Gênero dos entrevistados.

FONTE: Pesquisa direta adolescentes do ICP, 2009.

Pudemos observar na investigação através dessa amostra, o predomínio do gênero feminino sobre o masculino, fato este evidenciado no panorama nacional e estadual, onde as estatísticas oficiais apontam o predomínio do gênero feminino, de acordo com os dados do IBGE. No que se refere ao nível de participação na escola, os dados mostram uma tendência de continuidade nos estudos por parte das alunas.



GRÁFICO 03 – População Brasileira por sexo

Fonte: Censo Demográfico, 2000. IBGE. Disponível em: < www.ibge.gov.br/ibgeteen/...>. Acesso em: 01 abr. 2010.

No Censo de 2007 realizado pelo IBGE¹¹ comprovou-se que das cinco regiões do país, as mulheres são maioria em número de habitantes em três: Nordeste, Sudeste e Sul. Os homens são maioria apenas nas regiões Norte e Centro-Oeste.

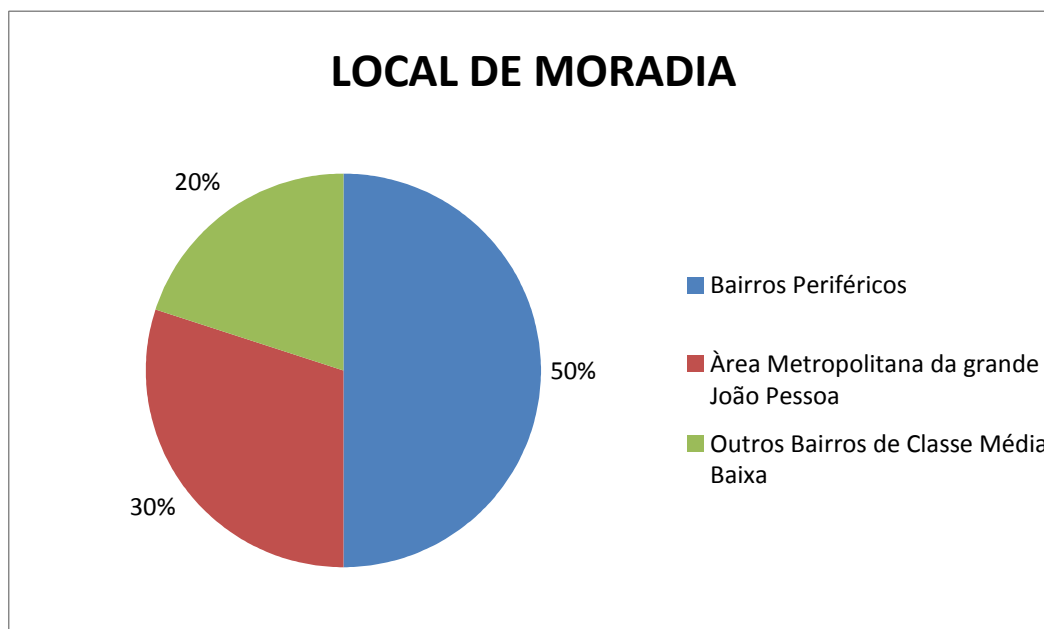


GRÁFICO 04 – Local de moradia dos atores da pesquisa.

FONTE: Pesquisa direta adolescentes do ICP, 2009/2010.

¹¹ Segundo O IBGE-Teen População do Brasil quanto ao sexo. Das 169.799.170 pessoas residentes no Brasil, conforme pesquisa do Censo 2000, realizada pelo IBGE, 83.576.015 são homens e 86.223.155 são mulheres.

Observando o Gráfico III, verifica-se que os atores da pesquisa residem na sua maioria, ou seja, 50% em bairros considerados periféricos da capital, onde moram também seus pais e ou responsáveis sendo que 30% residem na área metropolitana, o que nos remete a perceber, a abrangência das ações do ICP no atendimento também as demandas de cidades do interior do Estado da Paraíba, tais como: Cabedelo, Sapé, Santa Rita, Bayeux, entre outras. Outro dado da pesquisa que podemos analisar é o fato de 20% dos entrevistados, embora minoria, morarem em bairros com status de classe média baixa¹², cuja renda familiar, acima de três salários, permite as essas famílias fixarem residência em bairros com melhor infraestrutura da capital. O ICP, portanto, atende as demandas do Estado da Paraíba e a população de baixa renda, como também, deficientes visuais pertencentes a famílias com razoável poder aquisitivo.

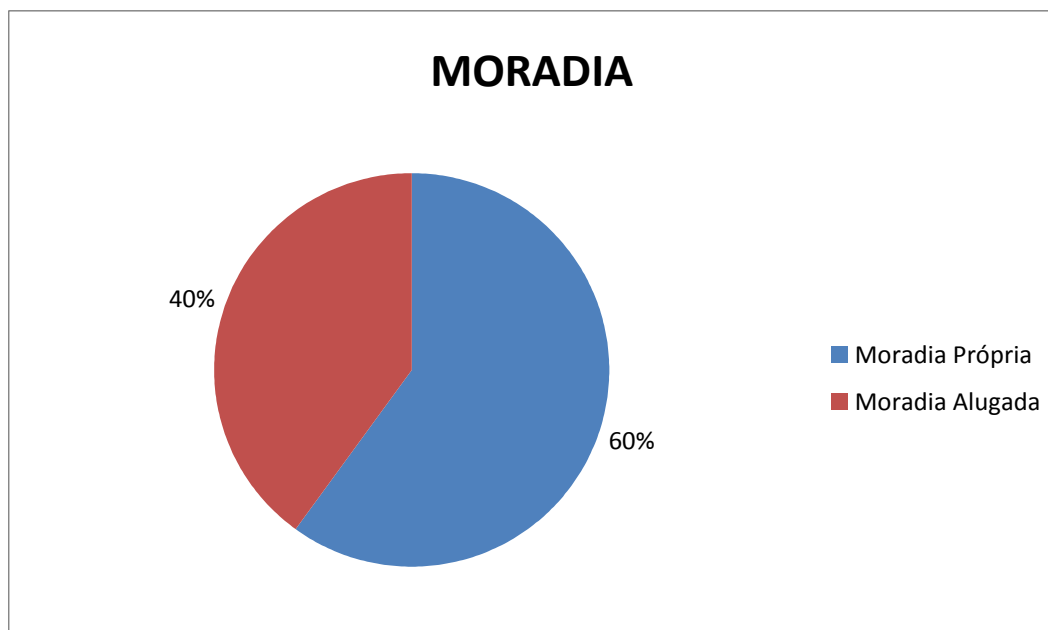


GRÁFICO 05 – Tipos de moradia.

FONTE: Pesquisa direta adolescentes do ICP, 2009/2010.

Dado relevante comprovado é que 60% das famílias dos usuários do Instituto possuem moradia própria. Mostra assim o perfil sócio-econômico de um percentual das famílias que

¹² Entre os bairros periféricos estão os seguintes: Jardim Veneza, Alto do Mateus, Baixo Roger, Novais, Bairro das Indústrias, Anatólia, Esplanada I, Valentina, Geisel.

Área metropolitana estão as seguintes: Cabedelo (Jardim Brasília e Camalaú), Santa Rita (Alto das Populares), Renascer II, Praia de Jacaré, Marcos Moura, Várzea Nova, etc.

Entre Os bairros de classe média estão os seguintes: Bairro dos Estados, Castelo Branco, Jaguaribe, Manaíra.

apesar das limitações econômicas, possuem um item fundamental para qualidade de vida. Os que não possuem moradia própria, ou seja, 40% somam-se aos milhões de brasileiros, que vivem a margem do processo civilizatório, comprometendo suas rendas escassas com pagamentos de aluguel, além de serem obrigados a se deslocarem para os **guetos sociais** excludentes, com precária estrutura de saneamento e sem condições condignas de sobrevivência.

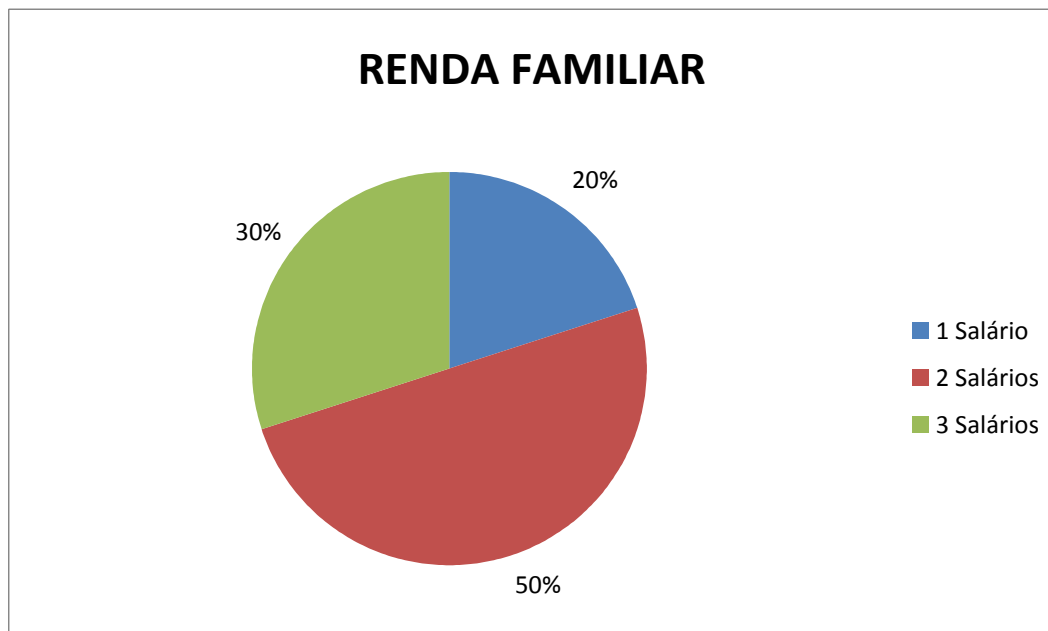


GRÁFICO 06 – Renda familiar das famílias dos entrevistados e participação do BPC.
FONTE: Pesquisa direta adolescentes do ICP, 2009/2010.

Observamos que uma expressiva maioria das famílias dos entrevistados e usuários do ICP, pertencem ao grupo dos que recebem até 2 salários mínimos (50%) e somados aos que ganham 1 salário (20%), perfazem um grupo majoritário (70%), sendo que no cômputo dessa composição de renda familiar está a presença decisiva do BPC¹³ (Benefício de Proteção Continuada), como iremos observar no próximo gráfico.

¹³ Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome do Governo Federal, encontramos a seguinte definição do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC): “É um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de 01 (um) salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho. Em ambos os casos a renda per capita familiar deverá ser inferior a ¼ do salário mínimo. O BPC também encontra amparo legal na Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que institui o Estatuto do Idoso. O benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a quem compete sua gestão, acompanhamento

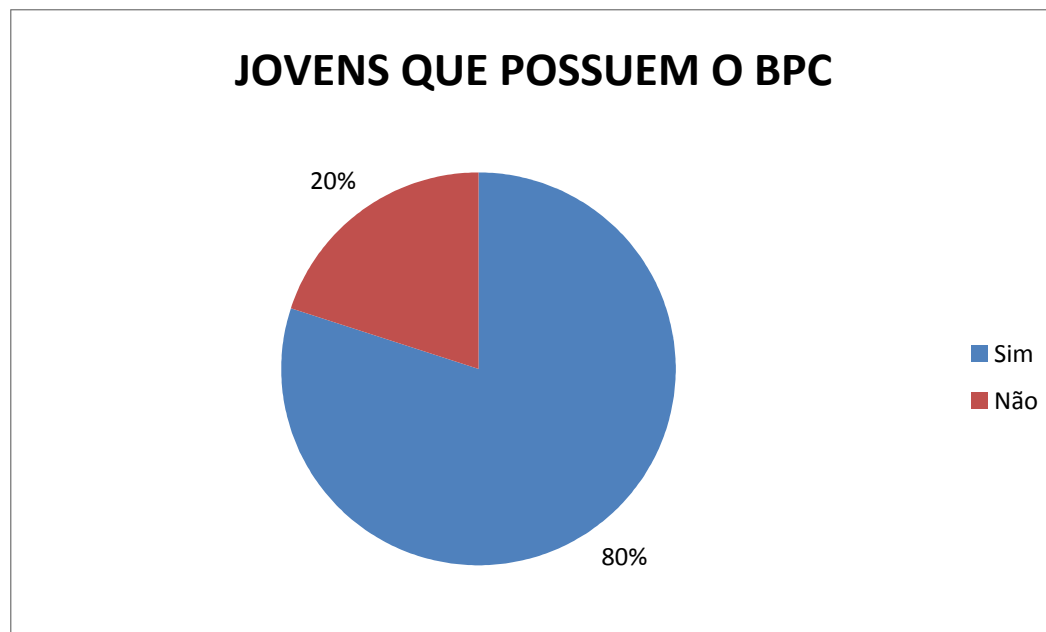


GRÁFICO 07 – Jovens que possuem o BPC.
FONTE: Pesquisa direta adolescentes do ICP, 2009/2010.

A grande maioria dos entrevistados, ou seja, 80% recebem o BPC, e esse benefício constitui a base da renda familiar desses atores, que dependem na sua totalidade para sobrevivência e sustentação das famílias. O pequeno universo dos que não recebem o BPC, apenas 20%, estão inseridos no grupo familiar cuja renda dos pais e ou responsáveis, não se enquadra nas exigências legais do programa.

e avaliação. Ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), compete a sua operacionalização. Os recursos para custeio do BPC provêm do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)”. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc>>. Acesso em: 01.04.2010.

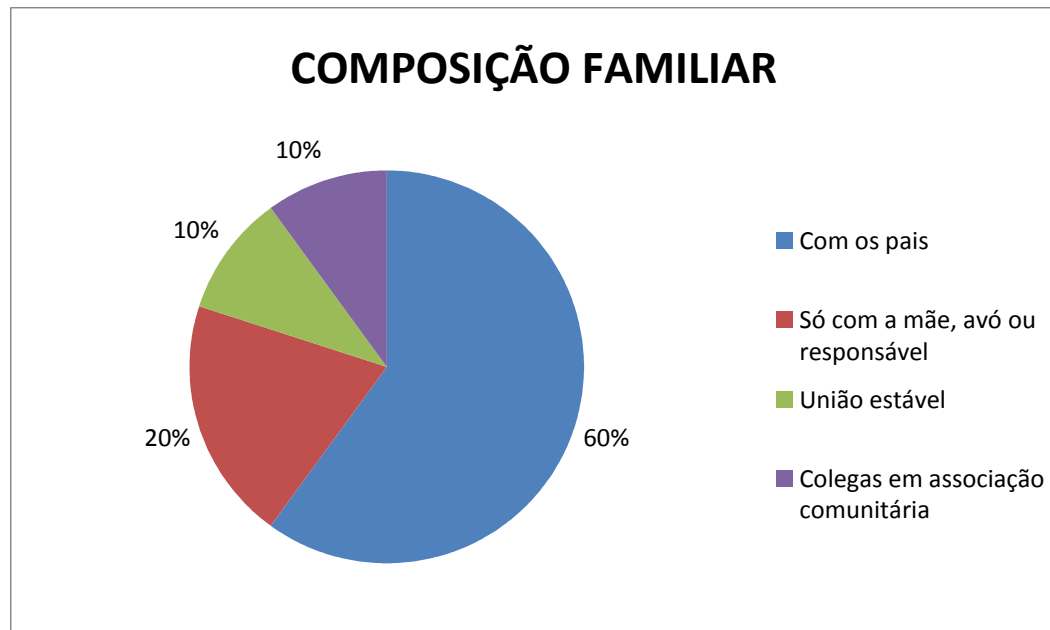


GRÁFICO 08 – Composição familiar ou dinâmica familiar dos entrevistados, com quem moram.
FONTE: Pesquisa direta adolescentes do ICP, 2009/2010.

Os dados da pesquisa mostram que predomina o modelo tradicional de família nuclear, 60% dos entrevistados moram com seus Pais (Pai e Mãe) e 20% são casais separados ou viúvos e moram com as mães e ou avós maternos, 10% são jovens que vivem com companheiros e ou companheiras em união estável, e os outros 10% moram com colegas deficientes visuais em associações ou dividindo residência.

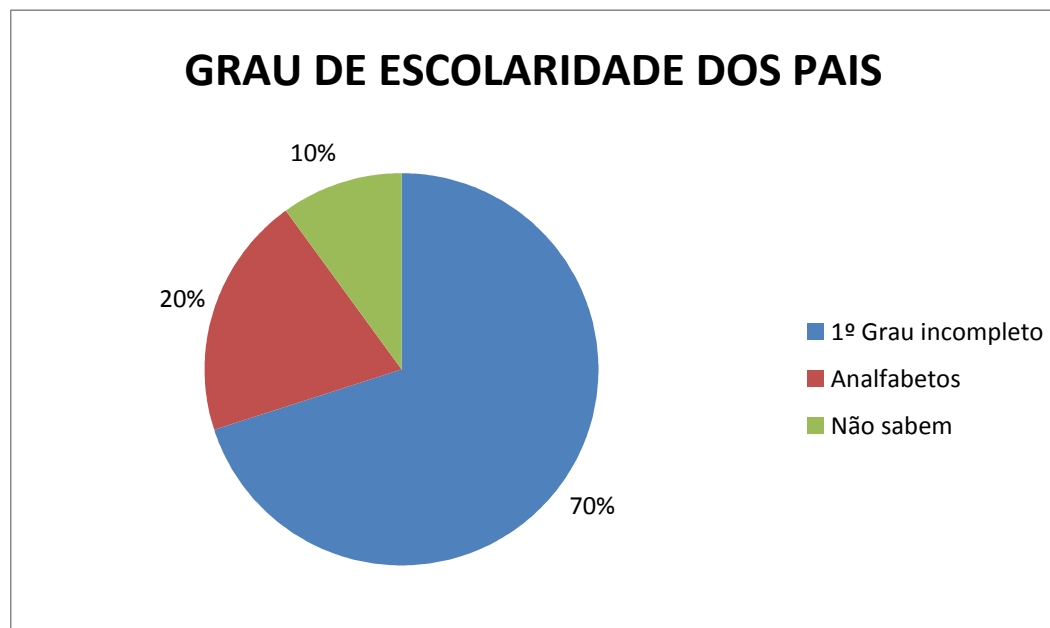


GRÁFICO 09 – Grau de escolaridade dos Pais dos entrevistados.
FONTE: Pesquisa direta adolescentes do ICP, 2009/2010.

Observa-se nesse gráfico o pouco nível de instrução das famílias pesquisadas, o que consequentemente compromete a qualificação profissional dos mesmos, levando-os aos subempregos¹⁴, ou seja, atividades econômicas com baixa remuneração e também ao desemprego. Fazendo um paralelo com a realidade nacional encontramos os seguintes dados acerca da taxa de desemprego¹⁵. No Brasil segundo o IBGE¹⁶, a taxa de da população em idade ativa (PIA), que estão desempregadas é de 9%%, o número de desocupados somou 2,08 milhões nas seis regiões.

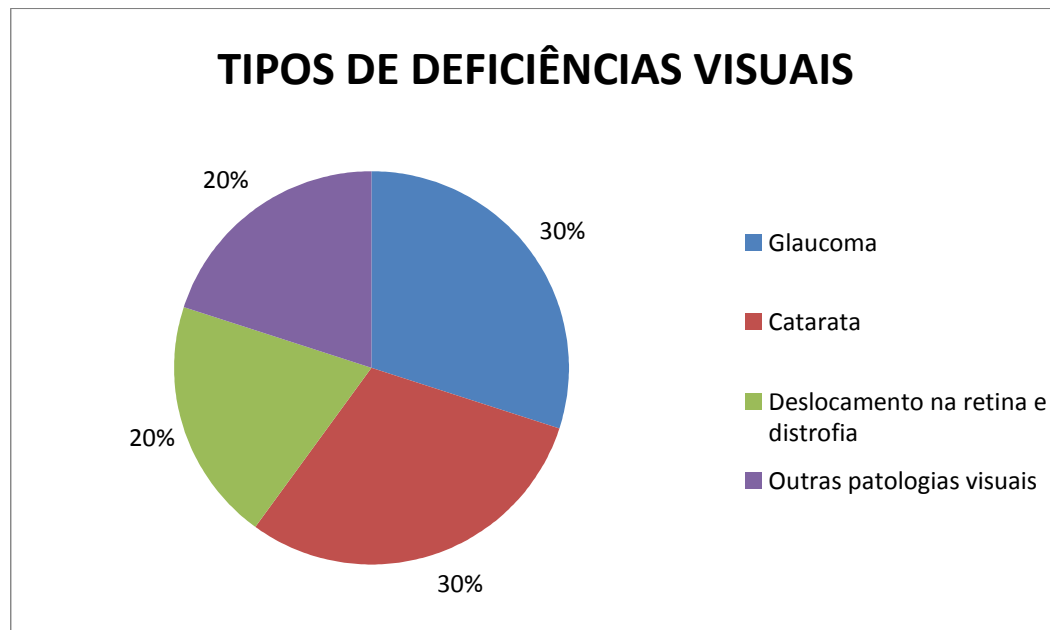


GRÁFICO 10 – Tipos de deficiências visuais apresentados pelos jovens.
FONTE: Pesquisa direta adolescentes do ICP, 2009/2010.

Relacionamos as principais patologias conforme o ANEXO, apresentadas pelos alunos pesquisados, caracterizando cada uma delas segundo dados da ciência médica. Identificamos,

¹⁴ De acordo com a Wikipédia, **O Subemprego** é uma situação econômica localizada entre o emprego e o desemprego. Ocorre normalmente quando a pessoa não tem recursos financeiros ou formação técnica profissional para se recolocar no mercado de trabalho. Tal situação, que deveria ser temporária, transforma-se em definitiva quando o trabalhador não consegue mais voltar à economia formal (com o recebimento de salário, carteira assinada, etc.) Os trabalhadores em situação de subemprego não podem contar com a cobertura da Previdência Social, nem possuem direitos trabalhistas.

¹⁵ Definição de desemprego: Teoricamente é a parte da população econômica ativa, portanto em idade adulta e em condições saudáveis para exercer alguma atividade na sociedade, e que infelizmente por circunstâncias diversas, não está podendo exercer sua função social.

¹⁶ Dados da Pesquisa Mensal do Emprego disponíveis no site oficial do IBGE. Séries históricas disponíveis no site oficial do IBGE . Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Taxa_de_desemprego_no_Brasil>.

na observação direta e no convívio com os deficientes visuais, que aqueles que já nascem com a patologia, têm mais facilidade em adaptar-se aos procedimentos educacionais e adequação nas atividades da vida diária. Os que perdem a visão na fase da adolescência ou na fase adulta, apresentam maiores dificuldades no processo de adaptação à nova realidade exigindo uma maior atenção na sua reabilitação e convivência sócio-familiar.

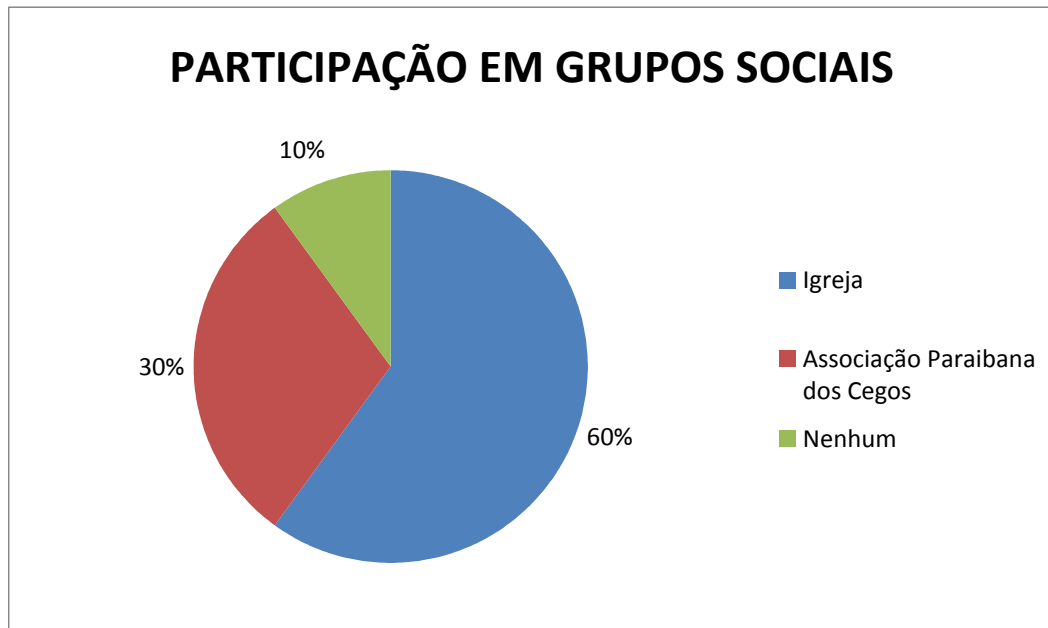


GRÁFICO 11 – Participação em grupos sociais.
FONTE: Pesquisa direta adolescentes do ICP, 2009/2010.

São bastante significativos esses dados, uma vez que demonstram a predominância do viés religioso das famílias desses atores como instrumento de participação em grupos sociais. Os entrevistados relataram que integram os grupos de jovens ligados as igrejas e participam regularmente. Os que participam de associações de cegos somam 30%, o que aponta para um nível de participação desses sujeitos, numa perspectiva política, no que se refere às reivindicações enquanto categoria minoritária na busca de terem a garantia dos seus direitos sociais. Enquanto que os 10 % que responderam não participar de nenhuma atividade social, o que nos remete a perceber que estão sendo provavelmente, acobertados pelos seus responsáveis numa espécie de redoma superprotetora os isolando e comprometendo as possibilidades de participação social e de usufruir dos seus direitos garantidos pela legislação vigente no Brasil¹⁷. Tais dados devem ser refletidos com cuidado pelos integrantes da

Instituição a fim de promover estratégias de incentivo aos alunos do ensino fundamental e do médio, para participação social e estabelecer uma consciência de cidadania.



GRÁFICO 12 – Inclusão através do esporte.

FONTE: Pesquisa direta adolescentes do ICP, 2009/2010.

O Esporte está presente de uma forma decisiva no cotidiano desses atores através das várias modalidades esportivas adaptadas a realidade do deficiente visual, inclui-se a natação, o judô, o futebol de cinco, o xadrez e principalmente o Goalball¹⁸, esporte paraolímpico, que tem proporcionado um grande engajamento social e formação profissional de atletas, dando-lhes suporte técnico e financeiro. Esse trabalho é realizado em parceria com o ICP, APACE (Associação Paraibana de Cegos) e a Secretaria Estadual de Esporte.

¹⁷ No Brasil a Constituição Federal estabelece que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, promover o Bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação(Art. 3º - inciso IV).

Lei nº 7.853/89 – Essa Lei foi criada para garantir às pessoas com deficiência a sua integração social.

A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), foi estruturada a partir da Lei nº 7.853/89.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.060 – MAS, 1990.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9393/96

¹⁸ Segundo o Manual de Orientação para professores de Educação Física- Brasília, DF (2006), o Goalball é uma modalidade esportiva desenvolvida especificamente para pessoas com deficiência visual. É baseado nas percepções auditivas e táteis, como também na orientação espacial. Caracteriza-se como uma atividade dinâmica, interessante e especial.

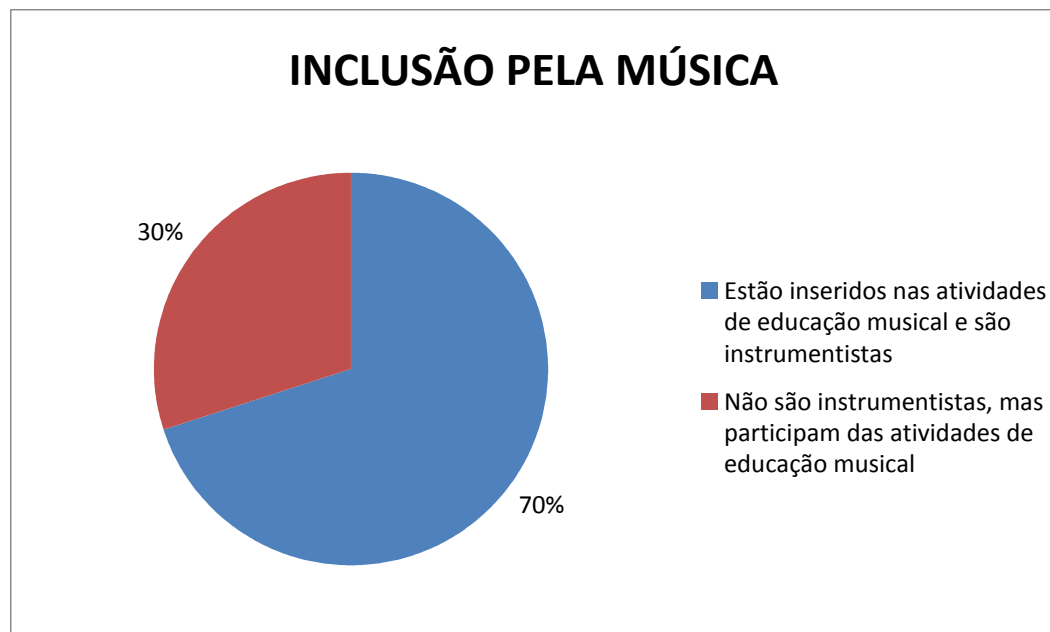


GRÁFICO 13 – Inclusão pela Música.

FONTE: Pesquisa direta adolescentes do ICP, 2009/2010.

A música é uma ferramenta real de inclusão social¹⁹ e de um futuro engajamento profissional desses atores. A sensibilidade, a percepção e senso musical do deficiente visual é uma realidade com a qual descortina-se um universo de possibilidades para o seu desenvolvimento social e cultural.

Observamos que nesse gráfico, que a grande maioria dos entrevistados, estão inseridos efetivamente nas atividades de educação musical, promovida pela ONG.

¹⁹ Inclusão de Deficientes Visuais pela Música: Para a Doutoranda Fabiana Fator Gouvêa Bonilha, do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), cega de nascença, é justamente a inclusão do deficiente visual no ensino regular de música, a principal conclusão da sua tese. Para ela, não são necessárias escolas especializadas em deficientes, mas que as instituições de ensino regulares se adaptem a esses alunos. Para isso, explica a musicista, seria fundamental a participação de três personagens nesse processo: um professor de música especialmente preparado, um aluno consciente musical por parte de deficientes visuais pode começar a ser atendida. Disponível em: <<http://www.diariodasaude.com.br/news.php?article=deficiente-visual-defendese-doutorado-musica-unicamp&id=5009>>., motivado e um especialista transcritor, que possa fornecer material de estudo de qualidade para o processo. Com esses elementos, a grande demanda por instrução Acesso em: 01.04.2010

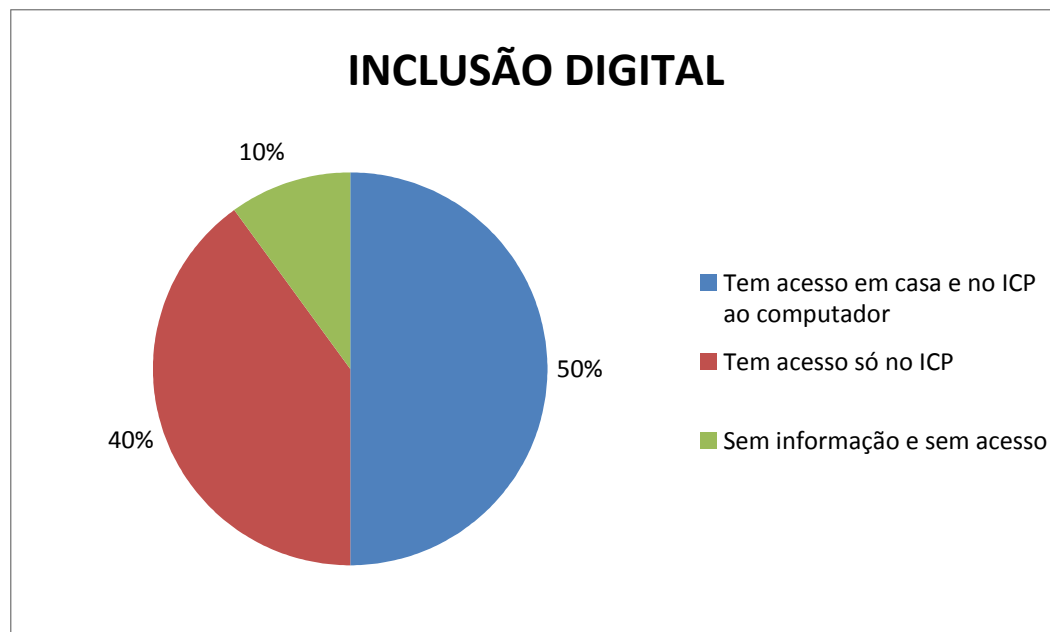


GRÁFICO 14 – Inclusão Digital.

FONTE: Pesquisa direta adolescentes do ICP, 2009/2010.

O trabalho desenvolvido pela ONG com os jovens visando à conquista da inclusão digital é reconhecido pelos órgãos públicos que trabalham na implantação da política nacional de Inclusão Digital, através do Programa Estação Digital da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia. O ICP foi beneficiado com implementação do referido Programa que utiliza o sistema Dosvox²⁰ um facilitador do acesso desses atores ao mundo digital. Os dados desse gráfico comprovam o envolvimento majoritário dos entrevistados (90%) na proposta de inclusão digital.

²⁰ O DOSVOX é um sistema que se comunica com o usuário através do uso de sintetizador de voz. O sistema conversa com o deficiente visual em Português, sem sotaque, e dá a ele muitas facilidades que um usuário vidente tem, como um sistema de gerência de arquivos adequado ao uso por D.V., editor e leitor de textos, impressor a tinta e em Braille, ampliador de telas para visão subnormal, diversos jogos, além de programas para acesso a Internet. O DOSVOX dá também suporte a operação de programas que não foram criados para cegos, através de adaptações que permitem leitura sintética de telas ou substituição de interações bidimensionais ou cliques de mouse [HomePage, 96].

Extraído do Texto elaborado por José Antonio Borges do Projeto Dosvox do Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/textos.htm>>. Acesso em: 01 abr. 2010.

4.7.3 Análise qualitativa: Perspectivas subjetivas

4.7.3.1 *Auto Percepção dos Jovens com Deficiência Visual*

Como pudemos observar, após a publicação no ano de 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), ocorreu um aumento significativo de matrículas de estudantes deficientes no sistema de ensino brasileiro como um todo. No entanto, esses estudantes deficientes, ainda encontram diversas barreiras no que se refere ao acolhimento e permanência no âmbito da comunidade escolar, por diversas questões estruturais e também por violações aos seus direitos, conforme preceitua a legislação que regula os direitos da Criança com Deficiência. Ferreira (2002) coloca de forma simples que esses estudantes mesmo matriculados em escola pública ou privados, continuam sofrendo discriminações e são excluídos da vida escolar.

Durante o período da nossa pesquisa, 2008 a 2010, estando inserido no universo do estudo exploratório, observou-se nessa análise, convivendo com esses estudantes suas falas e suas percepções a respeito do processo de inclusão social proposto pela Política Nacional de Educação Inclusiva. A análise teve como objetivo aprofundar e sistematizar o conhecimento empírico existente sobre experiências de inclusão vividas por essa população no âmbito de suas escolas, Instituto dos Cegos e comunidades. O estudo tratou de identificar as percepções desses atores, acerca das experiências vividas; as positivas que refletem o respeito aos direitos estabelecidos, pela legislação vigente e pela Convenção dos Direitos da Criança (ONU, 1989); como também a experiências vividas de discriminação.

No desenvolvimento da pesquisa alguns achados mostraram diversas situações em que os direitos dos estudantes com deficiência visual são desrespeitados e que a discriminação ainda é um fator presente e relevante na rede escolar pública. Mostrou igualmente, alguns avanços conquistados pela política nacional de educação inclusiva e a importância do apoio de uma Instituição Especializada no complemento da formação educacional desses estudantes, conforme pode ser observado:

- As escolas e os (as) professores (as) ainda não estão preparados para receber estudantes com deficiência visual em suas classes regulares; Uma das práticas comuns das escolas públicas é aceitá-los e estabelecer algumas tentativas didático-

pedagógicas de adaptação desses estudantes, a partir das condições precárias que possuem;

- Os jovens deficientes visuais que são matriculados nas escolas da rede pública, necessitam do atendimento especializado oferecido pelo ICP, pois as escolas não estão atendendo às necessidades educativas e de desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência na sua plenitude. A ausência desse atendimento especializado reforça a repetência ou abandono escolar;
- As famílias dos estudantes com deficiência visual inclinam-se a buscar os serviços especializados do ICP e envidam esforços para que essa parceria seja mantida com as escolas públicas, durante todo o período da sua escolarização;
- Prevalendo a crença que os estudantes cegos são incapazes e motivados pela falta de material didático adaptado, a educação oferecida a eles é, em geral, pobre em qualidade educacional;
- Os alunos com deficiência visual no âmbito da escola pública são vítimas de experiências de discriminação, agressão verbal e desrespeito em função da sua limitação visual.

Além dos achados acima elencados, nossa análise identificou cinco categorias que abrange suas percepções acerca do universo da inclusão, os desafios enfrentados no contexto educacional escolar e suas perspectivas futuras, quais sejam:

- a) Importância do Estudo na visão do estudante com deficiência visual;
- b) As experiências de Inclusão sócio-educacional vividas pelos estudantes com deficiência visual;
- c) A discriminação e o preconceito por parte dos estudantes sem deficiência e educadores;
- d) A importância do ICP, na formação e reabilitação desses atores;
- e) As perspectivas do jovem deficiente visual no mundo atual.

4.7.4 A Importância do Estudo na Visão do Estudante com Deficiência Visual

A análise detectou que percentualmente, todos os entrevistados, consideram importante o estudo como a base fundamental para edificar um futuro melhor nas suas vidas e conseguirem realizar sonhos e projetos pessoais, entre os quais se destacam a possibilidade de cursarem a universidade e ocuparem seus espaços no mercado de trabalho, exercendo sua cidadania, conseguindo a estabilidade financeira e conseqüentemente, melhores condições de vida. As falas a seguir ilustram como esses estudantes percebem a importância do processo educativo em suas vidas.

É porque no mundo de hoje, principalmente para os deficientes, é escasso a quantidade de emprego, já é difícil pra quem é normal, imagina pra gente.
(*Marcio, 15 anos*)

Porque abre novos horizontes.
(*Maria, 14 anos*)

Com os estudos se consegue independência, obtêm conhecimento e principalmente pra nós deficientes, nos tornamos capazes de lutar pelos nossos direitos.
(*Margarida, 16 anos*)

Estudar é a base de tudo.
(*Milena, 14 anos*)

Como se observa em todas essas falas citadas acima, o estudo é destacado como a “base de tudo”. Vivemos numa sociedade competitiva e globalizada, com forte tendência a diminuição do emprego formal com carteira assinada, e as oportunidades de emprego são muito reduzidas, principalmente para esses indivíduos que precisam de muita superação para serem tão bons quanto os que não tem deficiência ou até melhores para poderem ocupar espaço no mercado de trabalho. Resta-lhes envidar esforços perseverantes no sentido de obter a capacitação profissional. Na legislação trabalhista²¹, existem determinações legais no sentido de garantir aos portadores de deficiências, algumas cotas tanto nos concursos públicos como nas empresas. Entretanto, a questão da qualificação é fundamental para obtenção das

²¹ Empresa Inclusiva: A Lei de Cotas (Nº 8.213/91) existe desde 1991, e obriga as empresas a reservar uma parcela de suas vagas para a inclusão de pessoas com deficiência. A Lei exige que em estabelecimentos comerciais que tenham de 100 a 200 funcionários 2% das vagas sejam reservadas para pessoas com deficiência. Para as que têm de 201 a 500 empregados, a cota é de 3% e, para as que têm de 501 a mil cooperados, de 4%. Acima disso, as companhias não devem ter menos de 5% de inclusões. Seu descumprimento pode resultar em multas, que podem ultrapassar os cem mil reais.
Disponível em: <http://www.caminhando.org.br/index_2.php?link=empresa>. Acesso em: 02 abr. 2010.

vagas nessas cotas. É possível inferir a partir dessas falas, que esses estudantes apresentam um bom nível de conscientização em torno da importância dos estudos em suas vidas como passaporte para abrir “novos horizontes” e obter a “independência” e “o conhecimento” e se capacitar para lutar pelos seus “direitos”.

4.7.5 As experiências de inclusão sócio-educacional vividas pelos estudantes com deficiência visual na cidade de João Pessoa - PB

Na opinião dos estudantes entrevistados, 45% preferem estudar numa escola inclusiva, 35% entendem que o melhor seria continuar estudando numa escola especial e 20% avaliaram as qualidades da escola especial e da escola inclusiva, se posicionando favorável as duas propostas, uma vez que, tiveram experiências nas duas realidades e apontaram o quanto foram importantes na sua formação e no processo de inclusão. Essas falas mostram as posições e os argumentos dos estudantes que são favoráveis à escola inclusiva:

(...) me incluo mais, faço novas amizades.
(*Mariana, 15 anos*)

(...) estamos numa sociedade que não vê a gente como
pessoas que podem aprender.
(*Milton, 14 anos*)

(...) porque se você se distanciar do mundo, o mundo vai se distanciar de você.
(*Margarida, 18 anos*)

É interessante observar nessas falas a proposta desafiadora da educação inclusiva, que está implícita nas falas de Mariana, do Milton e da Margarida. Todos colocam a questão da interação como algo significativo para sua auto-afirmação na sociedade. O fato de possibilitar fazer “novas amizades”, e entender que não devemos nos “distanciar do mundo”, remete para uma quebra de paradigmas passando a “enxergar” o deficiente visual como “pessoas que podem aprender”, plenamente capazes de participar dos processos educacionais, ao mesmo tempo em que, rompe com as barreiras dos preconceitos e sugere a criação de pontes para integrá-los na classe e com os colegas.

O estudo detectou algumas colocações feitas pelos estudantes que entendem que o melhor para eles, seria continuar estudando numa escola especial, conforme as falas a seguir:

(...) numa escola inclusiva, agente sente muita dificuldade.
(Michelle, 13 anos)

(...) prefiro estudar na escola especial, porque na escola normal é chato, o povo anda correndo.
(Marco, 15 anos)

(...) os professores na escola especial são mais preparados.
(Marta, 14 anos)

(...) porque só com deficientes, o que passar pra um, passa pra todos, e em colégios normais a gente acaba sendo excluído de muita coisa ou até de tudo.
(Mateus, 16 anos)

O que está implícito nessas falas, não é uma oposição a escola inclusiva e sim a falta de condições estruturais da escola regular em recebê-los, a preparação dos professores e de uma cultura efetivamente inclusiva. Juntar alunos num mesmo espaço escolar não é suficiente para atender aos objetivos da proposta da escola inclusiva. Por isso, esses estudantes, estão sentindo no “*tato*” os desafios ambiciosos que se apresentam na construção de uma escola “para todos e para cada um”, que promova uma aprendizagem conjunta e sem barreiras.

Há também nessas falas referências críticas aos métodos de ensino utilizados e da preparação do corpo docente da escola, para que reavaliem tais metodologias, as atividades curriculares e extracurriculares, no sentido de aprimorar o acolhimento desses alunos “especiais” e incorporarem os princípios da cidadania à sala de aula, na perspectiva de participação e combate a todos os tipos de preconceito.

Para Rodrigues (2006), quando se fala em inclusão é importante dimensionar os dois níveis distintos e suas metodologias de atuação; a Inclusão Essencial e a Inclusão Eletiva. Para o Autor, a Inclusão Essencial “é a dimensão que assegura a todos os cidadãos de dada sociedade o acesso e a participação sem discriminação, a todos os seus níveis e serviços”, (RODRIGUES, 2006, p. 11), desta forma ninguém pode ser discriminado por causa de uma condição pessoal no acesso a educação, saúde, emprego, lazer, cultura, etc. É uma questão que se relaciona aos Direitos Humanos e Justiça Social. Na concepção do Autor, essa dimensão, assegura aos deficientes o direito de conviver e estabelecer relações sociais com todos os membros da sociedade a que pertencem, sejam eles determinados por laços familiares, por interesses profissionais, econômicos culturais ou afetivos. Entretanto, frequentemente os grupos minoritários ou com “risco de exclusão”, que têm acesso a dimensão essencial da inclusão, passam a ser considerados pertencentes ao “grupo das pessoas com deficiência”. A partir daí, no âmbito das relações sociais, essas “pessoas com deficiência”, atuam na sociedade e se relacionam com os demais atores sociais, trazendo o

estigma da deficiência, cuja participação na sociedade passa a ser encarada como, desnecessária, estranha ou até mesmo inadequada.

Em face dessa questão, o autor situa a Dimensão Eletiva como “a que assegura [...] independentemente de qualquer condição, a pessoa ter o direito de se relacionar e interagir com os grupos sociais que bem entende em função dos seus interesses”. (RODRIGUES, 2006, p. 11, grifo nosso) e ressalta ainda: “é necessário que a perspectiva inclusiva se alargue até estar assegurada a possibilidade de escolha e opção. Essa possibilidade de opção poderá até chegar à recusa de aceitar o lugar que a sociedade preparou e previu para sua colocação”. (RODRIGUES, 2006, p. 12). É atribuída a Samuel Golwin apud Rodrigues (2006), a frase “Me incluam fora disso” (Include me out!), que constitui um exemplo limite entre as duas dimensões da inclusão; Essencial e Eletiva, remetendo a discussão aos direitos que as pessoas com deficiência têm em optar pela recusa da inclusão que a sociedade “benevolamente” lhes oferece.

Entendemos nas falas que se seguem o amadurecimento dos jovens entrevistados que vivem a realidade das escolas públicas cuja experiência, os levaram a perceber aspectos significativos do processo de inclusão socioeducacional, tanto na escola especial oferecida pelo ICP, como na escola regular convivendo com os demais colegas e sendo integrados nas atividades pedagógicas. Destacam-se as falas dos que encontraram o ponto de equilíbrio dos dois modelos de escola; inclusiva e especial vejamos suas percepções:

(...) a escola especial me preparou para uma inclusiva e as duas caminharam juntas e ajudaram no meu crescimento.
(*Maria Rita, 17 anos*)

(...) Se for analisar no campo emocional prefiro a especial, porém do ponto de vista de crescimento e ampliação de possibilidades, prefiro a inclusiva.
(*Mariana, 16 anos*)

(...) As duas são importantes, já provei das duas - a especial prepara para o mundo e vencer os desafios - lá fora não se preocupam com a nossa adaptação, a escola especial supre nossas carências.
(*Maria Júlia, 19 anos*)

É possível perceber na análise dessas falas, a questão chave a partir das colocações de quem vivencia a realidade escolar nos dois modelos. Pergunta-se: poderá haver um caminhar conjunto, integrado? Uma escola especial pode ajudar a escola inclusiva, ou vice-versa? Ao ouvirmos (*Maria Rita, 19 anos*) dizer que a “escola especial me preparou para escola inclusiva e que as duas andam juntas no meu crescimento”, fica claro a importância de ambas na formação educacional desses atores. Para (*Mariana, 16 anos*) uma das realidades acolhe mais

“no campo emocional”, a outra favorece a “ampliação de possibilidades”, uma junção perfeitamente exequível do ponto de vista educacional e por fim a colocação de (Maria Júlia, 19 anos), quando enfatiza a importância dos dois modelos de escola, dizendo que já “provei”, de ambas. Nada mais enriquecedor do que a experiência vivida para se chegar a alguma conclusão final e ser capaz de admitir as boas e más experiências. No fulcro dessas falas estão presentes pontos relevantes que embasam a perspectiva teórica da minha análise.

No Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, artigo 205, a Constituição diz que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Para Mantoam (2006), defensora enfática da escola inclusiva, mas que também ressalta o importante papel da educação especial dentro dos limites de suas atribuições legais, coloca que o atendimento educacional especializado é “complementar e necessariamente diferente do ensino escolar”, o que segundo Ela, abrange especificamente os instrumentos exigidos para eliminação das barreiras que naturalmente os alunos com deficiência apresentam, no caso específico dos deficientes visuais; o Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Educação Física Especializada, etc. A Constituição admite que o atendimento especializado seja oferecido *fora* da rede regular de ensino, em outros estabelecimentos públicos e particulares, dedicados unicamente a esse fim, como as instituições especializadas em pessoas com deficiência em geral. O direito ao atendimento educacional especializado está previsto igualmente na LDBEN, nos artigos, 58, 59 e 60 da Lei. 9394/96.

No âmbito dessa discussão, identificamos a importante contribuição das escolas especiais e das instituições educacionais especializadas ao longo da história da educação especial no Brasil. Tais instituições, sem dúvidas, trabalharam na inclusão socioeducacional dos estudantes com deficiências, promovendo avanços nas conquistas dos direitos sociais, como também, nas mudanças de paradigmas, bastante discutidas atualmente. A questão da preparação dos estudantes com deficiência, visando à participação social e a busca de garantir seus direitos sociais, representa os grandes desafios de cidadania participativa numa sociedade plural e democrática.

4.7.6 A presença da discriminação no âmbito escolar

Dos jovens entrevistados, 55% disseram que já foram vítimas do preconceito e de experiência de discriminação de uma forma acintosa, outros 45% disseram que foram, mas moderadamente e alguns ainda disseram que ainda não sofreram. Experiências de discriminação segundo Ferreira (2002), constituem elemento comum no cotidiano escolar de pessoas com deficiência. As vivências de situações ou comportamentos discriminatórios, portanto, caracteriza-se como evento comum, na realidade escolar das crianças e jovens com deficiências, é o que comprova nossa investigação, com o percentual acima exposto. É urgente voltar nossos olhares a essa questão tão séria da realidade escolar e buscarmos alternativas para combater tais práticas e fazer valer os direitos sociais desses atores.

Estudos de (FERREIRA, 2002; 2001), apontam que os direitos do grupo social constituído pelas pessoas com deficiência têm sido sistematicamente violados: “a essas pessoas tem sido negado o direito a uma vida digna e produtiva, na qual possam participar de atividades regulares do cotidiano como qualquer outro ser humano”. (FERREIRA, 2002, p. 26). A autora sustenta o argumento de que existe de fato, uma lacuna de conhecimento sobre os direitos humanos e sua conseqüente violação, como exemplo, na forma de comportamentos, procedimentos, sanções ou exigências discriminatórias e defende que o conhecimento sobre os direitos humanos, em particular sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil, conscientiza o professor que torna-se um elemento chave no combate a todo tipo de exclusão nos sistemas educacionais, enfatiza.

A discriminação segundo Ferreira (1998), significa diferenciar, distinguir, discernir; estabelecer diferença pode se manifestar de várias formas com bases nas diferenças entre os sexos, idade, cor e em particular, com o objeto da nossa investigação, os deficientes. O ato discriminatório pode ser “visível” ou “velado”. Vejamos alguns relatos feitos pelos jovens da pesquisa em que podemos verificar a manifestação da discriminação visível e velada, sofrida por eles no âmbito escolar. Demos ênfase a esses relatos no sentido caracterizar melhor a categoria discriminação.

Já fui vítima da discriminação, a pouco tempo tiraram foto do meu olho e colocaram na Internet. Eu não sei nem explicar, foi um choque muito grande pra mim.
(*Maria Helena, 16 anos*)

Eu não sei se é bem preconceito, porque eu cheguei no colégio, logo no primeiro ano, eu chegava e ficava com o porteiro, as pessoas passavam direto e o porteiro pedia

pra me levar pra sala e as pessoas não levavam, passavam direto, daí tive que aprender a ir sozinho. Me senti que tinha que aprender a me virar, ser mais independente. Me senti discriminado porque muitos não me ajudavam e muitos alunos não se preocupavam em ditar o exercício pra mim.

(Mateus, 14 anos).

Já sofri. Me senti humilhado e ao mesmo tempo com os pés no chão porque as pessoas assim, são pessoas fracas, porque ficam rindo da cara da gente e disse: o quê um cego veio fazer aqui nesse colégio? Eu tô rezando pra que essa inclusão não dê certo.

(Marco, 18 anos).

Todo dia, a gente se sente muito triste, a gente precisa do outro, e se recusam a ajudar, excluem a gente de uma maneira tão drástica.

(Mariano, 16 anos).

Só lá no interior onde eu estudava. Eu senti, praticamente que o meu mundo tinha acabado. Só que depois eu deixei pra lá, não liguei, que é por causa da minha deficiência e é normal, no meu dia-a-dia, as pessoas me trataram assim.

Eu acho que vítima de preconceito, hoje, não existe tão exposto, não.

(Milton, 18 anos)

Em todos os relatos apresentados acima, podemos perceber o nível de agressão, rotulação e desrespeito que esses jovens com deficiência estão submetidos na escola rotulada de “inclusiva”. Nosso estudo procurou ouvir todos os que estão matriculados na escola regular de ensino, a fim de verificar os atos discriminatórios, os atos de agressão, conforme suas falas e como na prática os direitos da pessoa com deficiência são desrespeitados, por parte da comunidade escolar. Sabemos que rótulos e comentários desagradáveis sobre diversos aspectos do ser humano, constituem parte integrante das relações sociais. Nas escolas não é diferente, muito pelo contrário, é nela onde encontramos um alto nível de discriminação, que criam prejuízos e até vitimizam as pessoas, conforme afirma Ferreira (2002), quando coloca, que é de “inteira responsabilidade dos (as) gestores (as) escolares o modo como tais experiências são tratadas”. No caso de (Maria Helena, 16 anos), (Mateus, 14 anos), (Marco, 18 anos), (Mariano, 16 anos), (Milton, 18 anos), todos relatam atos discriminatórios, principalmente no caso da Maria Helena, exposta as zombarias nos acessos a internet e lamentavelmente, a completa ausência de providências cabíveis por parte da gestão da escola, no sentido de dar uma solução ao caso, evitando consequências danosas à vida pessoal e escolar dessa aluna.

Sobre esse aspecto a Pesquisadora assevera:

Experiências negativas devem servir de base aos (às) gestores (as) e docentes para que criem estratégias de conscientização da comunidade escolar - tanto sobre as ocorrências em si como no que diz respeito à riqueza de se conviver com as diferenças no espaço escolar. (FERREIRA, 2002, p. 46).

4.7.7 O papel da ONG Instituto dos Cegos da Paraíba no atendimento educacional especializado aos jovens

O estudo procurou adentrar nas atividades que são desenvolvidas pelo ICP as quais estão envolvidos os estudantes e como eles percebem e interpretam a importância delas na formação educacional e conscientização dos seus direitos de cidadania. Todos os jovens são usuários do ICP e participam como alunos de classes regulares na rede pública de ensino. A questão chave foi investigar se o ICP vem atendendo aos objetivos e finalidades a que se propõe junto a esses sujeitos do processo de inclusão socioeducacional. Nos depoimentos as unanimidades dos entrevistados declararam que o ICP contribuiu e vem atendendo às suas necessidades de apoio educacional, como perceberemos nas seguintes falas selecionadas.

Muito, se o instituto não existisse, eu não seria nada.
(*Mateus, 14 anos*)

Facilitou e muito, aprendi a fazer as coisas em casa, a cozinhar, a me locomover na rua, muita coisa, informática.
(*Margarida, 18 anos*)

Com certeza porque o Instituto trabalha junto com a escola regular, nos prepara pra que na escola nos reconheçamos como deficientes e lá fora a lidar com o preconceito. E o acompanhamento em sala de aula, preparação do material. Eu acho e isso deve acontecer sempre. Porque a escola especial tem profissionais preparados pra lidar com a gente ao contrário da escola regular.
(*Maria Júlia, 18 anos*).

Com certeza, educação física, artística, contribuiu pro meu desenvolvimento motor, psicológico. Graças ao esporte fiz várias viagens, é uma coisa muito boa na minha vida.
(*Mércia, 17 anos*)

Me ajuda na escolaridade, aprendo aqui e lá fora.
(*Michelle, 13 anos*)

O instituto atende, tem recursos pra gente, se não fosse o instituto tínhamos deixado de fazer muita coisa, tem educação física, que nos colégios não tem.
(*Milton, 14 anos*)

Sim, facilita, o que eu faço tarefa aqui como matemática, física e química, eu não conseguiria nunca fazer sozinha numa escola normal.
(*Maria Helena, 16 anos*)

Facilita muito, quando eu chego aqui eu tenho com quem fazer os exercícios, agora lá no colégio eu não tenho como fazer porque não tem livro em braille não tem nada.
(*Mariana, 15 anos*)

Os depoimentos revelam que sem o atendimento educacional especializado promovido pelo ICP, seria inviável, esses estudantes estarem matriculados na rede pública de ensino. As falas demonstram o nível de importância dessas ações sócio inclusivas na vida escolar, familiar e comunitária desses estudantes. O ponto chave do atendimento especializado que os jovens destacam, é que no ICP, eles encontram o que realmente precisam: um trabalho em parceria com a escola regular, como frisou Maria Júlia ao colocar “o Instituto trabalha junto com a escola regular, nos prepara pra que na escola nos reconheçamos como deficientes e lá fora a lidar com o preconceito”. Na ONG, eles dispõem de professores especializados, atividades adaptadas, livros em Braille, recursos didáticos apropriados, etc. Podemos concluir que o conjunto dos atendimentos oferecidos pelo ICP, vem ajudando e complementando o processo de escolarização desses estudantes e naturalmente contribuindo nas suas expectativas de desenvolvimento e exercício da cidadania plena.

4.7.8 Auto-percepção e perspectivas do jovem deficiente visual na atualidade

Entendemos ser importante finalizar nossas análises enfocando a Auto-Percepção dos Jovens com deficiência Visual e suas expectativas futuras. Podemos verificar como esses jovens, não diferentemente da maioria dos jovens da sua idade, ou seja, adolescentes, apresentam necessidades comuns: concluir um curso superior, progredir na vida, conseguir sua estabilidade emocional, social, econômica e afetiva. No entanto, essas perspectivas se chocam muitas vezes com a realidade que eles enfrentam no mundo atual, em face da deficiência que possuem no campo visual e conseqüentemente a limitação das oportunidades de inserção social. Somado a isso, precisam também lidar com os preconceitos, as discriminações e ainda a realidade social e econômica em que vivem.

Nos primeiros depoimentos colocamos a auto-percepção deles, do que é ser Jovem Deficiente Visual. Vejamos suas colocações:

É uma dificuldade muito grande.
(M. L., 18 anos/M)

Hoje a gente pode dizer que melhorou pelo menos 50%, comparado com antes.
(M. H., 15 anos/M)

É difícil, porque nem sempre tem facilidade. Vai num supermercado, tem coisas que a gente não consegue ver. Se for um deficiente total, tem que pedir ajuda,

nem sempre as pessoas estão disponíveis pra ajudar.

(M. A., 15 anos/F)

É complicado, porque logo cedo tem que lidar com o preconceito, a desigualdade, mas tem que ter firmeza, ser capaz de enfrentar isso.

(M. T., 17 anos/M)

Pra mim ser jovem deficiente visual é ruim, porque eu não tenho a visão, mas é bom porque eu acho que se tivesse a visão não estaria estudando como estou estudando, não queria nada com os estudos.

(M. S., 16 anos/M)

Como nasci com essa deficiência, tô acostumado, sou feliz, faço tudo normal, procuro ser independente. Meu alvo é que essa deficiência não seja empecilho, fazer que as outras pessoas acreditem em mim.

(M. I., 18 anos/M)

Às vezes eu fico meio depressiva, que antes eu via muito mais e agora eu tenho que aprender a conviver e aceitar essa minha deficiência, mas eu sou feliz.

(M. J., 14 anos/F)

Analisando atentamente a auto-percepção desses jovens e como se definem e traduzem, podemos visualizar os seguintes aspectos a destacar nos depoimentos de M. L., M. A., M. T., ressaltam a questão da dificuldade “muito grande”, de ser “complicado”, estar vivendo em uma sociedade preconceituosa por excelência, portanto, que limita suas expectativas criando barreiras de difícil transposição. Na percepção de M. H., em seguida as essas falas comentadas, observa-se melhoras gradativas, que para ela, algo em torno de 50% melhor do que “antes”, ou seja, os efeitos da conscientização dos direitos da pessoa com deficiência, estão sendo embora lentamente, respeitados e por isso, nota-se alguns avanços na melhoria da participação desses indivíduos na sociedade.

Outro ponto relevante percebido nas falas dos jovens entrevistados é a colocação de M. I., “como nasci com deficiência visual, tô acostumado, sou feliz e faço tudo normal [...]”. Quando se nasce cego ou com alguma deficiência visual, torna-se menos complicado o processo de adaptação desses atores em relação à adaptação à vida e aos processos educativos a que são submetidos na sociedade. Como eles nunca tiveram experiências visuais, a estrutura funcional do corpo: motora, cognitiva, afetiva, possibilita mais rapidamente realizar as atividades da vida diária, de tal forma com se fosse “tudo normal”. Já o depoimento de M. J., mostra o contrário, quando se perde a visão no percurso da vida e principalmente na fase da adolescência, é comum haver algumas intercorrências no campo emocional, que se manifestam em forma de depressão, moderada ou severa, como também os transtornos de comportamento.

Na ótica de quem não enxerga, ser Jovem Deficiente Visual na atualidade continua sendo um **grande desafio de superação**, que precisam enfrentar com muita **“firmeza e**

capacidade” (grifo nosso). Embora os avanços ocorridos em nível da legislação e da conscientização da sociedade, das famílias dos deficientes e deles próprios, ainda se vislumbra um longo percurso de lutas a serem travadas, para garantir plenamente os direitos fundamentais desses atores.

Passaremos a observar os depoimentos que tratam da auto-percepção em relação à auto-estima e perspectivas desses jovens em função dos seus projetos pessoais futuros. Foram destacados alguns aspectos significativos, a exemplo da felicidade interior que sentem, apesar da limitação visual e as pretensões da maioria deles em cursarem universidade, constituir famílias e conseguir a independência financeira. Nas falas selecionadas podemos constatar.

Graças a Deus eu sou feliz.
(M. C., 13 anos/M)

Sou feliz, conquistei minha independência. Através da escola especial, cheguei à universidade, pratico esportes, sou feliz.
(M. L. N., 20 anos/F)

Minha vida é boa, eu canto, saio por aí, tenho boas amizades, o preconceito tem diminuído bastante, porque antes era muito grande, porque tão vendo que ser deficiente não é ser isolado do mundo. Minha vida é maravilhosa.
(M. L., 19 anos/M)

Muito boa, mostra que o deficiente é capaz de fazer coisas que as pessoas da sociedade acham que não somos capazes.
(M. F., 14 anos/F).

Sou feliz, muita gente me ajuda, minha família, no meu colégio as pessoas gostam de mim, me ajudam na medida do possível.
(M. D., 18 anos/F)

A nossa realidade, bom, pra quem faz esporte é uma realidade legal. Pra quem veio pra estudar e tá estudando, eu considero que tá tentando crescer na vida. Mas pra pessoas que tá no interior, totalmente desestimulado, dependendo de benefício, não tem muita expectativa não.
(M. H., 20 anos/M)

Conseguir emprego, educar meu filho, ser feliz na vida.
(M. O., 16 anos/F).

Cantora.
(M. G., 14 anos/F)

Eu pretendo me formar em mais de uma coisa, técnico em informática e em música.
(M. E., 15 anos/M)

Chegar a uma universidade.
(M. K., 14 anos/F)

Bom emprego, continuar estudando mesmo com emprego.
(M. J., 15 anos/F)

Terminar meus estudos e fazer faculdade pra direito.
(M. S., 17 anos/M)

Eu quero terminar, quero fazer ou serviço social ou psicologia, em nível superior.
(M. Y., 16 anos/F)

Pretendo cantar, entendeu? Ser percussionista, me formar.
(M. J. J., 17 anos/F)

Cantar num grupo gospel, sem deixar música lírica. Num sei se vai dar certo, se tiver de ser...
(M. U., 17 anos/F).

O que percebemos de forma geral, a partir das suas colocações, é que esses jovens apesar de todas as dificuldades que restringem suas expectativas de inserção na sociedade e estando submetidos às políticas públicas, que ainda não atendem na sua integralidade as suas necessidades de cidadania plena, evidenciam nesses relatos, demonstrações de esperanças, de sonhos, projetos pessoais, plenamente possíveis de serem realizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão socioeducacional de crianças e jovens com deficiência visual se constitui numa das grandes problemáticas a ser enfrentada na sociedade atual. Ao longo da história da humanidade, pessoas com deficiência - notadamente no Brasil - sofreram com as práticas excludentes, tornando-se vítimas de discriminação, o que reflete uma prática corrente na sociedade e nos relacionamentos humanos, fruto da relação de poder e de subalternidade que envolve as classes e os grupos sociais. Apesar de terem sido publicados alguns trabalhos sobre a temática, ainda assim persiste a necessidade de estudos para dar conta da complexidade da mesma.

O aprofundamento das análises nesse tema, através da leitura e percepção dos jovens estudantes deficientes visuais, sujeitos e atores do processo de inclusão socioeducacional, proposto pela Política Nacional de Educação Inclusiva, a nosso ver é importante, entre outras razões, para o desvendamento de aspectos que certamente só podem ser desvelados por meio das visões próprias dos estudantes envolvidos diretamente nesse processo. Diferente do que se acreditam os jovens deficientes, possuem clara visão a respeito da discriminação, do preconceito, do tratamento desigual que sofrem nas organizações escolares em todos os níveis e na sociedade. No relato abaixo podemos perceber explicitamente, o brado do estudante deficiente visual e a sua percepção da realidade em que vive:

Eu espero que as escolas possam contribuir mais na vida dos deficientes, incluir mais os deficientes nas atividades, que as pessoas não tenham tanto preconceito, tanta discriminação, somos normais, apenas não enxergamos, então precisam tratar de maneira igual, espero que as escolas incluam todos em tudo.

(M.P/15 anos/M)

A discriminação e o preconceito são aspectos marcantes que permeiam a relação social dos jovens deficientes visuais no âmbito da vida escolar. Evidentemente que eles e seus familiares sofrem e ressentem-se pelas experiências cotidianas de discriminação, buscam superar tais barreiras e encontrar caminhos, através de atitudes individuais e conjuntas para superação. Paradoxalmente, as experiências discriminatórias são geradas, em grande parte, exatamente por aqueles que deveriam protegê-los: familiares, colegas, gestores escolares e docentes. Entendemos que o maior papel social da escola, é proporcionar à formação de valores humanos necessários a construção da cidadania, no entanto, na realidade escolar,

observam-se exemplos de desrespeito, crueldade, falta de solidariedade e descumprimento das garantias civis de crianças e jovens deficientes.

Mesmo constatando que ocorreram avanços significativos na legislação pertinente ao direito da pessoa com deficiência, exarados a partir da Constituição Federal de 1988, no atual momento histórico da educação inclusiva brasileira, apesar de muito se debater a inclusão, observamos que muitos educadores vinculados diretamente às escolas ditas inclusivas, desconhecem os direitos da pessoa com deficiência, somado a isso, falta-lhes clareza conceitual e informações básicas sobre o que quer dizer “Inclusão”. Nosso estudo revela que a violação dos direitos da criança e do adolescente com deficiência ocorre frequentemente na rotina escolar dos estudantes devido à falta de comprometimento com os pilares fundamentais da Educação Inclusiva propostos pela Política Nacional. Na realidade pesquisada, comprovamos que o processo de inclusão está acontecendo, embora de forma incipiente e desorganizada, tendo em vista os parâmetros fundamentais que subsidiam a inclusão, tais como: a valorização de uma Cultura Inclusiva (acolhimento, colaboração, valorização do sujeito e inclusão de todos os alunos); de uma Política da Inclusão (meios e estratégias de desenvolvimento da Escola Inclusiva, ampliando sua capacidade em dar respostas às demandas sociais) e de uma Prática da Inclusão (promove a participação e o engajamento de todos os alunos numa orquestração em favor da aprendizagem e eliminação das barreiras). A compreensão alcançada nesta pesquisa aponta também para novos desdobramentos a serem explorados em pesquisas posteriores.

Como parte do conhecimento da realidade do deficiente visual nossa pesquisa procurou traçar o perfil das famílias, para tanto destacamos que as famílias dos jovens habitam em localidades permeadas por disparidades socioeconômicas que se expressam tanto no espaço urbano, comunidades populares, como na infra-estrutura disponível aos habitantes da cidade de João Pessoa. Estão matriculados em escolas públicas que atendem alunos com deficiência e recebem apoio complementar (psicossocial e pedagógico) do ICP. Os dados colhidos nessa pesquisa merecem uma análise cuidadosa, na qual não nos detivemos nesse momento, em função de não constituir objeto central de nossa análise e por ainda atribuírem certa complexidade aos fenômenos analisados.

A grande discussão acerca da inclusão social e educacional de crianças e jovens com deficiência travada na atualidade teve na nossa investigação o enfoque das ações socioeducativas da ONG-ICP. A Constituição Federal admite que o atendimento educacional especializado seja oferecido fora da rede regular de ensino, em outros estabelecimentos públicos e particulares, dedicados unicamente a esse fim.

Para a especialista Mantoam (2006, p. 205, grifo nosso), defensora incondicional da educação inclusiva, a educação especial promovida pelas instituições especializadas, é analisada por ela, com o seguinte enfoque:

Muito importante e não pode ser negado, mas dentro dos limites de suas atribuições, sem que sejam extrapolados os seus espaços de atuação específica. Essas atribuições, conforme nos referimos, complementam e apóiam o processo de escolarização de alunos com deficiência que estão regularmente matriculados nas escolas comuns.

O cerne do nosso trabalho de investigação foi constatar que as ações sócioeducativas desenvolvidas pelo ICP, apóiam e complementam o processo de escolarização de crianças e jovens com deficiência visual, apontado acima na fala de Mantoam (2006). A alfabetização em Braille das crianças com deficiência visual promovida pela Escola Especial é o primeiro degrau da inclusão. Além dessa ação, outras foram identificadas que justificam a continuidade da ONG, como por exemplo: as Terapias Ocupacionais (TO), as Atividades da Vida Diária (AVD), Atividades da Vida Prática (AVP), as Reabilitações, o Esporte Adaptado, O Manuscrito e a Musicalização Infanto-Juvenil, todas elas articuladas dentro da proposta da educação inclusiva. Sugere-se que essas ações socioeducativas elencadas, continuem existindo e que sejam ampliadas cada vez mais na perspectiva da Integração com a Escola Regular, haja vista que quanto mais cedo for articulada, melhor para os desenvolvimentos das crianças e suas famílias.

Nossa análise comprovou, a partir do universo pesquisado, a inexistência de práticas de segregação nas ações implementadas pelo ICP na atualidade, divergindo assim, de alguns autores²² relacionados e críticos da *práxis* de instituições para deficientes. Identificamos um permanente acompanhamento dos alunos usuários do ICP, nos trabalhos e atividades escolares, através do atendimento individual e grupal, realizado pelo serviço de itinerância, com os profissionais das disciplinas específicas: (química, física, matemática, etc.).

Os depoimentos dos jovens na unanimidade das falas, afirmam que se não fora o atendimento especializado e o acompanhamento escolar, não conseguiriam permanecer nas escolas regulares, usufruindo dos seus direitos sociais. Importante ressaltar que os jovens não são contrários *a priori*, às mudanças paradigmáticas propostas pela Política Nacional de

²² Um dos alunos entrevistados, (M.M.L/ 15 anos) disse: “eu torço para que essa inclusão não dê certo”, evidencia essa fala, que o modelo que está sendo implementado apresenta sérias deficiências para os sujeitos do processo.

Educação Inclusiva. As críticas se fundamentam nas questões operacionais, logísticas e estruturais que enfrentam no cotidiano escolar. Alguns são conscientes de que vivemos um “tempo de transição”, caracterizado por lentidão, emergência de dúvidas, conflitos e resistências, como afirma Ferreira (2003).

Um dos desafios elencados nesse “tempo de transição”, refere-se às resistências que algumas instituições especializadas no atendimento aos deficientes apresentam. Recorrendo a contribuição de Mantoam (2006, p. 207), assim ela se posiciona sobre essa questão:

Há ainda que vencer os desafios que nos impõem o conservadorismo das instituições especializadas e enfrentar as pressões políticas e das pessoas com deficiência, que ainda estão muito habituadas a viver de seus rótulos e de benefícios que acentuam a incapacidade, a limitação, o paternalismo e o protecionismo social.

Sem dúvidas, o nosso estudo serviu para reafirmar a repetição dessas questões apontadas pela autora²³ na entidade pesquisada, visto que foi constatado resquícios de “protecionismo”, “paternalismo” e “conservadorismo”. Ao longo da história da ONG, de 1946 a 1988, os atendimentos aos deficientes eram feitos no sistema de internato e em seguida no sistema semi-internato, promovendo a escolarização das crianças cegas em regime fechado. Os alunos do interior e da capital eram obrigados a ficar internos na instituição e apenas nas férias podiam visitar suas famílias, refletindo dessa forma, as Políticas Assistenciais da época, que encaravam as crianças e jovens com deficiência na perspectiva da “excepcionalidade”, “incapacidade” e “limitação”. Portanto, a Especialista traduziu bem na sua fala, a presença do Conservadorismo, Protecionismo e do Paternalismo, inerente às instituições especializadas que contribuíram de certa forma, na estigmatização social e segregação desses atores.

²³ No período de 1945 a 1963 - A realidade sócio-econômica-política do Brasil apresentava os seguintes aspectos: Retorno ao regime democrático via processo eleitoral, populismo acentuado - Ideologia desenvolvimentista. Início dos anos 60 intensa politização e organização das classes populares urbanas e rurais e de estudantes universitários.

Nas políticas assistenciais evidenciava-se: a questão social encarada como questão política, desenvolvendo-se a concepção do Estado de Bem-Estar Social; São organizadas secções de serviço social em todas as instituições de previdência (1944); Serviço de Proteção ao Menor - SAM (1950).

Fonte: Quadro demonstrativo da evolução da Assistência Social no Brasil. Seminário apresentado ao Curso de Serviço Social, pela Aluna Kátia Menezes de Lucena. UFPB.

A partir dos anos 80, com a nova Constituição Federal, as políticas sociais voltadas ao portador de deficiência, proporcionaram mudanças significativas em todos os aspectos no que se refere ao atendimento, à escolarização e à participação social desse grupo, sob o paradigma da Educação Inclusiva através da aprendizagem conjunta e sem barreiras.

O contexto atual da educação brasileira aponta para uma redefinição de objetivos e práticas relativas às instituições especializadas, a partir dos novos paradigmas propostos pela Política Nacional de Educação Inclusiva. No entanto, é necessário considerar o acúmulo de experiências produzidas no atendimento aos deficientes visuais na Paraíba pela ONG ao longo de sua história, complementando e apoiando a escola regular, de acordo como preceitua a legislação vigente.

Nossa investigação pretende a partir das questões levantadas e trabalhadas em torno do objeto de estudo, contribuir para o debate na efetivação da Inclusão Social de Crianças e Adolescentes com Deficiência Visual. Assim sendo, apontamos algumas propostas, tais como:

- A **qualificação** do processo de inclusão social vigente, a partir do apoio e acompanhamento da ONG-ICP, propiciando uma adequação estrutural aos novos paradigmas da política de inclusão;
- Que essa entidade possa funcionar como centro mediador de formação continuada de profissionais ligados a inclusão, tais como: Técnicos, Professores, Assistentes Sociais, Psicólogos, etc.;
- Dar continuidade e consistência ao atendimento do contraturno aos alunos matriculados da escola regular, favorecendo o aprendizado das disciplinas e as atividades de reabilitação e escolarização inicial;
- Desenvolvimento sistemático de trabalhos voltados para a politização dos atores do processo, resultando na formação de uma massa crítica;
- Por fim, que amplie sua interlocução com sociedade civil e com a esfera pública a fim de viabilizar sua sustentabilidade.

Não podemos deixar de ressaltar que a elaboração dessa pesquisa foi de fundamental importância para a nossa formação enquanto educador e executor de políticas educativas de natureza inclusiva, visto que houve uma interlocução com outros especialistas da temática e com o universo dos significados atribuídos pelos sujeitos em suas experiências concretas. De outro modo consideramos que as análises feitas aqui não esgotam a complexidade do objeto,

no entanto, reconhecemos que os nossos objetivos foram alcançados, particularmente no tocante a contribuição para o debate teórico e para uma maior visibilidade do papel e das ações implementadas pelo ICP na cidade de João Pessoa.

REFERÊNCIAS

ABONG. Disponível em: <www.abong.org.br>. Acesso em: 10 de outubro de 2009.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a Organização da Cultura: Perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

BACKHAUS, Berenice Beatriz. Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar. In: _____. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1992. (v. 28, p. 37-55).

BALTIMORE and London: The **Johns Hopkins** University Press, 1992. Recortes machadianos. São Paulo: Educ-Fapesp, 2003. p. 21-62.

BRASIL. Lei nº **8.069/90**. Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Brasília, 1990.

_____. **Lei nº 9.637/98**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. Brasília, 1998.

_____. **Lei nº 9.608/98** de 18 de fevereiro de 1998. Com as alterações das Leis nº 10.748/03 e 10.940/04. Trabalho Voluntário. Brasília, 1998.

_____. **Lei nº 9.790/99**. Legislação do Terceiro Setor. Brasília, 1999.

_____. **Decreto Lei 3.100/99**. Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Regulamentação das Organizações de Terceiro Setor.

_____. **Constituição Federal (1988)**. Brasília 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades educativas Especiais, CORDE**. Brasília: DF, 1984.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**: Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília: DF, 1990.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001

_____. **Novo Código Civil**. Brasília, 2007.

BORGES, César. Desafios na Construção de um marco legal das ONGs. In: **Seminário: Marco legal das ONGs em debate no Congresso Nacional**. Brasília, DF, 2005.

Disponível em: <www.abong.org.br>. Acesso em: 17 dez. 2009.

BUARQUE, Cristovão. **Os Instrangeiros**. Rio de Janeiro: Ed. Garamaound, 2002.

CARNEIRO, Áurea. **Las ONGs em La ciudad de João Pessoa, tipologia y aportacion**. Tese de doutorado, Doutorado de Sociologia e Comunicação – Universidade de Salamanca/Espanha, 2002.

CENSO da Educação Básica. 2009. Divulgado no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP. Disponível em: <www.inep.org.br>.

Acesso em: 04 fev. 2010.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. Welfare State. **Crise e Gestão da Crise: Um balanço da Literatura Internacional**. João Pessoa, 1995. (Artigo para Discussão no Mestrado em serviço social, UFPB).

DECLARAÇÃO de Salamanca. Princípios, políticas e práticas. 1994. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 11 out. 2009.

DECLARAÇÃO dos Direitos Humanos. Nova York: ONU, 1948.

Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>.

Acesso em: 20 jan. 2010.

DISCRIMINAÇÃO Racial. Nova York: ONU, 1968.

Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convDiscrimina.pdf>>.

Acesso em: 20 jan. 2010.

ESPING-ANDERSSON, Costa. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 135, 1995.

FERREIRA, W.B.; MANHIÇA, C. **Relatório do Seminário sobre Educação Inclusiva**. Ministério da Educação de Moçambique, Maputo: UNESCO, 1998.

FERREIRA, W.B. **Making sense of inclusion from schools: international perspectives**. 2001. Tese (Para obtenção do título de PHD em Educação) – University of Manchester, Inglaterra.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o mini dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

FERREIRA, B. Windyz (Org). **Entendendo a discriminação contra estudantes com deficiência na escola**. 2002. Disponível em:
<unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184683por.pdf>.
Acesso em: 13 jan. 2010.

FERREIRA, W.B. et al.. **Crianças com Deficiência e a Convenção dos Direitos da Criança**: Um Instrumento de defesa. ONG Ed. Todos, 2002 .
Disponível em: <<http://www.federaçãosinddow.org.br>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

FERREIRA, W.B. Relatório do Projeto de Pesquisa- Ação Planejando e Ensinando o Conteúdo Curricular com Estratégias de Ensino Inclusivas. Estudo realizado para a Secretaria de Educação do Município de São Paulo. **DOT-Educação Especial**, mar-out, 2004.

_____. O Papel da Pesquisa e parcerias internacionais no desenvolvimento da Escola Inclusiva. In: **Seminário Educação Inclusiva no Brasil, Diagnóstico atual e perspectiva futura**. (Não publicada), Banco Mundial, Rio de Janeiro, 23 a 26 de março 2003.

FLEURY, Sonia. Políticas Sociais e Democratização do Poder Local. In: VERGARA, Sylvia Constant; CORREA, Vera Lucia de Almeida (Org.). **Propostas para uma Gestão Pública Municipal Efetiva**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, n. 3, p. 21, maio/jun. 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem Terra, ONGs e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Políticas Públicas e Sociedade Civil no Brasil nas últimas décadas. In CARVALHO, D. B. B. et al. **Novos Paradigmas da Política Social**. Brasília: UNB, Departamento de Serviço Social, 2002.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT (HDR) 1997. Disponível em: <hdr.undp.org/en/media/hdr_1997_en_contents.pdf>. Acesso em: 06 maio 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 20.

KLINSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. São Paulo: Cortez, 1998.

LESTER, M.; HELMUT, K. Anheier (Colaboradores). **Fundação John Ropikins – La Sociedad Civil em uma perspectiva comparativa**. Lester - Manchester, RU: University Press, 1995.

LEMOS, José de Jesus Sousa; NUNES, Edson Luís Lima. **Radiografia da Exclusão Social no Brasil**. 1997. Disponível em: <www.fenecon.org.br/Mapa_da_Exclusão_Social.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2010.

MANTOAM, Maria Tereza Eglér; RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação, O Direito de Ser, Sendo Diferente, na Escola: doze olhares sobre a Educação Inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006. p.193.

MERCADANTE, Aluízio. **Pronunciamento Direitos do Cidadão Especial**. Em 18 dez. 2003. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2008.

MEREGE, Luiz Carlos; BARBOSA, Maria Nazaré Lins. **3º Setor, Reflexões sobre o Marco Legal**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

MONTANO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de S.; ODÉCIO, Sanches. O Qualitativo, suas possibilidades e suas limitações. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, (org); GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 28. ed. São Paulo: Petropolis, 2009.

NASSIF, Luiz. Portal Política. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 ago. 2002.

NETTO, José P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. Disponível em: <www.oms.org>. Acesso em: 14 ago. 2008.

OLIVER, M. **Inclusive Education**: a human right issue. Bristol, UK: Centre for Studies on Inclusive Education, 1997. Disponível em: <<http://www.inclusion.uwe.ac.uk>>. Acesso em: 20 maio 2010.

ONU. **Convenção dos Direitos da Criança**. Nova York: ONU, 1989. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>. Acesso em: 20 out. 2009.

_____. **Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**. Nova York: ONU, 1968. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convDiscrimina.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2010

PAIVA, Nara Rúbia Barreto. **Os impactos da “nova centralidade da sociedade civil” no serviço social a reemerção do trato privatizante da questão social**. 2003, 208f. Dissertação de Mestrado (Departamento de Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.

PINSK, Jaime. **Práticas de Cidadania**. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.

POTYARA, Amazoneida Pereira. **Política social**. São Paulo: Cortêz, 2006.

REBRATES – Rede Brasileira do Terceiro setor. 2009. Disponível em: <www.rebrates.org.br>. Acesso em: 13 jan. 2010.

REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: Inclusão. Brasília: Secretaria de Educação Especial/MEC, n. 01 e 02, 2008.

REVISTA INCLUSÃO MEC, n. 4, abr. 2008.

RODRIGUES, Janine M.C. **Atuais desafios para a formação e profissionalização do professor**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

RODRIGUES, Maria Rita Campelo. Estimulação Precoce. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 21, p. 6 – 22, abr. 2002.

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre Educação Inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. São Paulo. Martins Fontes, 2005.
SALOMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. Y. (Colaboradores). **La Sociedad Civil en una Perspectiva Comparativa**. Manchester, RU: University Press, 1995.

SANTIN, Silvia; SIMMONS, Joyce. Problemas das crianças portadoras de deficiência congênita na construção da realidade. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, ano 6, n.19, p. 3-9, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a Democracia**. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1991.

SANTOS, Rivelino Cardoso dos. A Participação das Organizações Não-Governamentais na Política Pública de Proteção à Infância e Adolescência em João Pessoa PB. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse et al. **Cidadania e multiculturalismo**: a teoria social no Brasil contemporâneo. Lisboa/Florianópolis: Socius/Edufusc, 2000.

SEGUNDO RELATÓRIO OFICIAL DO IV CONGRESSO BRASILEIRO DE PREVENÇÃO DA CEGUEIRA, v. 1 p. 427-433, Belo Horizonte, 1980.
Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: 24 jan.2010.

SILVA, Ademir Alves. **A Gestão da Seguridade Social Brasileira**: entre a política e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Herbert. **Ética e cidadania**. São Paulo: Ed. Moderna 1996.
(Texto para debate no Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba).
Disponível em: <www.seer.ufgrs.br/index.php/debates/article/viewFile>.
Acesso em: 20 out. 2008.

SPOSATTI, Aldaíza. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. João Pessoa, 1996.
(Texto para debate no Mestrado em serviço social pela Universidade Federal da Paraíba).

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TERRA, Sílvia. Aspectos legais. Conferência apresentada ao conselho federal de Serviço Social (CFESS). Brasília/DF, 2000.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs: Principais Funções Gerenciais**. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. **Direitos humanos e democracia no Brasil**. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2008.

VIOLIN, Tarso Cabral. O terceiro setor e as cooperativas sociais. **Raízes Jurídicas**, Curitiba, v.2, n.2, jul.dez. 2006. Disponível em: <direito.up.edu.br/arquivos/direito/rev03/11.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2009.

ZAPELON, Sandra Regina. **ONGs e Políticas sociais no Brasil na década de 90**. 2002. f. 182. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) UNICAMP – Campinas – São Paulo.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário a ser aplicado com os alunos no ICP

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**FORMULÁRIO DO QUESTIONÁRIO
A SER APLICADO COM OS ALUNOS NO ICP****Dados e informações pessoais**

1. Nome: _____
2. Sexo: _____
3. Idade: _____
4. Endereço/completo: _____

5. Série: _____
6. Tel./E-mail: _____
7. Composição Familiar: _____

8. Tipo de Deficiência Visual: _____
9. Grau de escolaridade dos Pais: _____
10. Na sua casa alguém trabalha? Quem? _____
11. Você tem ideia da renda familiar? _____
12. Tem Moradia própria? _____
13. Tem BPC? _____
14. Outros Grupos que participa na comunidade: _____

15. Pratica esporte? _____
16. Preferência musical? _____
17. Toca algum instrumento? Qual? _____
18. Tem conhecimento de informática? _____
19. Tem acesso ao computador e a internet? Onde? _____
20. Como é o seu lazer? _____

**APÊNDICE B - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA A SER UTILIZADO
NA PESQUISA**

1. Que série você estuda?
2. Em qual escola?
3. Para você estudar é importante? Por quê?
4. Para você é melhor estudar numa escola inclusiva (com todos) ou em uma especial? (só com deficientes visuais). Por quê?
5. O que você considera um preconceito?
6. Você já foi vítima de preconceito?
7. Como se sentiu?
8. Já se sentiu discriminado alguma vez na escola?
9. Você se sente isolado ou integrado em a relação aos outros estudantes?
10. Você sente diferença de tratamento em relação aos demais colegas?
11. Como é sua relação com os professores e a forma como eles te ensinam?
12. Eles se preocupam com sua aprendizagem? Como eles elaboram os exercícios, avaliações e os trabalhos escolares para você?
13. A sua escola dispõe de um setor de apoio pedagógico e de profissionais para atender os que têm alguma deficiência?
14. Você considera a integração promovida entre os diversos estudantes da escola adequada?
15. Como você vê as iniciativas da escola para promover a inclusão?
16. Poderia citar ações inclusivas vivenciadas na escola?
17. Você acha que o ICP atende as suas expectativas na promoção do direito do deficiente?
18. O que você mais gosta no ICP e o que menos gosta?
19. Os serviços prestados pelo ICP nos quais você participa, facilitam suas atividades escolares e na vida diária junto a sua comunidade? Como?

Autoconhecimento e percepção pessoal da vida e perspectiva

20. O que é ser jovem deficiente visual pra você?
21. Como você vê a realidade do deficiente visual atualmente?
22. O que você mais gosta de fazer?
23. Como você considera sua vida hoje? Você é feliz?
24. Quais suas expectativas para o futuro?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa intitula-se o Terceiro Setor e as Políticas sociais inclusivas para Crianças e Adolescentes com deficiência Visual e está sendo desenvolvida por Marco Antonio Grangeiro Lima da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dr^a. Maria de Lourdes Soares.

O objetivo da pesquisa é analisar as políticas sociais de inclusão sócio-educacionais para crianças e adolescentes com deficiência visual, implementadas pelo Terceiro Setor, comprovando através do discurso dos atores sociais se na realidade está acontecendo o processo de inclusão social e concomitante, se os direitos de cidadania estão sendo respeitados de conformidade com a Lei e do Estatuto da Criança e do Adolescente. A pesquisa almeja contribuir na identificação do Hibridismo existentes das ações Estatais e da Sociedade Civil no atendimento a essa população, a análise crítica das políticas sociais vigentes no Brasil, oferecendo o resultado da pesquisa como fonte segura de estudo e de reflexão para os profissionais que atuam com esses indivíduos.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a). Caso decida não participar da pesquisa, ou resolver a qualquer momento desistir de participar, não sofrerá nenhum dano, prejuízo, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na instituição. Para o desenvolvimento desta pesquisa serão executados os seguintes procedimentos:

- Aplicação de um questionário;
- Entrevistas;
- Pesquisa de Documentos e dados oficiais
- Utilização de Dados Oficiais.

Solicito sua permissão para que a entrevista seja gravada com também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos e publicar em revista científica.

Será garantida a privacidade dos dados e informações fornecidas que se manterão em caráter confidencial. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em completo sigilo.

O pesquisador responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Fica registrado, também, que tenho conhecimento de que essas informações, dados e /ou material serão usadas pelo responsável pela pesquisa com propósitos científicos.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa _____ de _____ de _____

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal

Testemunha (em caso de analfabeto)

Assinatura do Pesquisador

Endereço (trabalho) _____

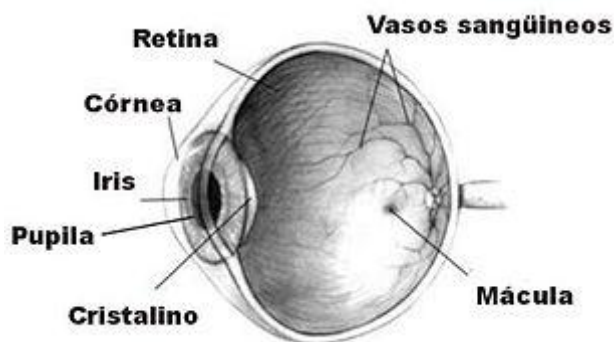
Telefone para Contato _____

ANEXO

ANEXO - Caracterizando a Cegueira

Glaucoma

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. Acesso em 23/03/2010 - <http://pt.wikipedia.org>



Esquema anatômico do olho

Glaucoma é a designação genérica de um grupo de doenças que atingem o nervo óptico e envolvem a perda de células ganglionares da retina num padrão característico de neuropatia óptica. A pressão intraocular elevada é um fator de risco significativo para o desenvolvimento de glaucoma, não existindo contudo uma relação causal direta entre um determinado valor da pressão intraocular e o aparecimento da doença — enquanto uma pessoa pode desenvolver dano no nervo com pressões relativamente baixas, outra pode ter pressão intraocular elevada durante anos sem apresentar lesões. Se não for tratado o glaucoma leva ao dano permanente do disco óptico da retina, causando uma atrofia progressiva do campo visual, que pode progredir para cegueira.

Catarata

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. Acesso em 23/03/2010 <http://pt.wikipedia.org>

Ampliação de um olho humano com catarata, observado em exame com lâmpada de fenda utilizando iluminação difusa.

A **catarata** é uma patologia dos olhos que consiste na opacidade parcial ou total do crystalino ou de sua cápsula. Pode ser desencadeada por vários fatores, como traumatismo, idade, Diabetes mellitus, uveítes, uso de medicamentos, etc. Tipicamente apresenta-se como embaçamento visual progressivo.

É uma doença conhecida há milhares de anos e sua cirurgia já é realizada há séculos.

Atualmente, a técnica cirúrgica mais moderna para o tratamento da catarata, consiste da remoção do cristalino por microfragmentação e aspiração do núcleo, num processo chamado Faco-emulsificação, e posterior implante de uma lente intra-ocular.

A evolução da técnica permite hoje incisões muito pequenas, entre 2 e 3 milímetros, o que dispensa a necessidade de sutura e possibilitando assim, que o paciente seja submetido à cirurgia de catarata com anestesia tópica (apenas colírios), saindo da sala de cirurgia já enxergando, com uma visão bem próxima da visão esperada, a qual costuma ocorrer em cerca de 1 mês após a cirurgia

Descolamento de retina

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. Acesso em 23/03/2010 - <http://pt.wikipedia.org>

Descolamento de retina é uma enfermidade do olho caracterizada pela separação das camadas foto-sensível (camada H na figura) e de suporte e nutrição da retina (camada F). Usualmente causada por trauma, ou por uma existência prévia de uma pequena ruptura em H por onde o fluido intra-ocular (parte A da figura) entra e força a separação das camadas F e H, ou pela sucção exercida pelo fluido A na parte foto-sensível da retina, o que é mais comum em pessoas idosas.

Do ponto de vista médico a cegueira é a queda ou privação parcial ou total, transitória ou permanente da visão. Na sensação visual distinguem-se três componentes: a luminosidade, forma e a visão a cores, o mais delicado de todos.

A etiopatologia da cegueira pode ser dividida em: doenças infecciosas (tracoma, sífilis, etc); doenças sistêmicas (diabetes, arteriosclerose, nefrite, etc.); traumas oculares; causas congênitas; outras causas (catarata senil, glaucoma, miopia maligna, etc.). Organização Mundial de Saúde (OMS), caracterizando a questão da cegueira e da visão subnormal, no ano de 1966, registrou 66 diferentes conceituações de cegueira utilizadas em diversos países com fins estatísticos. Num esforço conjunto para uniformizar as anotações, no ano 1972, a Organização Mundial de Saúde, a American Academy of Ophthalmology e o Conselho Internacional de Oftalmologia (segundo relatório oficial do IV Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira, v. 1, p. 427-433, Belo Horizonte, 1980), chegaram a uma conclusão em nível de terminologia e incluiu ao lado da cegueira, o termo visão subnormal.

A delimitação destes dois grupos, os cegos e os de visão subnormal, obedecem aos parâmetros de duas escalas oftalmológicas: a acuidade visual (aquilo que se enxerga a determinada distância) e o campo visual (a amplitude da área alcançada pela visão).

Para a Organização Mundial da Saúde (1980), cegueira total ou Amaurose, é a perda total da visão ou visão zero, não existem resíduos visuais e nem percepção luminosa. O processo educativo nestes indivíduos ocorrerá com a integração dos sentidos remanescentes preservados, incluindo o apoio do sistema Braille de escrita e leitura.

Baseado nas publicações do Centro de Pesquisa, Documentação e Informação do Instituto Benjamin Constant/MEC (1995), “o Sistema Braille foi criado por Louis Braille (1809-1852). Ficou deficiente visual aos três anos de idade, em seguida, ingressou como aluno do Instituto dos Cegos em Paris na França, onde se tornou professor. Dedicou-se ao estudo de uma escrita em alto relevo, apropriada para o manuseio dos cegos. O sistema passou por períodos de adaptações, sendo aprimorado até chegar a sua codificação alfabética atual no ano de 1929. O Sistema Braille representa o veículo mais importante de acesso á educação, cultura e informação para as pessoas cegas. São seis pontos salientes, com sessenta e três combinações, que representam letras simples e acentuadas, pontuações, algarismos, sinais algébricos, contrações estenográficas e sinais para música. Para escrever no Sistema Braille, são necessários os seguintes objetos: punção (perfura o papel), reglete (adaptado por Louis, onde são perfurados os seis pontos do Alfabeto Braille) e papel 40 quilos”.

Para Rodrigues (2002), portador de visão subnormal “é aquele que possui acuidade visual, segundo a escala métrica de 6/60 (seis por sessenta), 18/60 (dezoito por sessenta), que significa visão macroscópica, ou campo visual entre 20° e 50°”. Estes indivíduos apresentam capacidade de percepção luminosa e, dependendo dos resíduos visuais, conseguem ler e escrever com tinta e realizar determinadas tarefas do cotidiano. Pedagogicamente, os indivíduos de visão subnormal, terão que se submeter a um processo de estimulação constante dos resíduos visuais remanescentes e manusear materiais didáticos e objetos adaptados a sua percepção visual. Como exemplo, a utilização da lupa no auxílio à leitura, de impressos com letras ampliadas, adequação dos ambientes educativos como figuras ampliadas, nomes e indicações escritas em cores vivas, entre outros recursos ópticos potentes.

O Instituto dos Cegos da Paraíba, fundado em maio de 1944, foi a primeira escola especial de ensino a atender a demanda dos portadores de deficiência visual no Estado da Paraíba.